



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

MAILA MACHADO COSTA

EFETIVIDADE DO PLANO DO MARAJÓ:
Uma análise do eixo infraestrutura para o desenvolvimento

Breves, PA
2016

MAILA MACHADO COSTA

EFETIVIDADE DO PLANO DO MARAJÓ:

Uma análise do eixo infraestrutura para o desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Área de Concentração: Gestão Pública do Desenvolvimento

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Costa, Maila Machado

Efetividade do plano do Marajó: uma análise do eixo infraestrutura para o desenvolvimento / Maila Machado Costa; Orientador, Fábio Carlos da Silva – 2016.

176 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Belém, 2016.

1. Planejamento governamental. 2. Desenvolvimento regional. 3. Governança. 4. Ilha do Marajó. I. Silva, Fábio Carlos da, orientador. II. Título.

CDD – 22 ed. 338.098115

MAILA MACHADO COSTA

EFETIVIDADE DO PLANO DO MARAJÓ:

Uma análise do eixo infraestrutura para o desenvolvimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública do Desenvolvimento

Aprovado em: 05/05/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Armin Mathis
Examinador – NAEA/UFPA

A Deus;
A Carlos Alberto, meu marido e companheiro;
À Júlia e Arthur, meus filhos amados;
A Francisco e Odete, meus pais;
À Berenice, minha avó;
À Edina Fialho, minha tia;
In memoriam
À Estefânia Fialho, minha avó;
A Augusto Machado, meu avô; e
A João Costa, meu avô.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Mestrado, um sonho que a dois anos era inalcançável. Devo, então, muitos agradecimentos com certeza, principalmente, porque descobri que não se chega nesse patamar sozinha. Por essa razão expresso meus mais profundos e sinceros agradecimentos a Deus, sempre em primeiro lugar, por ter me concedido este grande presente, ter me orientado, me protegido e conduzido até aqui.

Ao meu marido Carlos Alberto pelo apoio, companheirismo e paciência. A meus filhos amados Júlia e Arthur pelo sacrifício e compreensão nos momentos que mesmo do lado não pude estar com vocês e ao meu enteado Roger. Principalmente agradeço a vocês pelo amor e incentivo em continuar quando a vontade era desistir. Este trabalho devo a vocês minha família.

Aos meus queridos pais Francisco e Odete pela educação e ensinamento que me deram, pelo exemplo de ética e respeito ao próximo que me passaram, pelo amor e torcida incondicional, meu muito obrigada a vocês.

Aos meus amados avós Augusto (*in memoriam*) e Estefânia (*in memoriam*) e João (*in memoriam*) e Berenice. Aos meus irmãos Gláucia e Orleans, aos primos e primas, as minhas cunhadas e cunhados pela torcida. Aos meus tios e tias, em especial a tia Edina, minha madrinha e meu exemplo.

Pela realização deste curso, agradeço a todos que o tornaram possível: Prof. Carlos Élvio, Profa. Sônia Amaral, Prof. Vidal, Prefeito Xarão Leão, Reitor Maneschy, Profa. Simaia, Prof. Durbens e a todos os professores e técnicos do NAEA. Destes, quero enfatizar meu especial agradecimento aos professores que vieram a Breves para ministrar as disciplinas e assim contribuir com o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal assim como de meus companheiros de turma.

Ao Prof. Fábio Silva, meu orientador, e grande incentivador, por acreditar em mim e que poderia realizar este trabalho, muito obrigada.

Aos membros de minha banca de qualificação, Prof. Miguel Amin e Prof. Adagenor Ribeiro, pelos apontamentos realizados, pois foram determinantes para o delineamento deste trabalho. Entretanto, ao Prof. Adagenor preciso registrar sua gentileza em me ajudar a realizar a pesquisa e pelas orientações quanto a compreensão de “materiais e métodos”.

Ao Pastor Antenor pelas orações.

As minhas queridas meninas amigas e parceiras Jéssica, Mônica, Cléia e Brenda e ao Naftale pelo apoio desde o processo de seleção até aqui.

Aos meus colegas de turma Carmem Rosa, Larissa, Márcia, “Manu”, Colares, Jucineide, Reginaldo, Gisele, “Tota”, “Binho”, Raquel, Letícia, Suelem, Daniel Paz, Daniel Guimarães, Neide, Carol, “Nildes”, Lúcio e Arley pelo companheirismo nessa jornada da primeira turma de mestrado no Marajó. Muito obrigada a cada um de vocês por todos os momentos que passamos.

Aos meus amigos Jorge, Lília, Betina e Dayane, que sempre estiveram juntos comigo, em todos os momentos.

Ao Senhor João da SDR/MI, ao Senhor Everaldo Martins da SUDAM, ao Pedro Barbosa da AMAM e ao bispo do Marajó D. José Luiz Azcona Hermoso pela gentileza e disponibilidade em ajudar na pesquisa em vários momentos.

A todos vocês MUITO OBRIGADA!!!!

Tudo posso naquele que me fortalece.
(Filipense 4:13)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a efetividade das ações de planejamento governamental em infraestrutura para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó na Mesorregião do Marajó, Estado do Pará, no período de 2007 a 2015. Essas ações foram propostas em virtude da grande insuficiência e precariedade de infraestrutura nos 16 municípios da mesorregião em 2007, nos seguimentos de energia, transporte, telecomunicações, armazenagem e abastecimento de água. Para realizar a investigação, utilizou-se o método de abordagem indutivo e pesquisa bibliográfica e de campo como procedimentos metodológicos principais. Estando fundamentada teoricamente nas abordagens do desenvolvimento regional endógeno, planejamento, gestão e governança. Os resultados evidenciaram, após oito anos de execução do PDTS-Marajó, que as estratégias de implementação estabelecidas para promover, ampliar e fortalecer a infraestrutura adequada ao desenvolvimento da região, um percentual muito pequeno foi executado. O número de ações em andamento também é muito baixo. Dessa maneira constatou-se que as ações de planejamento apresentaram baixa efetividade devido, principalmente, a deficiência na governança do plano. Assim, com a realização desta pesquisa, descortina-se um novo momento para o debate e reflexão acerca do PDTS-Marajó no sentido de incentivar a produção de conhecimento sobre o Arquipélago e seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Planejamento Governamental. Desenvolvimento Regional. Governança. Plano do Marajó. Arquipélago do Marajó.

ABSTRACT

The goal of this research is to analyze the effectiveness of the governmental planning actions in infrastructure for the development of Sustainable Territorial Development Plan of the Archipelago of Marajó in Mesoregion Marajó, Pará state, from 2007 to 2015. These actions were proposed because of the great inadequacy and infrastructure precariousness in the 16 municipal districts of the mesoregion in 2007, in energy segments, transportation, telecommunications, storage and water supply. To carry out the investigation, it was used the inductive approach method and bibliographical research and of field as main methodological procedures. It is theoretically grounded in the approaches of endogenous regional development, planning, management and governance. The results evidenced, after eight years of implementation of the STDP-Marajó, the implementation of strategies established to promote, to enlarge and to strengthen the appropriate infrastructure for the development of the region, a very small percentage was executed. The number of actions in progress is also very low. It was concluded that those planning actions presented low effectiveness mainly, due to the deficiency in plan governance. It is expected that this research can contribute for debate and reflection on the STDP-Marajó, to encourage the production of knowledge about the archipelago and its development.

Keywords: Government Planning. Regional development. Governance. Plan Marajó. Archipelago Marajó.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Arquipélago do Marajó.....	18
Figura 2	Relação entre governança e gestão.....	39
Figura 3	Vínculos empregatícios por setor de atividade no Marajó, Estado do Pará – 2013.....	54
Figura 4	Unidades de conservação no Marajó, Estado do Pará – 2016.....	67
Figura 5	Estrutura planejada para a gestão do Plano do Marajó – 2007.....	78
Figura 6	Proposta de divisão do Marajó, Estado do Pará, em microrregiões para o planejamento em infraestrutura – 2016.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição da população do Marajó, Estado do Pará por nível de instrução (%) – 2010.....	59
Gráfico 2	Estratégias de implementação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por seguimento – 2016.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Planejamento para área de energia no Plano do Marajó – 2007.....	80
Quadro 2	Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007.....	83
Quadro 3	Planejamento para área de armazenamento no Plano do Marajó – 2007.....	87
Quadro 4	Planejamento para área de telecomunicação no Plano do Marajó – 2007.....	89
Quadro 5	Planejamento para área de abastecimento de água no Plano do Marajó – 2007.....	90
Quadro 6	Atribuições conferidas a SUDAM no CGPI.....	97
Quadro 7	Componentes para uma boa governança do Plano do Marajó – 2016.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados demográficos do Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2015.....	52
Tabela 2	Dados demográficos do Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2010.....	53
Tabela 3	Ranking dos municípios do Marajó, Estado do Pará, considerando a Taxa de Pobreza – 2010.....	57
Tabela 4	Vulnerabilidade dos municípios do Marajó, Estado do Pará – 2010.....	58
Tabela 5	Taxa de analfabetismo, evasão escolar e distorção série/idade no Marajó, Estado do Pará – 2010.....	60
Tabela 6	Estrutura de atendimento à saúde no Marajó, Estado do Pará – 2014.....	62
Tabela 7	Indicadores de saúde no Marajó, Estado do Pará – 2013.....	63
Tabela 8	Indicadores de saneamento e habitação dos municípios do Marajó, Estado do Pará, em % – 2010.....	65
Tabela 9	IDH por município do Marajó, Estado do Pará – 1991/2000/2010.....	66
Tabela 10	Unidades de conservação no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2016.....	68
Tabela 11	Composição dos eixos estruturantes do Plano Marajó – 2007.....	76
Tabela 12	Estratégias de implementação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por seguimento – 2016.....	92
Tabela 13	Diretrizes do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por estratégias de implementação – 2016.....	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMAM	Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APA	Área de Proteção Ambiental
CadÚnico	Cadastro Único para Benefícios Sociais
CAF	Comitê de Articulação Federativa
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CGPI	Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais
CODETEM	Conselho de Desenvolvimento Territorial do Marajó
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEL	Conselho de Deliberativo da SUDAM
CPDR	Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará
FCF	Fundo Constitucional de Financiamento
FLONA	Floresta Nacional
FOB	<i>Free On Board</i>
GEI	Grupo Executivo Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MC	Ministério das Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia

MT	Ministério dos Transportes
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NSP	Novo Serviço Público
ODR	Observatório do Desenvolvimento Regional
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SAC	Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SPU	Superintendia do Patrimônio da União
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	22
1.1 Fundamentos Teórico-Conceituais do Planejamento do Desenvolvimento Regional	22
1.1.1 Desenvolvimento Regional.....	22
1.1.1.1 <i>Desenvolvimento endógeno</i>	26
1.1.1.2 <i>Capital social e desenvolvimento regional</i>	28
1.1.2 Planejamento Público Contemporâneo.....	31
1.1.2.1 <i>Gestão e planejamento público</i>	34
1.1.2.2 <i>Governança em planejamento do desenvolvimento regional</i>	37
1.2 Fundamentação Metodológica	44
1.2.1 Método da Pesquisa.....	44
1.2.2 Objeto de Pesquisa.....	45
1.2.3 Ferramentas Metodológicas.....	46
2 O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	49
2.1 Panorama Natural	49
2.2 Contexto Demográfico	52
2.3 Contexto Econômico	54
2.4 Contexto Social	55
2.4.1 Renda, Pobreza e Desigualdade.....	56
2.4.2 Educação.....	59
2.4.3 Saúde, Saneamento e Habitação.....	61
2.4.4 IDHM.....	66
2.5 Contexto Ambiental	67
3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	70
3.1 Contexto de surgimento do Plano: aspecto histórico da política de desenvolvimento regional no Brasil e na Amazônia brasileira (1980-2014)	70
3.2 Processo de Construção do Plano do Marajó	73
3.3 O Plano	76
3.4 O Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento	79
3.4.1 Energia.....	79
3.4.2 Transporte.....	82
3.4.3 Armazenamento.....	87

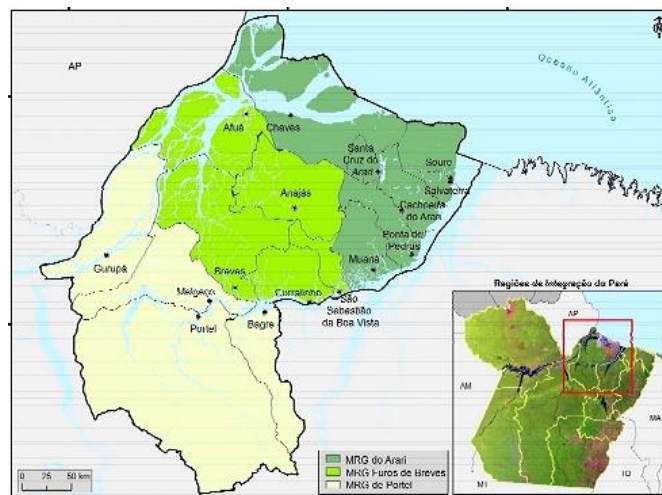
3.4.4 Telecomunicação.....	88
3.4.5 Abastecimento de Água.....	89
4 ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	91
4.1 Apresentação e análise dos resultados.....	91
4.1.1 Resultados da Pesquisa Quantitativa.....	91
4.1.2 Resultados da Pesquisa Qualitativa.....	95
4.1.2.1 <i>Fatores que influenciaram a efetividade do eixo.....</i>	<i>95</i>
4.1.3 Fundamentação dos Resultados.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE.....	118
ANEXO.....	172

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP), do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), da primeira turma de mestrado profissional realizado em todo território marajoara, fruto de uma inquietação pessoal da pesquisadora¹ em abordar a questão do Marajó, sob a seguinte indagação: qual foi a efetividade das ações de planejamento governamental do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM) na mesorregião do Marajó no período de 2007 a 2015?

A Mesorregião do Marajó, área de atuação do plano, está situada integralmente no Estado do Pará e na Amazônia Brasileira, com 104.140 km², é dividida politicamente em 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Estes são agrupados em 3 microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Arquipélago do Marajó – 2016



Fonte: GeoPARÁ (2007).

¹Marajoara, nascida em Portel-PA, especialista em Planejamento do Desenvolvimento Regional – Gestão Pública pela Universidade Federal do Pará. E nesta atuou no Campus Universitário do Marajó – Breves/UFPA de maio de 2004 a abril de 2013, período que se dedicou a buscar alternativas de desenvolvimento para a unidade, o município e a região; ocupou a função de Coordenadora de Planejamento e Gestão e foi Coordenadora Local da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do Marajó, bem como participou, coordenando ou como membro, de estudos e comissões de elaboração de planos e projetos. Vivenciou a construção do Plano do Marajó. Desde 2013 ocupa o cargo de Secretária Municipal de Administração do município de Breves-PA.

Em 2006, em decorrência da dimensão das demandas sociais dessa mesorregião, especialmente da carência estrutural dos serviços básicos em saúde, educação e saneamento, acrescidos da concentração e instabilidade fundiária e da precariedade e insuficiência em infraestrutura, além dos mais baixos níveis de qualidade de vida do Brasil, foi iniciado o processo de construção de um plano, constituído de diretrizes e ações governamentais que conduziria o Marajó a um novo modelo de desenvolvimento, capaz de mudar a face de atraso e pobreza que se encontrava (BRASIL, 2007a).

Assim, por meio do Decreto Presidencial de 30 de julho de 2007 nascia oficialmente o PDTSAM, mais conhecido por Plano do Marajó, alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), à Política Nacional Ordenamento Territorial (PNOT) e ao Plano Amazônia Sustentável (PAS), contendo não só os caminhos para alcançar o modelo de desenvolvimento demandado para a mesorregião, mas também a esperança de toda uma população quanto a efetividade do que fora planejado.

O plano foi estruturado em por cinco eixos centrais: a) fomento as atividades produtivas sustentáveis; b) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; c) infraestrutura para o desenvolvimento; d) inclusão social e cidadania; e) relações institucionais e gestão do plano. Destes, foi selecionado para fins desta investigação o de “infraestrutura para o desenvolvimento”, devido ser considerado pelos próprios formuladores como elemento central das agendas discutidas e das apostas em torno das quais seria possível estruturar o desenvolvimento sustentável no Arquipélago (BRASIL, 2007b, p. 74).

Assim, passados 8 anos da existência do plano, uma indagação paira sobre a mente dos amazônidas marajoaras: quais os resultados do Plano do Marajó?

Dessa forma, na busca por contribuir com a elucidação dessa indagação, levantou-se o problema desta pesquisa que propõe-se ao fim último de analisar a efetividade das ações de planejamento governamental em infraestrutura para o desenvolvimento do PDTSAM na Mesorregião do Marajó, Estado do Pará, no período de 2007 a 2015.

Partindo-se da hipótese de que esse eixo apresentou baixa efetividade, outras questões foram levantadas para atingir-se o escopo da investigação, as quais se tornaram os objetivos específicos do trabalho: a) evidenciar os fundamentos teóricos sobre planejamento do desenvolvimento regional e assim constituir o marco teórico de análise; b) levantar os principais indicadores dos municípios marajoaras, comparando-os com os do Estado do Pará, para aprofundar o conhecimento sobre o *lócus* da pesquisa; c) descrever o Plano do Marajó evidenciando o processo de construção, o eixo infraestrutura para o desenvolvimento e o modelo de gestão planejado; e) identificar e analisar os resultados do eixo infraestrutura para o

desenvolvimento buscando medir a sua efetividade; f) identificar os principais fatores que influenciaram os resultados do eixo.

Então pensando cientificamente em como estruturar esta investigação, optou-se pelo método de abordagem indutivo como caminho mais adequado para conduzi-la. Igualmente, teve-se que recorrer a pesquisa bibliográfica e de campo como procedimentos técnicos de coleta de dados, com a utilização de questionário, entrevista, bases de dados disponíveis na internet e diário de pesquisa como ferramentas metodológicas.

Contudo, é essencial fazer algumas considerações sobre como se deu a construção do raciocínio para abordar-se o problema proposto, e também circunstâncias que são peculiares quando se realiza pesquisa sobre o Marajó no Marajó.

Inicialmente, para construir uma linha de raciocínio de como verificar a efetividade do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do plano, foi necessário compreender como ele fora construído. Assim, identificou-se que os eixos, ou áreas do plano, foram constituídos por “diretrizes”, percebidos como objetivos específicos, e cada uma das diretrizes possuíam “ações prioritárias” a serem realizadas; estas seriam implementadas por meio de “estratégias de implementação” de curto e médio/longo prazos (Apêndice A).

Feito isto, a análise foi de que a melhor decisão seria medir a efetividade do eixo pelas “estratégias de implementação” realizadas. Então, um longo caminho em busca das informações foi traçado, pois há escassez de dados sobre o andamento do plano como um todo, além da inexistência de avaliações conclusivas oficiais e de um memorial público. Logo, durante esse percurso, foram necessárias constantes tomadas de decisão quanto a alternativas para encontrar respostas aos questionamentos levantados, pois as informações a respeito dos resultados do eixo não estavam registradas em um único lugar, ou não havia registro, tendo que recorrer-se a diversos órgãos citados no plano.

Ressaltando que desde a concepção do primeiro instrumento de pesquisa foi pensado aprofundar-se a análise sobre os motivos que influenciaram aqueles resultados. Assim, identificado os resultados alcançados, permaneciam ainda inquietações quanto aos motivos, então, buscou-se obter mais elementos junto a pessoas que ocuparam ou ocupam cargos com algum vínculo com o plano.

Destaca-se que nenhuma das fases dessa pesquisa foi realizada de forma fácil. Como a pesquisadora reside em um município marajoara, teve que utilizar dos poucos meios disponíveis, como uma única biblioteca universitária pertencente ao Campus Universitário do Marajó – Breves da Universidade Federal do Pará (UFPA), a qual possui um número muito

limitado de obras sobre o tema pesquisado, dos materiais utilizados nas disciplinas deste curso, e a internet.

Também foram necessários deslocamentos a Belém, feitos por via fluvial com 12 horas de percurso, para realizar entrevistas, receber orientação e buscar retorno dos questionários enviados. Ressaltando que declinou-se da primeira ideia de visitar os 16 municípios para confirmar *in loco* a realização ou não das estratégias planejadas, por não haver linhas de navegação que conectem todos os municípios da região, sendo necessário para chegar a maioria deles ir a Belém, e de lá seguir para outros municípios, tornando-se, portanto, inviável.

Feito essas considerações, esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro traz a fundamentação teórica sobre planejamento do desenvolvimento regional e temas relacionados, buscando aprofundar o entendimento sobre o tema da pesquisa e demais capítulos. Também aborda-se nesse capítulo a metodologia adotada para atingir-se os objetivos delineados.

No segundo capítulo, é possível conhecer o *lócus* da pesquisa, a mesorregião do Marajó, por meio dos mais recentes dados e indicadores naturais, demográficos, econômicos, sociais e ambientais.

O capítulo terceiro, aborda o Plano do Marajó, onde descreve-se o contexto político de surgimento do plano, o processo histórico de construção do plano, o plano em si, e por fim apresenta-se detalhadamente o eixo infraestrutura para o desenvolvimento.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados e analisada a efetividade do eixo após oito anos de seu início, além de expor os fatores identificados que influenciaram esses resultados.

E por fim, à guisa de conclusão, são apresentadas as considerações finais em relação ao problema, aos objetivos e a hipótese propostos inicialmente, bem como, as inferências analíticas entre as referências teóricas escolhidas e os resultados apurados.

Espera-se, assim, que o conjunto da obra contribua com estudos sobre o Marajó e o Plano.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1 Fundamentos teórico-conceituais do planejamento do desenvolvimento regional

Esta primeira parte demonstra as bases teóricas e conceituais que fundamentaram todo processo de construção desta dissertação. Abordando os temas “planejamento” e “desenvolvimento” em âmbito regional como conceitos principais do trabalho, e endogenia, capital social, gestão e governança como assuntos interligados que tiveram relevância, principalmente, na análise e discursão dos resultados.

Contudo, para isto, foi necessário primeiramente a compreensão de que toda formulação teórica, novos conceitos e concepções, possuem uma base histórica e surgiram em decorrência de mudanças na realidade e novos desafios. Assim como ocorreu com as teorias do planejamento e do desenvolvimento. E concordando ou não com os novos conceitos, o indiscutível é que o mundo está mudando constantemente, de forma intensa e profunda, tonando as antigas concepções e organizações ultrapassadas e inadequadas as novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais. Estimulando o surgimento de novas ideias e conceitos para explicar a realidade e para estabelecer as iniciativas e ações frente as circunstâncias históricas (BUARQUE, 2008).

Parte-se da concepção que planejamento e desenvolvimento estão intrinsicamente ligados. O primeiro como sendo o “instrumento de operacionalização das concepções desenvolvimentistas e suas transformações ao longo do tempo, em função das mudanças ocorridas nos modelos de desenvolvimento” (MIRANDA, 2009, p. 20). Desse modo, ambos, planejamento e desenvolvimento, confrontam-se hoje com novas abordagens em seus processos de concepção, implementação e avaliação (CARDOSO JUNIOR, 2011a).

1.1.1 Desenvolvimento Regional

O conceito desenvolvimento apresentou-se mutante no decorrer da história, tendo assumido diversos significados em decorrência das diferentes conjunturas econômicas e sociais que foram se construindo e se transformando no decorrer do tempo. Até meados do século passado as principais teorias do desenvolvimento centravam-se na promoção do crescimento e da riqueza, com exclusão de novos atores sociais nos processos decisórios, tanto econômicos quanto políticos, e com o Estado assumindo posturas, primeiramente centralizadora e depois minimalista. Contudo, desde os anos 70, inúmeras transformações têm influenciado diretamente

a dinâmica do desenvolvimento, transformando suas bases e o resignificando (CKAGNAZAROFF et al., 2008).

Com o surgimento da globalização, a qual reconfigurou os padrões de produção e promoveu a internacionalização do capital, as possibilidades de desenvolvimento vêm sendo determinadas e modificadas por ela (CKAGNAZAROFF et al., 2008).

Para Ckagnazaroff (2008) a globalização é a chave que determina e modifica as possibilidades de desenvolvimento na atualidade. Nesse sentido, Buarque (1999) defende que a globalização representa inauguração e propagação de um novo paradigma do desenvolvimento, onde o conhecimento e a informação são condições determinantes nesse novo cenário. O autor ainda enfatiza que a globalização tem um efeito contraditório sobre a organização do espaço, se de um lado ela produz a uniformização e padronização dos mercados e produtos, que leva a integração dos mercados; de outro, a diversificação e flexibilização das economias e dos mercados locais articula o local com o global na medida em que cria e determina diversidades provenientes da relação dos valores globais com os padrões locais.

A partir da década de 80 os debates sobre as potencialidades da gestão local do desenvolvimento são intensificados na Europa, Estados Unidos e América Latina, tendo como principais questionamentos as abordagens que consideravam como únicos agentes de desenvolvimento econômico o Estado Nacional e as grandes empresas. Com a comprovação de que o dinamismo econômico não se irradiava homoganeamente entre as regiões, muito menos a distribuição equitativa da renda entre os diversos grupos sociais, aprofundando os desequilíbrios regionais, houve o reconhecimento de que a diversidade e potencialidades locais poderiam ser elementos estratégicos e aumentar a competitividade das regiões (MORAES, 2003)

Então nas três últimas décadas a expressão desenvolvimento regional, ou local, passa a ser utilizado com mais ênfase, representando o novo paradigma do desenvolvimento, indicando um conjunto de diversas políticas e ações que evidenciam as questões relacionadas a noção de desenvolvimento, dos atores e espaços de gestão e das ideias de comunidade e autoajuda em nível territorial (MORAES, 2003).

Buarque (1999, p. 9, grifo do autor) entende que o desenvolvimento local

[...] é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente

e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Na concepção de Costa (2005 apud FOCHEZATTO, 2010, p. 160) toda e qualquer decisão, seja ela local ou global, impõe sua tradução no espaço e que “[...] o desenvolvimento passa pelo desenvolvimento regional ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional”.

Observando que nesse processo deve-se dar a importância devida ao dinamismo da economia, contudo, sem se limitar a um enfoque essencialmente econômico, como as primeiras propostas de desenvolvimento endógeno. Pois somente com uma economia eficiente e competitiva que gere riqueza local de forma sustentável é que se pode afirmar efetivamente que trata-se de desenvolvimento local, pois permitirá a redução da dependência histórica de transferências de renda geradas em outros espaços (BUARQUE, 2008).

Assim passou-se a estudar o desenvolvimento regional a partir de duas categorias analíticas básicas, que apesar de distintas são complementares: sustentabilidade e endogenia. Sendo considerado sustentável o desenvolvimento que tem na relação equilibrada homem e meio ambiente o centro das atenções (MORAES, 2003). E endógeno, aquele que busca a melhoria de vida da população por meio de um processo liderado pela própria comunidade local utilizando seu potencial de desenvolvimento para atingir o crescimento econômico e a mudança estrutural do território (BARQUERO, 2002).

Destacando também o papel determinante do Estado nesse processo, segundo afirma Cardoso Junior (2011b) ser primordial reconhecer que o Estado desempenha um papel essencial e indelegável como forma institucional ativa no processo de desenvolvimento. Nessa direção Bazzanella e Onisto (2014, p. 26) entendem que:

pensar o desenvolvimento regional é ampliar as alternativas, colocar em prática a racionalidade das instâncias que conformam o todo, sendo assim, a modalidade exógena auxilia a contemplar a lógica. O Estado, enquanto representação coletiva, pode protagonizar o desenvolvimento em regiões que não o conseguem fazer, na medida em que desejar. Essa ação não deve ser impositiva e, sim, relacional: a voz do povo é condição *sine qua non*, é a política pública o paradigma que fundamenta o desenvolvimento regional. Assim, desenvolvimento regional significa autonomia para a localidade; dessa maneira, a que se repensa o papel do Estado e sua capacidade de dinamização das regiões, como forma de otimizar e impulsionar ações que desencadeiem o desenvolvimento humano, social, político, cultural e, sobretudo, no âmbito regional.

Para Boisier (1996), a compreensão atualizada e contemporânea do desenvolvimento regional é aquela que interpreta como um processo em curso em três cenários interdependentes: contextual, estratégico e político. Contextual porque resulta da interação dos processos de abertura externa, movido pela força da globalização, e da abertura interna, impelido pela força da descentralização. Sendo este um processo político, e aquele um processo essencialmente econômico. Estratégico é o cenário constituído da interseção entre novas modalidades de gestão regional com as de configuração territorial. E político, devido ser constituído pela intercessão do processo de modernização do Estado e das novas funções dos governos territoriais.

Na concepção de autores como Moraes (2003) e Boisier (1996; 1999) as expressões desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial possuem o mesmo significado. Todavia, é importante aprofundar a compreensão sobre o termo “território”, por ser bastante utilizado nessa nova concepção do desenvolvimento. O qual pode ser adjetivado como natural, equipado e organizado. Natural representa o território sem intervenção humana. Equipado quando devido a ação do homem passam a existir equipamentos físicos. E organizado como o que possui uma comunidade dotada de princípios organizacionais (BOISIER, 1996).

Para Veiga (2002, p. 12) há vantagens em utilizar as expressões “espaço” e “território” por “não se restringem ao fenômeno ‘local’, ‘regional’, ‘nacional’ ou mesmo ‘continental’, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões”. Entretanto Raffestin (1993, p. 143) defende que “espaço é anterior ao território”, e este é formado a partir do espaço sendo “resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente) o ator territorializa o espaço”.

Nesse sentido, o espaço é transformado em território pela atuação dos atores sociais, políticos, econômicos que tem contribuído com o mesmo para um caráter político, pelas diversas formas de poder e controle do mesmo, o que fica bastante evidenciado nas territorialidades dos grupos políticos aí estabelecido. (BARROS, 2013, p. 41).

De forma que:

Os grupos politicamente organizados no território, para poderem si manter no poder político fazem alianças as mais diversificadas possíveis, pois os interesses da sociedade são diversos, onde o controle, a gestão territorial e a construção de sistemas de engenharia (rodovias, portos, linhas de transmissão de energia etc.) são instrumentos capazes de dotar o território de uma funcionalidade e agilidade no seu uso por parte dos diferentes setores econômicos, sociais e políticos no ente territorial. (BARROS, 2013, p. 42).

“Em síntese, em face do conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessa-nos ressaltar o conceito de território como ator do desenvolvimento”. (LLORENS, 2002, p. 111).

O fato é que o desenvolvimento regional é produto de múltiplas ações convergentes e complementares, que visam a superação da dependência, da inércia do subdesenvolvimento e do atraso das regiões periféricas, além de originar uma transformação social no território. Para isto, é preciso que cada território gerencie internamente o capital social e o capital humano (SILVA, 2012).

1.1.1.1 *Desenvolvimento endógeno*

A teoria do desenvolvimento endógeno surgiu na década 1970, quando o modelo fordista entrou em declínio e novas alternativas de desenvolvimento são erguidas, principalmente as propostas de desenvolvimento *da base para o topo*, então essa corrente evoluiu agregando novos enfoques à problemática do desenvolvimento regional (MORAES, 2003).

Na década de 1990 o centro dos debates do desenvolvimento endógeno eram as causas que justificassem a diferenciação entre o nível de crescimento das diferentes regiões e países, considerando que possuíam as mesmas condições produtivas, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologias. Então definiu-se que a solução seria procurar dentro das próprias regiões quais fatores mais influenciavam o crescimento. Assim, foram identificados que os fatores de produção decisivos como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa e desenvolvimento, informação e instituições, eram determinantes dentro da região e não de forma exógena, como era compreendido até então. Logo, chegou-se à conclusão que as regiões que possuísem esses fatores internamente, ou estivessem estrategicamente direcionadas a desenvolvê-los, teriam melhores condições de desenvolvimento rápido e equilibrado (SOUZA FILHO, 2002; MORAES, 2003).

Sendo, do ponto de vista regional, o desenvolvimento endógeno definido como

um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

Nesse sentido, conceitualmente o desenvolvimento regional é endógeno, tanto que Moraes (2003, p. 126) o caracteriza como “um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais ou urbanas, que poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e endogenização de capacidades, competências e habilidades da comunidade”. O autor ainda ressalta que essa comunidade transforma-se no sujeito de seu próprio desenvolvimento quando por meio da mobilização das forças solidárias e inteligentes da localidade conseguem ampliar suas margens de manobra e autonomia das decisões de seus destinos.

Barquero (1988) identifica nos processos de desenvolvimento regional endógeno pelo menos três dimensões: econômica, sociocultural e política. A primeira é aquela em que a sociedade empresarial local usa de sua capacidade para organizar os fatores produtivos da região da forma mais produtora possível. A segunda é onde os valores e as instituições locais formam a base para o desenvolvimento local. E a última se concretiza em iniciativas locais que possibilitam a criação de um entorno que estimule a produção e facilite o desenvolvimento. Ficando, portanto, evidente a importância da sociedade e das relações sociais na construção desse tipo de desenvolvimento.

O desenvolvimento endógeno assume, dessa forma, o papel de

[...] atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isso leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedades locais. (BARQUERO, 2002, p. 39).

Estando, portanto, no cerne da teoria de desenvolvimento endógeno mecanismos de vinculação entre os atores, que resulta no crescimento e na mudança estrutural da economia local. Tornando possível criar redes capazes de utilizar economias de escala antes não percebidas. Essas redes são produtos de um território ativo, que por meio da participação ativa é capaz de produzir novos paradigmas, interagindo com o Estado na consecução de políticas públicas participativas, mudando assim a forma tradicional de atuar em que se leva pronto o trabalho a ser desenvolvido, onde os engenheiros das ações não tiveram contato anterior a realidade local e por isso o Poder Público tem grandes dificuldades em gerir as necessidades do

território. Outro ponto positivo da teoria endogenista está na possibilidade do controle dos recursos públicos devido a participação ativa da população na gestão, o que a torna transparente. Sendo necessário, no entanto, buscar estratégias que promovam a maior participação popular, já que por meio dela se consegue a endogenização do saber fazer, transformando a capacidade de escolha dos seres (OLIVEIRA, 2008).

Essa concepção evidencia que o componente cultural da região passa a ser essencial ao desenvolvimento regional, principalmente após os estudos realizados por Robert Putnam sobre as diferenças regionais da Itália, sendo este considerado o marco da moderna teoria endógena, ao passo que as questões culturais regionais passam a ser fundamentais na explicação dos fatores econômicos e também do entendimento do porquê que uma região é mais próspera que a outra em um mesmo território. Dessa forma, as comunidades mais prósperas tendem a ser aquelas onde há maiores níveis de participação na vida pública de seus habitantes, isto devido serem mais solidários, confiarem mais uns nos outros e realizam projetos coletivos de forma compartilhada (PUTNAM, 1996; SILVA, 2012).

Amaral Filho (1996) ressalta o cuidado quanto a compreensão do que seja o desenvolvimento endógeno para não cometer o equívocos ao associá-lo a ideias de fechamento e isolamento, ou mesmo autocentrismo e autossuficiência, de uma região, já que a concepção moderna de desenvolvimento endógeno baseia-se, antes de tudo, na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas buscando criar um ambiente que leve a consolidação de um desenvolvimento orginalmente local atrativo a novas atividades econômicas em uma perspectiva aberta (e mesmo globalizada) e sustentável.

1.1.1.2 *Capital social e desenvolvimento regional*

Capital social é uma expressão conceitual recente na literatura e nas pautas dos governos, sua origem é vinculada a “ampliação” teórica do termo capital, que busca significar a presença e a qualidade das relações para o desencadeamento dos processos de desenvolvimento, onde o “capital social significa relações sociais institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais” (MORAES, 2003, p. 127).

Esse reconhecimento da relevância da sociedade e das relações sociais na construção do desenvolvimento, é considerando como o grande avanço da teoria regional endógena. Não estando inserido nesse debate a relação Estado e sociedade, com maior ou menor participação, ou entre sociedade e mercado. Sua fundamentação está na concepção de que o desenvolvimento

regional está diretamente vinculado às qualidades da organização social e das relações cívicas existentes no território (SOUZA FILHO, 2002).

Nessa direção, Putnam (1996), como já mencionado, ao analisar os diferentes aspectos que condicionavam as diferenças regionais entre o norte e o sul da Itália, chegou a importante conclusão de que "na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico" (PUTNAM, 1996, p. 162). E justificou sua teoria ao exemplificar a evolução das regiões italianas de Emila-romagna, ao norte, e Calábria, ao sul, que no início do século passado possuíam padrões de desenvolvimento bem semelhantes, e ao decorrer oito décadas identificou-se uma desigualdade acentuada entre elas; Emila-romagna, de forte participação política e solidariedade social, tornou-se uma das mais prósperas regiões da Europa; e Calábria, com características feudais, fragmentada e isolada, a mais atrasada (MORAES, 2003). Essa observação levou o autor a concluir ainda que “quando tomamos por base as tradições cívicas e o desenvolvimento socioeconômico registrado no passado para prever o atual desenvolvimento econômico, constatamos que o civismo é na verdade muito melhor prognosticador do desenvolvimento socioeconômico do que o próprio o desenvolvimento” (PUTNAM, 1996, p. 166).

Uma excelente síntese da questão foi feita por Sebastiano Brusco ao apontar as três lições essenciais que devem ser tiradas da experiência italiana: a) a necessidade de combinar concorrência com cooperação; b) a necessidade de combinar conflito com participação; e c) a necessidade de combinar o conhecimento local e prático com o científico. Essas três lições fazem com que a interrogação central passe a recair, portanto, sobre as condições que permitem a emergência de instituições mais favoráveis a essas três combinações. E a resposta - como não poderia deixar de ser - é afirmação de que o desenvolvimento depende essencialmente do papel catalisador que desempenha um *projeto* elaborado por *atores locais*. (VEIGA, 2002, p. 12, grifo do autor).

Bandeira (1999, p. 10) corrobora com Putnam (1996) ao discorrer que “[...] o capital social - que é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas - constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento [...]”. Sendo, então, capital social definido por Putnam como “um conjunto de características da organização social, onde se incluem as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação” (MORAES, 2003, p. 128).

Contudo essa visão determinista de Putnam sobre o capital social, do ponto de vista histórico e cultural, de que não é possível que se crie ou se desenvolva capital social em locais

que possuam práticas culturais acumuladas historicamente, é contestada, conforme observado por Moraes (2003, p. 129, grifo do autor):

Argumentos que vão além dessa visão dizem que os sistemas sociais não são influenciados somente por questões culturais, mas, também por componentes sociais, onde os agentes sociais podem promover mudanças ou alternativas de “rotas” no processo de desenvolvimento e nas “escolhas” feitas. Tais modificações ou rupturas podem provocar alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos culturais e práticas sociais que promovam a formação de capital social. Além deste, segundo Castilhos (2001), há argumento que o Estado cumpre uma função importante para a formação do capital social, com vários estudos, principalmente no campo do neo-institucionalismo, demonstrando a importância do Estado para o desempenho da função “coercitiva” ou “protetora” das relações sociais geradoras de capital social.

Nessa linha de pensamento, Woolcock (1998) formulou teorias que possibilitaram incorporar uma visão multidimensional na dinâmica do capital social ampliando sua compreensão para vários tipos e dimensões, sendo os três mais citados na literatura internacional os seguintes: 1) *Capital social institucional*, que delinea a relação da sociedade com o Estado e seus órgãos de governo na consecução de ações conjuntas; 2) *Capital social extracomunitário*, descreve as relações da comunidade local com grupos sociais e econômicos externos; e, 3) *Capital social comunitário*, corresponde as relações sociais entre os indivíduos da mesma comunidade (MORAES, 2003).

Assim, capital social integra-se ao modelo de desenvolvimento regional. Sua manifestação favorece a criação de cooperativas e/ou associações, imanentes à visão da descentralização de renda, geração de emprego, crescimento econômico, tonando possível a extensão da localidade aos palcos estaduais, nacional e internacional. Ademais, aumenta os espaços de participação política, torna mais atrativo a região para o capital financeiro externo e a entidades que possibilitem o desenvolvimento sob outras perspectivas (BAZZANELLA; ONISTO, 2014).

Entretanto, ele, o capital social, por si só, não promove o desenvolvimento regional, mas possibilita a criação de base para o desenvolvimento sustentável de uma região no atual contexto de competição globalizada, “com previsões teóricas apontando que as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições” (FUKUYAMA, 1995 apud SILVA, 2012, p. 9).

1.1.2 Planejamento Público Contemporâneo

Planejamento é o “cálculo que precede e preside a ação”, assim definiu Matus (1989, p. 24), sendo, portanto, inerente a todos os seres pensantes e um instrumento lógico e racional indispensável na tomada de decisão e no direcionamento das ações humanas.

Para Ingelstam (apud BUARQUE, 1999, p. 35) o “planejamento representa uma forma da sociedade exercer o poder sobre o seu futuro”, logo, o planejamento se apresenta como um instrumento de decisão antecipada de ações futuras, sendo um processo intrínseco ao comportamento e atividade humana inteligente, passando assim, por toda à História. Todas as conquistas da humanidade, e também grandes tragédias, só foram possíveis com o emprego de algum nível de planejamento, indutivo ou explícito (JANNUZZI; MENEZES, 2005). Como o que tornou possível a concretização das pirâmides do Egito; da muralha da China; dos aquedutos e estradas do Império Romano; da irrigação agrícola da Mesopotâmia antiga; das obras civis nas cidades gregas e romanas; das embarcações das mais distintas civilizações antigas; e dos planos de expansão da rota comercial do Báltico no século XVI (SILVA, 2015). Assim como todas as descobertas científicas e tecnológicas.

Contudo, o planejamento só ganhou *status* de objeto específico de análise e conceituação científica com o surgimento do positivismo, da Ciência Administrativa e do acontecimento das guerras mundiais. Tendo, desde então, seus limites conceituais e metodológicos estendidos e seu potencial comprovado na esfera pública e privada, ainda que não consensualmente assim entendidos (JANNUZZI; MENEZES, 2005).

Com a crise do petróleo na década de 70, o término da guerra fria, a queda do muro de Berlim, em 1989, o processo de globalização da economia foi acelerado, causando mudanças de diversas ordens no mundo capitalista, dentre estas a do paradigma teórico do planejamento do desenvolvimento nacional e regional, antes fundamentado em uma perspectiva economicista e centralizadora, entra em declínio, e em muitos países desenvolvidos e emergentes, incluindo o Brasil, há o esgotamento do papel do Estado como produtor e coadjuvante do desenvolvimento nacional, “passando essa tarefa a ser transferida para o mercado e a sociedade civil, no caso da produção de bens e serviços públicos, e para instâncias subnacionais, governos estaduais e municipais, o planejamento do desenvolvimento regional” (SILVA, 2012, p. 5).

Lembrando que no âmbito público, o planejamento funciona como instrumento de interação entre o Estado e a sociedade, em que o principal objetivo é o atendimento efetivo as demandas sociais, com finalidade de buscar a melhoria da qualidade de vida da população (FERREIRA, 1979; MATUS, 1997). Para Buarque (1999, p. 36) o “planejamento

governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que levem ao futuro desejado”, sendo, portanto, um processo em direção ao desenvolvimento.

Esse novo paradigma do planejamento trouxe para o planejamento governamental, ferramenta que o Estado utiliza para estabelecer estratégias para a promoção do desenvolvimento, uma série de desafios que exigiram e exigem uma nova abordagem em seu processo de concepção, implementação e, até mesmo, avaliação (CARDOSO JUNIOR, 2011a).

Esse planejamento público contemporâneo envolve ideias não muito claras, nem teórica e nem politicamente, que visam à sua ressignificação e redefinição, destacando-se aquelas que pretendem dotar a função planejamento de forte conteúdo estratégico, de forte capacidade de articulação e coordenação institucional, de fortes conteúdos prospectivos e propositivos e de forte componente participativo (CARDOSO JUNIOR, 2011).

Na concepção de Silva (2012, p. 6)

o planejamento regional moderno, portanto, é situacional, isto é, ele deve estar focado na situação socioeconômica e político-institucional do território onde se pretenda interferir para melhorar as condições de vida dos atores sociais inseridos na problemática a ser planejada. Embora seja influenciado pelo trabalho de outros autores como Ackoff (1974) e Mason & Mitroff (1981), o planejamento regional moderno tem em Carlos Matus seu grande mentor intelectual e maior entusiasta. Ministro de Planejamento do Presidente Allende, no Chile, Matus, a partir da queda desse governo, passou a se dedicar à compreensão do por que a pobreza e as condições de vida nos países da América Latina não haviam melhorado após governos ditos progressistas, embasados nas teorias da CEPAL, da qual também foi filiado. Formulou, por conseguinte, a teoria do planejamento público moderno, que a partir da análise situacional e do uso de ciências e técnicas de governo possibilita aos dirigentes políticos, estejam eles em posições de governo, partidos, sindicatos, organizações (públicas ou privadas) etc., ampliarem sua capacidade de governo utilizando por instrumento de trabalho todo um conjunto de conhecimentos consolidados na teoria que desenvolveu.

Nessa perspectiva, Matus (1989, p. 128) afirma que o planejamento normativo, onde só um planeja e governa, foi superado pelo planejamento estratégico situacional, em que há ação social interativa, apesar disso não podemos desconsiderar a dimensão normativa que é inerente a todo planejamento, pois “sem norma não existe o problema do planejamento e do planejador”.

Sendo planejamento situacional entendido, enquanto formulação teórica, como aquele que

[...] parte de uma *indicação* que compreende um espaço de relações de produção social só compreensível *se quem indica está dentro do espaço indicado*. Porém aqui a indicação deste ator não está motivada pelo mero propósito de conhecer mas, também, de *atuar e alterar* a realidade compreendida no espaço indicado. A *indicação* é a nossa forma de dividir o mundo para atuar sobre ele. Por conseguinte, uma realidade determinada admite muitas indicações. (MATUS, 1989, p. 128, grifo do autor).

Essa compreensão da realidade traz à tona a concepção de análise situacional, que se diferencia do diagnóstico tradicional, utilizado no planejamento normativo, pelo fato do diagnóstico tratar-se de um monólogo em que alguém não situado faz, com base em sua própria visão e interpretação do mundo que o envolve, sendo, portanto, um e único; enquanto a análise situacional, é construída por meio de diálogos entre atores inseridos em um mesmo contexto situacional que o torna coabitante de uma realidade contraditória que admite outros relatos de forma que “minha explicação é um diálogo com a situação em que coexisto com outro” (MATUS, 1989, p. 124).

De forma que nesse processo social contraditório e conflitante,

a realidade consiste *não só no que EU creio que é* mas, também, no que os OUTROS *creem que é*. Isto é de fundamental importância para o planejamento estratégico, porque o cálculo interativo exige procurar conhecer as motivações e ações possíveis do oponente e elas *não* dependem da minha explicação situacional mas da *sua* explicação. (MATUS, 1989, p. 124, grifo do autor).

Dessa forma, o planejamento estratégico situacional deve incorporar e combinar as dimensões políticas e técnicas. Política, porque no processo de negociação entre múltiplos e diversificados interesses dos atores da sociedade, procuram influenciar o projeto coletivo utilizando os meios e mecanismos de poder que possuem. E técnico porque, esse processo de decisão requer uma forma estruturada e organizada para a escolha das alternativas do projeto coletivo, portanto, sendo um processo ordenado e sistemático do processo de decisão. Ademais essa concepção técnico-política do planejamento deve levar também a uma profunda reformulação do posicionamento dos técnicos quanto a definição de prioridades para o desenvolvimento e também para a necessidade de uma estrutura que possibilite a mobilização e participação da sociedade para a tomada de decisão, sendo orientados pela análise técnica. O atendimento a esses fatores torna possível o planejamento se constituir em um projeto realmente coletivo, sendo reconhecido pela sociedade como tal, e onde atores sociais e agentes públicos estejam efetivamente comprometidos (BUARQUE, 2002).

Nessa direção, Rezende (2011) argumenta que se nessas orientações não forem atendidas a participação da população, ela se dará de forma *ad-hoc*, ou seja, quando não há a observância de normas e procedimentos de organização do processo de decisão, e nem a existência de análises técnicas que possibilitem avaliar a exequibilidade das reivindicações, assim o documento final tende a tornar-se um documento genérico, traduzido em um extenso rol de hipotéticas prioridades, indicando na realidade a perda do foco no que seja realmente prioritário, afastando dessa forma do projeto coletivo de desenvolvimento, o que fadará a perda de credibilidade no decorrer do tempo.

Outra análise importante de Rezende (2011) está em não ignorar as limitações impostas pela disponibilidade de recursos para executar o planejado, devendo a participação da sociedade se dá no sentido de definir o estilo de desenvolvimento que indique caminhos para sustentar o crescimento, reduzir as desigualdades (sociais e regionais), preservar o meio ambiente e diminuir a vulnerabilidade as mudanças internacionais, e não em se ater a detalhes de programas e projetos contemplados no plano. Para isto, “cabe ao governo definir a maneira como isso pode ser feito, isto é, escolher os programas e projetos a serem tocados e distribuir os recursos disponíveis entre eles, cabendo à sociedade cobrar do governo os resultados decorrentes dessa escolha”. (REZENDE, p. 201-202).

Assim o planejamento regional é um processo de decisão, tecnicamente fundamentado e politicamente sustentado, de promoção do desenvolvimento da região e também de construção de um projeto de sociedade local (BUARQUE, 2002).

Ressaltando que na atualidade, para viabilizar o planejamento do desenvolvimento regional, há necessidade de articular as políticas de desenvolvimento com as de ciência e tecnologia, como forma de promover governança, inovação e competitividade de “cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento de territórios microrregionais com potencialidade para irradiar desenvolvimento endógeno nas regiões em que se situam”. (SILVA, 2012, p. 5).

1.1.2.1 *Gestão e planejamento público*

Essa recente ressignificação do papel do Estado, do planejamento governamental e das teorias do desenvolvimento, criou um ambiente propício para a ressignificação também da gestão pública (CARDOSO JUNIOR, 2011b). Assim, o movimento gerencial, iniciado no Brasil em 1995, exigiu um aperfeiçoamento da gestão pública, com vistas a modernização da estrutura organizacional e dos métodos de gestão.

Robert e Janet Denhardt (2007) descreveram esse novo modelo de administração pública como voltado eminentemente para o cidadão, abarcando instrumentos e preceitos como a coprodução, gestão social e governança pública. Esse modelo foi denominado de Novo Serviço Público (NSP), por preocupar-se, sobretudo, com a relação entre cidadão e seus governos e possibilitar abordagens alternativas de gestão e *desing* organizacional (DENHARDT, 2011, apud REUS, 2012).

O NSP é orientado principalmente por teorias democráticas de cidadania, que envolvem a renovação do senso de orgulho e responsabilidade cidadã.

O modelo de homem subjacente ao NSP passa do indivíduo passivo, auto interessado e autocentrado para um homem ativo cujo olhar pode ir além do interesse individual, alcançando o interesse público. “Esta interpretação de cidadania, é claro, cobra muito mais do indivíduo. Entre outras coisas, ela requer reconhecimento dos problemas políticos e, também, senso de pertencimento, interesse pelo todo e laços morais com a comunidade cujo destino está em jogo. (DENHARDT, 2011 apud REUS, 2012, p. 83)

Esse novo perfil de cidadão do NSP certamente possibilita o fortalecimento do capital social, o qual possui uma relação estreita com o desenvolvimento local e com os planos de desenvolvimento, como já explicitado.

Contudo, é importante frisar que a relação do binômio planejamento e gestão historicamente foi tratada, principalmente no Brasil, de forma separada, havendo sempre uma desmensurada primazia de um em função do outro, contudo, nesse novo cenário, planejamento governamental e gestão pública, constituem-se em dimensões cruciais e inseparáveis da atuação dos Estados contemporâneos em sua missão de autocapacitação para o desenvolvimento (CARDOSO JUNIOR, 2011b).

Isto porque, planejamento é uma atividade altamente intensiva de gestão, e quando não há uma gestão adequada do planejamento este “é processo especialmente sujeito a fracasso e descontinuidades de várias ordens, a ponto da literatura sobre o assunto lançar mão da expressão ‘administração paralela’”, indicando que os governantes na tentativa de implementar o planejado tomam outros caminhos, inclusive criando estruturas paralelas de gerenciamentos dos planos. Em resumo, “planejamento descolado de gestão corre o risco de tornar-se um conjunto de estudos, diagnósticos e proposições de objetivos sem eficácia instrumental, atividade incapaz de mobilizar recursos necessários de forma racional na direção pretendida do plano” (CARDOSO JUNIOR, 2011b, p. 12).

Dessa maneira, com a conclusão do processo de elaboração dos planos de desenvolvimento, inicia-se a da construção do modelo de gestão, considerado um dos componentes centrais, que representa o sistema de organização da sociedade e dos agentes públicos para a execução e o acompanhamento do plano (BUARQUE, 1999).

Para Buarque (1999) esse modelo de gestão de planos de desenvolvimento deve se configurar como um sistema institucional e arquitetura organizacional apropriada para articular os atores e agentes, assegurando a participação da sociedade em todo processo, buscando implementar as estratégias e recursos (institucionais, organizacionais, legais e financeiros) disponíveis para a efetiva execução dos planejamentos.

Nessa direção Ckagnazaroff (2009, p. 28) aponta como ponto-chave “a questão de como a cooperação na prática pode levar ao fortalecimento de metas comuns, e como criar arranjos de tal modo que o esforço de governar por parte do Estado, e a auto-organização, por parte da sociedade, possam se complementar”. Isto por que o governo moderno se concretiza em arranjos sociais e administrativos baseados na noção de rede.

Considerando, principalmente, a dimensão político-institucional do modelo de gestão, que traduz-se no desenho da arquitetura institucional para a implementação do plano, Buarque (1999) ressalta que devem ser levados em consideração os quatro componentes centrais: a) identificar os mecanismos institucionais, que possibilitam assegurar eficiência, eficácia e efetividade das políticas, programas e projetos do plano de desenvolvimento; b) montar um sistema de acompanhamento, avaliação e controle permanente da implementação do plano, desde que permita ajustes e correções necessários a execução dos objetivos gerais; c) consolidar um sistema permanente de participação da sociedade no processo de execução e acompanhamento do plano; e d) garantir um sistema de capilaridade, envolvimento e integração das distintas instituições públicas vinculadas ao processo e na intervenção local.

O Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2014b) define como funções básicas da gestão pública: a) implementar programas; b) garantir a conformidade com as regulamentações; c) revisar e reportar o progresso das ações; d) garantir a eficiência administrativa; e) manter a comunicação com as partes interessadas; e f) avaliar o desempenho e aprender.

Rezende (2011) afirma que em uma sociedade democrática a transparência do planejamento, principalmente na execução do plano, é atributo fundamental para garantir credibilidade ao planejamento público contemporâneo. Isso significa dizer que a credibilidade do planejamento está na existência e implementação de mecanismos e instrumentos direcionados a acompanhar a execução de programas e projetos contidos nos planos, tornando possível avaliar continuamente os resultados em todo período de vigência do plano, com a

elaboração e publicação de relatório detalhados, assim como a indicação de ajustes e correções para a consecução do planejado. Demonstrando assim a importância da gestão e da governança.

1.1.2.2 *Governança em planejamento do desenvolvimento regional*

Em consonância com as mudanças que ocorreram no âmbito econômico, social e ambiental nas últimas décadas, que em certa medida, foram influenciadas pelo processo de globalização, levaram também a ressignificação das concepções de desenvolvimento, planejamento e de gestão pública, como já explicitado. Tais mudanças também transformaram profundamente as relações entre Estado, mercado e sociedade, que ancoradas na pluralidade das sociedades contemporâneas e amparados pelos processos de redemocratização ocorrido em vários países, inclusive no Brasil, levaram a intensificação dos movimentos pela expansão da cidadania por meio da ampliação do espaço político mediante a busca de novos arranjos de participação social nesse novo cenário (CKAGNAZAROFF et al., 2008).

Destaca-se ainda a questão levantada por Santos (1997) de que uma boa governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos.

Essa inclusão de novos atores na dinâmica político-econômica-social faz emergir o debate da governança sobre o desenvolvimento local e seu acompanhamento (CKAGNAZAROFF, 2009). Como a expressão governança é utilizada em vários campos do conhecimento com sentidos distintos, carece observar o contexto em que é aplicado para precisar seu significado (GONÇALVES, 2006). Para fins desta pesquisa, há necessidade de se trabalhar com os conceitos de governança pública e governança territorial, de forma complementar, sendo o primeiro fundamentado principalmente nas publicações do Tribunal de Contas da União (TCU) e o segundo nas concepções de Valdir Roque Dallabrida.

a) Governança pública

O conceito de governança pública vem sendo utilizado para direcionar temas relevantes da administração pública e propiciar uma atuação mais eficiente do Estado, levantando discussões que norteiem as boas práticas nas organizações públicas. Dado principalmente pela crise fiscal de 1980, que exigiu um novo arranjo econômico e político internacional. Nos anos seguintes diversas publicações estabeleceram os princípios básicos de governança, que seguem alinhando-se em busca de transparência, integridade, prestação de contas, liderança,

compromisso, integração, eficiência e eficácia. Conforme análise do *Institute of Internal Auditors* (IIA), para melhor atender aos interesses da sociedade, é importante garantir o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente da liderança; controlar a corrupção; implementar efetivamente um código de conduta e de valores éticos; observar e garantir a aderência das organizações às regulamentações, códigos, normas e padrões; garantir a transparência e a efetividade das comunicações; balancear interesses e envolver efetivamente os *stakeholders*² (BRASIL, 2014b).

Segundo o Banco Mundial (2003) governança é definida como o “exercício da autoridade, controle, administração e poder de governo. É a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento” (GONÇALVES, 2009, p. 1; BRASIL, 2014b, p. 54). Com base nessa definição o TCU (2014) adotou a seguinte conceituação para governança pública: “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas³ e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. (BRASIL, 2014a, p. 5).

Na mesma direção, Diniz (1999, p. 196, apud CKAGNAZAROFF, 2009, p. 28) entende governança como a “capacidade governativa em sentido amplo, envolvendo a capacidade da ação estatal na implementação de políticas públicas e na consecução de metas”, por meio de um “conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade”. Os quais para a autora são comando, coordenação e implementação.

Compreendendo comando, quando o governo assume a “direção efetiva do processo de políticas públicas, realizado pelo conjunto da máquina estatal, como definir e ordenar prioridades”; coordenação, como a capacidade de integrar as diferentes áreas de governo para conduzir as políticas públicas de forma coerente e consistente, administrando o dissenso e conflito através da negociação e do compromisso; e implementação, como a capacidade

² “Partes interessadas (*stakeholders*): são pessoas, grupos ou instituições com interesse em bens, serviços ou benefícios públicos, podendo ser afetados positiva ou negativamente, ou mesmo envolvidos no processo de prestação de serviços públicos. Em resumo, são aqueles cuja atuação e opinião deve ser levada em conta na formulação de estratégias, na *accountability* e na transparência. No setor público, abrangem: agentes políticos, servidores públicos, usuários de serviços, fornecedores, mídia e cidadãos em geral, cada qual com interesse legítimo na organização pública, mas não necessariamente com direitos de propriedade”. (IFAC, 2001 apud BRASIL, 2014b, p. 64).

³ Faz-se necessário explicitar como o termo política pública aqui está sendo interpretado, como sendo “um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos” (MARTINS, 2007 apud BRASIL, 2014a, p. 21).

governativa de mobilizar recursos técnicos, institucionais, financeiros e políticos para a consecução dos objetivos (DINIZ, 1997 apud CKAGNAZAROFF, 2009, p. 29).

O TCU, entretanto, chama atenção para duas elucidações necessárias tanto para o entendimento de governança pública quando para realizar sua avaliação. O primeiro é a diferenciação entre governança e gestão, e o segundo entre governança e governabilidade.

Quanto a primeira diferenciação, considera-se gestão o que se faz quando já se possui direcionamentos superiores para a ação, cabendo aos agentes públicos executá-las de forma efetiva e eficiente, estando, portanto, relacionada a movimentação adequada dos recursos e poderes colocados à disposição dos órgãos ou entidades para a consecução de seus objetivos. Já a governança deve prover o direcionamento, monitoria, supervisão e avaliação da atuação da gestão desses recursos, ou seja, evidenciando a qualidade do processo decisório e sua efetividade, condicionando, assim a gestão (BRASIL, 2014b).

Essa relação entre governança e gestão pode ser melhor visualizada na figura 2 a seguir.

Figura 2 – Relação entre governança e gestão



Fonte: Brasil (2014b)

Com referência à governabilidade, ela está centrada na dimensão estatal do exercício do poder, e pode ser definida como, “entre outras ideias, à existência de ‘condições políticas’ para a sustentação de políticas públicas em ambiente democrático” (SANTOS, 1997 apud BRASIL, 2014c, p. 34). Ou como para Bresser-Pereira (1998 apud BRASIL, 2014a, p. 34) que entende governabilidade como “uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas”.

Observando que

em algumas situações, aspectos de governança acabam sendo negligenciados em favor de uma maior governabilidade. Isso não é fundamentalmente algo ruim, tendo em vista a necessidade do caráter emergencial de algumas políticas públicas, de modo que cabe aos avaliadores da governança da política pública sopesar esse balanço com a governabilidade, levando em conta que esses conceitos não são excludentes. (BRASIL, 2014a, p.16).

Outra diferenciação importante a fazer, é a levantada por Rosenau (2000, p. 15) de que “governança não é o mesmo que governo”, pois apesar de ambos conceitualmente referirem-se a comportamentos direcionados a atingir objetivos e metas dentro de um sistema ordenado, governo “sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação de políticas devidamente instituídas”; e governança “refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para serem aceitas e vençam resistências”. Infere-se com isso que governança é um termo mais amplo e contem em si a dimensão governamental, “abrange as instituições governamentais, também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro de sua área tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam as suas demandas” Rosenau (2000, p.15-16).

De forma que para avaliar da governança em políticas públicas o TCU embasado no modelo metodológico já empregado por ele na avaliação da governança da PNDR (Acórdão 2.919/2009-TCU-Plenário e TC 033.934/2011-8), agregando outras referências⁴, identificou oito componentes para viabilizar a boa governança: a) institucionalização; b) planos e objetivos; c) participação; d) capacidade organizacional e recursos; e) coordenação e coerência; f) monitoramento e avaliação; g) gestão de riscos e controle interno; e h) *accountability*⁵ (BRASIL, 2014a).

⁴ a) Characteristics of good governance for drug policy: findings from an expert consultation. UK Drug Policy Commission (UKDPC), 2010; b) The Coordination of Australian Illicit Drug Policy: A Governance Perspective. DPMP Monograph Series. Sydney: National Drug and Alcohol Research Centre, 2010; c) Modern Policy-Making: Ensuring Policies Deliver Value for Money. National Audit Office (NAO), 2001; d) A Practical Guide to Policy Making in Northern Ireland. Office of the First Minister and Deputy First Minister. Economic Policy Unit, (2003); e) Framework for assessing governance of the health system in developing countries: Gateway to good governance. Health Policy Journal, 2009; f) Integrated Governance and Healthy Public Policy: Two Canadian Examples. National Collaborating Centre for Healthy Public Policy (NCCHPP), 2008; g) Redes e Governança das Políticas Públicas. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG), 2013.

⁵ Segundo Brasil (2014b, p. 76) é considerando o “conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os decisores governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, garantindo-se maiores transparência e exposição das políticas públicas (MATIAS-PEREIRA, 2010). Promoção da transparência por meio de informações claras e justas (IIA, 2011). A accountability envolve, além do dever e da responsabilidade de prestar contas, o desejo de fazê-lo de forma voluntária”.

Porém, quando se trata de avaliar governança em políticas públicas é preciso ter flexibilidade suficiente para compreender os diferentes estágios do seu desenvolvimento, considera-la a partir de uma macro perspectiva, tendo sensibilidade analítica para identificar lacunas entre técnicas e instrumentos de gestão utilizados pelos diferentes atores que compõem o arranjo de governança (BRASIL, 2014a).

b) Governança territorial

Para Dallabrida (2011, p. 2) Governança Territorial refere-se a “iniciativas ou ações que expressam à capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. Na mesma direção, Rover (2011, p. 132) a compreende como “a constituição de uma instituição e de processos de gestão pública que integram governos com grupos e atores sociais para realizar a gestão de políticas, na qual se darão processos de negociação de interesses”. E Gonçalves (2006, p. 3) como “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”.

Ficando evidente que governança territorial trabalha principalmente com a inclusão social e a democratização, estando voltada para a “inter-relação entre governo, agentes de mercado e atores sociais, em processo de promoção e coordenação de ações de inclusão social e consolidação e ampliação de participação do cidadão nos processos decisórios” (CKAGNAZAROFF, 2009. p. 7). Estando, portanto, relacionado a construção de um poder político regional.

Boisier (1998, p. 57) ao abordar a constituição desse poder político regional, o defendeu como condição imperativa para a promoção de uma participação democrática mais ampla dos cidadãos na condução dos seus destinos e de seu entorno geográfico, afirmando que “não se mudam as coisas por voluntarismo, senão mediante o uso do poder”. Esse poder político defendido pelo autor pode ser originado, conforme ele mesmo aponta, por duas vias: 1) pela transferência de poder por meio da descentralização; e 2) pela verdadeira forma de criação de poder que é via concertação social. Porém, ele ainda ressalta que “o poder que se acumula na comunidade regional não é um poder para fazer uma revolução”, sendo suficiente somente para “modificações nos parâmetros do estilo de desenvolvimento, não nos parâmetros do sistema”.

O entendimento desse processo passa pela compreensão do exercício da governança territorial ou regional, e é o que se quer aqui destacar.

O exercício da governança se dá, portanto, pela atuação dos distintos atores do território por meio de instituições, incluindo o Estado, e organizações da sociedade civil que constituem as *redes de poder socioterritorial*, que ao unirem-se em prol do desenvolvimento da região formam os *blocos socioterritoriais*, estes por meio de processos de *concertação público-privado*, ou simplesmente *concertação social*, após mediação e conciliação de suas visões de desenvolvimento, entram em acordo, resultando no *pacto socioterritorial*, ou seja, no “projeto político de desenvolvimento da região” que pode ser um planejamento para o desenvolvimento regional (DALLABRIDA, 2011, 2003).

Para melhor compreensão destes termos, Dallabrida (2011, p. 2-3) os define como:

- a) Redes de poder socioterritorial: “cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo-se na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica”;
- b) Bloco socioterritorial: “conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território”;
- c) Concertação social ou concertação público-privada: “processo em que representantes das diferentes redes de poder socioterritorial através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma democrática e descentralizada”;
- d) Pacto socioterritorial: “refere-se aos acordos ou ajustes decorrentes de processos de concertação social, que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionados à definição de seu projeto político de desenvolvimento”.

Ademais, esse autor faz ainda a seguinte observação:

A análise dos diferentes processos de governança territorial e desenvolvimento contribuem para firmar a convicção de que governa e decide quem tem poder. A governança, assim, sinteticamente, refere-se ao ato de atribuir poder à sociedade para governar, ou, de conquista de poder pela sociedade, para governar. Portanto, o exercício da governança é realizado através de relações de poder (DALLABRIDA, 2003; 2007). Com isso, não se trata de relações amistosas, harmônicas, mas de relações que ocorrem em processos conflituosos, com origens inter e extra-escalares. Brandão (2011) ressalta que é imprescindível buscar construir ‘estratégias multiescalares e governança multinível’. Tais estratégias, segundo o autor, precisam contemplar uma ‘abordagem das diversas escalas espaciais que se articulam

no território em que se quer promover determinado processo de desenvolvimento. (DALLABRIDA, 2011, p. 3).

Anne-Marie Slauder (1997 apud GONÇALVES, 2006, p. 5) ressalta o cuidado ao se tratar desse empoderamento da sociedade em governar o destino do território, para não confundir com ausência do papel do Estado, ou como ela denomina de “governança sem governo”. Defendendo a ideia que a nova ordem mundial baseia-se na existência e funcionamento de redes transgovernamentais, onde o governo acaba se beneficiando da flexibilidade e da descentralização dos atores não-estatais se fortalecendo enquanto ator principal do sistema. Nas palavras da autora:

governança sem governo é governança sem poder, e governo sem poder raramente funciona. Muitos dos problemas internacionais e domésticos urgentes resultam do poder insuficiente dos Estados para estabelecer a ordem, realizar a infraestrutura, e prover serviços sociais mínimos. Atores privados podem assumir algum papel, mas não há substituto para o Estado. (SLAUGHTER, 1997, p. 195 apud GONÇALVES, 2006, p. 5).

Posicionamento compartilhado por Gonçalves (2006), quando defende que a governança não é uma ação isolada da sociedade na busca por ampliar seus espaços de participação e influência, mas sim compreende uma ação conjunta de sociedade e Estado em encontrar soluções e buscar resultados para os problemas comuns, sendo inegável o surgimento de atores não-estatais é fundamental para o desenvolvimento e concepção da prática de governança.

Sucintamente, pode-se dizer que governança territorial é compreendida como uma instância institucional de exercício do poder de maneira harmônica no território. Entretanto, é requisito indispensável para o desenvolvimento regional a existência uma prática qualificada de governança territorial, onde a gestão do projeto de desenvolvimento, fruto do processo de concertação social, “implica numa revalorização da sociedade, assumindo uma postura propositiva, sem, no entanto, diminuir o papel das estruturas estatais nas suas diferentes instâncias” (DALLABRIDA, 2011, p. 4).

1.2 Fundamentação metodológica

Elucidado “o que” e “o porquê” da pesquisa, nesta parte é apresentada o caminho metodológico realizado para construção deste trabalho científico. Caminho este, que representou superação, tanto das dificuldades e entraves que se apresentaram no decorrer da

investigação, quanto do crescimento científico da pesquisadora em busca de seu amadurecimento acadêmico e intelectual, sendo, portanto, um processo rico e instigante.

Assim, passamos aos procedimentos metodológicos que validam esta pesquisa científica.

1.2.1 Método da Pesquisa

Definido o problema da pesquisa, teve-se que definir qual o caminho racional adequado para resolver o problema erguido, isto porque “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento (GIL, 2010, p. 8).

Para Lakatos e Marconi (2003) a utilização de métodos científicos não é exclusiva do ramo da ciência, podendo serem empregados para resolver problemas do cotidiano, entretanto, destacam que não há ciência sem o emprego de métodos.

Dessa forma os métodos que fornecem bases lógicas à pesquisa científica são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. O primeiro vincula-se ao racionalismo; o segundo, ao empirismo; o terceiro, ao neopositivismo; o quarto, ao materialismo dialético; e o último, à fenomenologia. A escolha por um deles depende de alguns fatores como: natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, da abrangência do estudo e principalmente da inspiração filosófica do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2003).

Assim, a base lógica desta investigação é indutiva, devido partir de dados particulares (verificação de realização das estratégias de implementação) para inferir uma análise de algo mais amplo, no caso, a efetividade do eixo infraestrutura para o desenvolvimento. Logo, as conclusões possuirão um conteúdo mais amplo que das premissas iniciais. E estas serão prováveis e não inevitavelmente verdadeiras como no método dedutivo, pois “quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que a sua conclusão é, provavelmente, verdadeira” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 86).

Para Severino (2000, p. 192-193) a indução

ou o raciocínio indutivo é uma forma de raciocínio em que o antecedente são dados e fatos particulares e o conseqüente uma afirmação mais universal. Na realidade, há na indução uma série de processos que não se esquematizam

facilmente. [...] A indução faz intervir também a experiência sensível e concreta, o que elimina a simplicidade lógica que tinha a operação dedutiva. Da indução pode aproximar-se o raciocínio por analogia: trata-se, então, de passar de um ou de alguns fatos a outros fatos semelhantes. No caso da indução de alguns fatos julgados característicos e representativos, generaliza-se para a totalidade dos fatos daquela espécie, atingindo-se toda a sua extensão.

E como forma de garantir objetividade e precisão na pesquisa, principalmente quanto a obtenção, processamento e validação dos dados levantados, trabalhou-se com as técnicas de investigação comparativa, estatística e monográfica. Comparativa, porque foi possível comparar estágios de desenvolvimento vinculados ao eixo de 2007 até 2015. Estatística, por proporcionar uma análise confiável dos índices e indicadores dos municípios do Marajó quando da construção do capítulo 2, e na análise dos dados coletados na pesquisa de campo subsidiando efetivamente as conclusões. E monográfica, por permitir examinar o objeto de pesquisa de modo a observar todos os fatores que o influenciaram, e portanto, analisando diversos aspectos para responder as inquietações da investigação, tanto as iniciais quanto as que foram surgindo no decorrer da pesquisa.

Em decorrência da abordagem estatística e principalmente pela ausência de documentos que reúnam informações sobre a efetividade do eixo e do Plano, trabalhou-se com dados qualitativos e quantitativos. Aqueles principalmente por possibilitarem a compreensão dos fatores que influenciaram os resultados obtidos.

1.2.2 Objeto de Pesquisa

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM), em vigor desde 30 de julho de 2007, inserido na política de desenvolvimento regional do país, nascido de um esforço coletivo, governos e população, pretendia, em seu objetivo último, conduzir os 16 municípios do Marajó, no Estado do Pará, a um desenvolvimento territorial eficaz e legítimo.

Para isso, o plano foi estabelecido para atender 5 objetivos macro, denominados eixos, que visavam: a) fomentar atividades produtivas sustentáveis; b) realizar o ordenamento territorial, a regularização fundiária e a gestão ambiental; c) investir em infraestrutura para o desenvolvimento; d) promover a inclusão social e cidadania; e) fortalecer as relações institucionais e a gestão do plano. Destes, foi selecionado o eixo que trata da infraestrutura para

o desenvolvimento no Arquipélago a ser averiguado quanto a sua efetividade após 8 anos de existência do plano.

O eixo em questão foi criado em virtude da grande insuficiência e precariedade de infraestrutura que todos os municípios apresentavam em 2007, nos seguimentos de energia, transportes, telecomunicações, armazenagem e abastecimento de água. Dessa forma, foram estabelecidos dez objetivos específicos, ou diretrizes, a serem atingidas para garantir a sua efetividade, mas observou-se que a primeira diretriz proposta é geral e, portanto, foi considerada como objetivo central do eixo que é “efetivar ações no sentido de promover, ampliar e fortalecer a infraestrutura adequada ao desenvolvimento local” (BRASIL, 2007a, p. 15).

1.2.3 Ferramentas Metodológicas

Para viabilizar esta investigação na direção de responder ao questionamento central, foi necessário recorrer-se a diversas ferramentas metodológicas, as quais são detalhadas a seguir:

a) Questionário

Questionário foi o instrumento mais empregado para verificar tanto o cumprimento das estratégias de implementação quanto os fatores que influenciaram esses resultados. Sendo elaborados um total de 7 (Apêndices de H a O). Ressalte-se que as formulações foram feitas no decorrer da pesquisa, sempre ao receber questionários com poucas informações, ou sem retorno, buscou-se outras fontes para obtenção dos dados.

Em decorrência das limitações de tempo e recursos, optou-se por enviá-los para os e-mails institucionais dos órgãos que tinham vínculos com o plano, como a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do Ministério da Integração Regional (MI), Casa Civil da Presidência da República, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério dos Transportes (MT), Ministério das Comunicações (MC), Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Centrais Elétricas do Pará (CELPA), Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e as dezesseis Prefeituras marajoaras. Também foram enviados questionários a gestores públicos e parlamentares, utilizando-se o mesmo critério dos órgãos, como o atual Governador do Estado do Pará, o Presidente da República do período de 2003 a 2011; a Governadora do Estado do Pará do

período de 2007 a 2010; o Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) do período de 2007 a 2010; e aos atuais Senadores do Pará.

Foram remetidos 33 questionários no total, a maioria para as prefeituras do Marajó, sendo a taxa de não devolução nestes casos de 100%. No geral a taxa de devolução foi de 12,12%, destacando-se que buscou-se alternativas de recuperação desses questionários com envio de novos e-mails, ligações, mensagens de texto, inclusive por *whatsapp*, quando possível. Somente 1 questionário foi aplicado com contato direto, o da AMAM.

Antes da aplicação dos questionários foram realizados pré-testes para garantir a fidedignidade, validade e operacionalidade do instrumento. Igualmente foram elaboradas cartas de apresentação (Apêndice G) contendo a natureza da pesquisa, a importância e necessidade de obter respostas, assim como, a forma de devolução do questionário como Lakatos e Marconi (2003) orientam.

b) Entrevistas

As entrevistas foram de extrema relevância, pois possibilitaram um olhar ampliado sobre o objeto e o problema da pesquisa, além de contribuírem para a estruturação e organização das informações da dissertação.

Foram realizadas três entrevistas de forma guiada: com o ex-Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento da SUDAM, com um técnico em Planejamento da SUDAM e o bispo do Marajó. Os dois primeiros participaram ativamente da formulação do plano, e posteriormente realizaram diversas tentativas de reativá-lo. Quanto ao bispo do Marajó, ele foi o responsável pela existência do plano, tanto que a saudação inicial contida na página 7 é assinada por ele, e julgou-se importante saber qual avaliação ele teria do eixo estudado e do plano em si, após 8 anos de sua publicação.

c) Mapas

Para a elaboração dos mapas contidos neste trabalho foi empregado o portal do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), vinculado ao MI, que trabalha com dados georreferenciados de informações sobre a dinâmica regional do Brasil, e tem por base a ferramenta do ARC GIS. Além da geração dos mapas, possibilitou realizar análises comparativas cruzando dados e indicadores municipais.

d) Bases de dados

Para a construção do Capítulo 2, que trata da caracterização da mesorregião do Marajó, foi determinante a consulta de informações nas bases de dados disponíveis na internet do Data Social e do Relatório de Informações Sociais, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Anuário Estatístico do Pará 2015 e do Radar de Indicadores das Regiões de Integração, ambos da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA); do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e do Cadastro de Unidades de Conservação, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

e) Diário de pesquisa

Como forma de registrar o transcorrer da investigação e suas fases, foi utilizado um Diário de Pesquisa, o qual foi de extrema importância para a construção do conhecimento contido nesta dissertação.

2 O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

O Arquipélago do Marajó, assim como a Amazônia, historicamente passou por intensas mudanças econômicas e sociais que influenciaram a forma como a população local interage na produção e reprodução de sua organização familiar e de suas estratégias de sobrevivência (BRASIL, 2007b). E como a investigação concentra seu foco nesse recorte espacial, é importante identificar o *locus* da pesquisa. Para isto, neste capítulo descreve-se, de forma sintética, o território utilizando dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais.

2.1 Panorama Natural

O clima da região é considerado tipo Ami⁶, cujo regime pluviométrico anual é definido por uma estação seca, contudo, sem caracterizar déficit hídrico. A temperatura média anual no arquipélago é de 26°C, com precipitação anual sempre maior que 2.000mm, sem estações definidas, de amplitude térmica muito fraca, os dias tem a mesma duração das noites, a umidade relativa do ar é alta (>80%) sendo que no período seco a ausência é total, com predominância do centro de massa de ar equatorial e surgimento de bolsões de ar na foz do rio Amazonas (BRASIL, 2007b).

A formação geológica corresponde ao período quaternário, formada pela unidade de aluviões, que são coberturas sedimentares recentes, que envolvem depósitos aluviais não consolidados de variada granulometria. Estende-se por toda região da Ilha de Marajó, Caviana, Mexiana e Grande Gurupá, constituindo assim uma ampla planície aluvial de notável extensão (BRASIL, 1974).

As formas de relevo no Marajó são marcadas por uma interrupção brusca da planície de aluviões holocênicas da calha do Amazonas, localizada abaixo da foz do Xingu, cuja montante percorre o rio Amazonas por uma planície extensa em processo pleno de colmatação, mecanismos específicos daquele rio. À jusante a sedimentação mais significativa quase a totalidade. Ocorrendo então um claro afastamento entre as duas feições geomorfológicas distintas e bem identificadas. E estas são separadas pelo arco estrutural de Gurupá, que coincide sua posição entre as duas formas de deposição. Demonstrando que os altos estruturais seguem sua movimentação até o tempo geológico holocênico, embora os falhamentos da Fossa Marajoara, associados aos altos estruturais, terem sua datação correlacionada à reativação

⁶ Segundo Köppen (BRASIL, 2007b, p. 12).

Wealdeniana. Os comprovantes geológicos destes eventos são definidos na estratigrafia da Fossa do Marajó, com basculamento e erosão ativa e estão vinculados a um processo de subsidência seguida de transgressão nesta fossa. O nível de aplainamento da região é denominado de forma genérica de Pediplano Pleiocênico e Pediplano Pleistocênico, diversamente distribuídos na região. As movimentações, reativações e colmatações, já mencionadas, e a transgressão Flandriana, são os responsáveis, em sua maioria, pelos complexos problemas da hidrografia amazônica, e explicam a formação das baías e furos na região (BRASIL, 1974).

Os solos hidromórficos de tipo Gley (úmidos e pouco úmidos) são encontrados nas áreas de várzea do arquipélago, desenvolvidos sobre sedimentos recentes do quaternário, em geral ácidos e com textura argilosa. Estes solos apresentam um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alta porcentagem de matéria orgânica, sobre uma camada mineral originária de material sedimentar. A liberação de nutrientes oriundos da decomposição de matéria orgânica vegetal florestal e da decomposição sobre o solo de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas barrentas do rio Amazonas fazem com que a fertilidade do solo de várzea concentre-se na sua camada superficial. Igualmente ao solo de terra firme que possui baixa fertilidade, com variação entre 10 a 15 cm, são cobertos por latossolo amarelo, onde encontram-se os podzóis e as lateritas hidromórficas. A baixa fertilidade desses solos é devida às condições climáticas da região e as características físicas, químicas e biológicas de ambos os solos que fazem com que os mecanismos de erosão e oxidação da matéria orgânica se processe rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal (BRASIL, 2007b).

A hidrografia regional é de importância vital para o arquipélago, entre outras questões, pelo potencial pesqueiro, como enriquecedor sedimentar das várzeas e, principalmente, por ser o único meio de transporte e comunicação para a grande maioria das cidades e vilas. Ela é caracterizada por uma emaranhada rede de drenagem formada por entrelaçados de canais recentes, paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, assinalando um complexo em desenvolvimento, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapú, Jacundá e Anajás, com seus numerosos afluentes. O movimento sazonal e diário das águas é o principal elemento definidor da paisagem regional, onde se destacam as várzeas e os igapós. Nestas, a variação diária do nível da maré pode exceder os três metros (BRASIL, 2007b; BRASIL, 2011).

E a hidrografia influencia diretamente a vegetação, pois define os quatro principais ecossistemas regionais: várzea, igapó, terra firme e campos naturais. As áreas de várzea são caracterizadas como *Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada*, encontradas

principalmente nas diversas ilhas do estuário e às margens do rio Amazonas e Pará, essas áreas alagam periodicamente e neste ambiente predominam espécies com madeira de elevado valor econômico como a ucuúba (*Virola surinamensis*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e o açacu (*Huracrepitans*), e também a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o açazeiro (*Euterpe oleracea*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o taperebá (*Spondias lutea*) como fornecedoras de produtos não madeireiros. O ecossistema de terra firme apresenta um extrato arbustivo menor do que o observado nas florestas de várzea, e são caracterizadas como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical) composta por árvores cuja madeira é caracterizada como “madeira de lei”, com poucas palmeiras. Nestes ecossistemas as principais espécies encontradas são a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o breu (*Protium spp.*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatairea sericea*) e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras (BRASIL 2007).

Os campos naturais são encontrados a leste do arquipélago, caracterizados por áreas deprimidas com alagamento periódico, onde encontram-se as *Formações Pioneiras*, áreas de mata com cobertura de gramíneas e outras herbáceas incluindo outras árvores e palmeiras que “formam pequenas “ilhas” de vegetação lenhosa e constituindo-se um ecossistema bastante complexo, em função das suas variadas condições edafo-climáticas, as quais podem definir comunidades vegetais totalmente diversas em composição botânica”. Já as áreas onde a mata foi removida para o plantio, denominada pelos lavradores como capoeira ou capoeirão, ocorre a floresta secundária resultante da regeneração vegetal (BRASIL, 2007b).

Nesses diversos ambientes da Ilha de Marajó vivem inúmeras espécies da fauna. Nos manguezais, por exemplo, são encontrados vários animais de água doce e marinhos em grande número por espécie, contudo, com baixa diversidade específica, e grande parte possui valor econômico como os crustáceos camarão, caranguejo e ostras, e os moluscos caramujos e mexilhões. Também são encontrados diversos tipos de peixes tucunaré (*Cichla ocellaris*), o puraquê ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), a pescada (*Sciaena amazônica*), a piraíba (*Piratinga piraiba*), o pirarucu (*Arapaima gigas sp.*), as piranhas (*Serrasalmo sp.*), o candiru (*Vandellia cirrhosa*) e o tamuatá (*Callichthys sp.*). E dentre os animais de terra, destacam-se onça pintada (*Felis onca*), a suçuarana (*Felis concolor*), os maracajás (*Felis wiedii*), os gatos mouriscos (*Herpailurus yagouarundi*), a raposa da mata (*Pseudolopex gymnocercua*), o jupará (*Potos flavus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o quati (*Nasua nasua*) e o guaxinim (*Procyon cancrivorus*) (BRASIL, 2007b).

2.2 Contexto Demográfico

Com uma população estimada em 2015 de 533.397 habitantes, equivalente a 6,52% do total do Estado do Pará, sendo os municípios de Breves, Portel, Muaná e Afuá, respectivamente, os mais populosos, juntos representam 43,47% da população do Arquipélago, e Santa Cruz do Arari com a menor população, 1,77%. Com densidade demográfica de 5,11 habitantes/km², 1,9 vezes menor que a do Estado do Pará e 4,7 do Brasil.

Com referência ao período de 2006 a 2015, o Marajó teve uma taxa média de crescimento populacional de 3,18% ao ano, superior a do Pará (1,87%) e a do Brasil (1,15%), com destaque ao município de Bagre que cresceu 13,49%, como (IBGE, 2015, não paginado).

A tabela 1 demonstra alguns dos indicadores demográficos selecionados para análise.

Tabela 1 – Dados demográficos do Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2015

Item Geográfico	População 2015	Área (Km ²)	Densidade Demográfica 2015	Taxa de Crescimento (%) 2006 a 2015
Brasil	204.450.649	8.516.000	24,01	1,15
Pará	8.175.113	1.248.000	6,55	1,87
Marajó	533.397	104.354	5,11	3,18
Afuá	37.398	8.373	4,47	0,30
Anajás	27.540	6.922	3,98	3,66
Bagre	28.292	4.397	6,43	13,49
Breves	98.231	9.550	10,29	1,76
Cachoeira do Arari	22.449	3.102	7,24	3,39
Chaves	22.566	13.085	1,72	3,79
Currálinho	32.248	3.617	8,92	4,60
Gurupá	31.623	8.540	3,70	2,62
Melgaço	26.397	6.774	3,90	0,25
Muaná	37.977	3.766	10,08	4,60
Ponta de Pedras	29.160	3.365	8,67	5,44
Portel	58.282	25.385	2,30	3,91
Salvaterra	22.370	1.044	21,43	3,47
Santa Cruz do Arari	9.417	1.075	8,76	8,48
São Sebastião da Boa Vista	25.161	1.632	15,42	3,47
Soure	24.286	3.513	6,91	1,43

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, a expectativa de vida no Marajó é de 77,90 anos, maior que a do Estado do Pará em cinco anos que é 72,84. Do total da população marajoara 48% são mulheres e 52% são homens; 57% vivem na zona rural, que em termos

absolutos representam 275.558 habitantes, exibindo, portanto, uma Taxa de Urbanização⁷ de 43,42%, conforme se observa na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Dados demográficos do Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2010

Item Geográfico	População		Razão de Sexo	População		Taxa de Urbanização
	Masculina	Feminina		Urbana	Rural	
Marajó	252.586	234.424	1,07	211.452	275.558	43,42
Afuá	18.453	16.589	1,11	9.478	25.564	27,05
Anajás	12.957	11.802	1,10	9.494	15.265	38,35
Bagre	12.135	11.729	1,03	10.661	13.203	44,67
Breves	47.788	45.072	1,06	46.560	46.300	50,14
Cachoeira do Arari	10.545	9.898	1,07	7.356	13.087	35,98
Chaves	11.180	9.825	1,14	2.510	18.495	11,95
Curralinho	15.059	13.490	1,12	10.930	17.619	38,29
Gurupá	15.400	13.662	0,99	9.580	19.482	32,96
Melgaço	13.227	11.581	1,14	5.503	19.305	22,18
Muaná	17.906	16.298	1,10	14.521	19.683	42,45
Ponta de Pedras	13.379	12.620	1,06	12.424	13.575	47,79
Portel	26.818	25.354	0,50	24.852	27.320	47,63
Salvaterra	10.292	9.891	1,04	12.672	7.511	62,79
Santa Cruz do Arari	4.142	4.013	1,03	3.994	4.161	48,98
São Sebastião da Boa Vista	11.833	11.071	1,07	9.902	13.002	43,23
Soure	11.472	11.529	1,00	21.015	1.986	91,37

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Censo Demográfico 2010 – IBGE.

A estrutura etária é composta por 60,42% dos habitantes na faixa de menos de 1 a 21 anos, 33,57% na de 25 a 59 anos, e 6,08% na de 60 anos ou mais. Comparando estes dados aos censos demográficos de 1991 e 2000, constata-se uma diminuição da faixa mais jovem (menos de 24 anos) e, conseqüentemente uma elevação das duas outras faixas. Devido a essa característica, os 16 municípios da região apresentaram uma Razão de Dependência⁸ considerada alta, superior à média estadual, chegando a 92,61% em Portel, 88,30% em Anajás e 88,05% em Melgaço (PARÁ, 2013).

⁷ A taxa de urbanização é a percentagem de população que vive nas cidades em relação à população total do território.

⁸ Peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

2.3 Contexto Econômico

Na região do Marajó há predominância de ocupações informais, em grande parte voltadas ao próprio consumo. Possuía em 2010 um total de 155.113 pessoas ocupadas, representando 5% de todo Estado do Pará, estando em Breves a maior concentração com 20% e Portel com 10%. A Taxa de desocupação⁹ registrada foi de 8,81%, menor que a registrada para o Estado de 9,15%; os municípios marajoaras que apresentaram maior taxa foram Melgaço com 15,53%, Bagre e Santa Cruz do Arari com 12%, sendo a menor taxa registrada de 4,48% em São Sebastião da Boa Vista (CENSO DEMOGRAFICO, 2010).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2013 havia um estoque de 23.154 vínculos formais, equivalente a 2,06% do estoque do Estado do Pará, sendo que a administração pública concentra 74,89% desses postos de trabalho formalizados, o comércio 8,70%, o setor de serviços 7,63%, a indústria de transformação 5,43%, a agropecuária junto a extração vegetal, a caça e a pesca totalizam 2,42%, a construção civil 0,51%, o setor de serviços industriais de utilidade pública 0,29% e o extrativismo vegetal com o menor número 0,13%. Em termos espaciais, Breves destaca-se como o município com a maior contratação de empregos da região, 30, 45%, seguido por Afuá 10,97% e Anajás com 7,60%; o município com menor concentração é Currealinho com 0,23% apenas (Figura 3).

Figura 3 – Vínculos empregatícios por setor de atividade no Marajó, Estado do Pará – 2013

Estado/RI/ Município	Total	Extrativa Mineral	Indústria De Transforma- ção	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comercio	Serviços	Admin. Publica	Agropecu- ária Extração Vegetal Caca e Pesca
Pará	1.125.536	19.236	89.095	8.149	104.213	212.730	266.665	373.570	51.878
Marajó	23.154	30	1.257	67	117	2.015	1.767	17.341	560
Afuá	(11%)2.541	0	256	6	0	32	27	2.218	2
Anajás	1.759	0	31	11	12	63	15	1.627	0
Bagre	409	0	1	6	0	63	5	334	0
Breves	(30%)7.050	0	788	7	99	1.008	1.476	3.626	46
Cachoeira do Arari	75	30	0	0	0	16	7	11	11
Chaves	819	0	3	5	0	1	7	586	217
Currealinho	54	0	0	1	0	37	12	4	0
Gurupá	1.589	0	0	0	0	46	9	1.534	0
Melgaço	976	0	0	6	0	28	4	938	0
Muaná	1.064	0	5	0	0	20	19	1.005	15
Ponta de Pedras	1.134	0	0	1	0	81	8	1.001	43
Portel	1.257	0	115	6	1	177	33	836	89
Salvaterra	1.409	0	47	7	0	164	66	1.096	29
Santa Cruz do Arari	381	0	0	0	0	0	4	356	21
São Sebastião da Boa Vista	1.419	0	0	2	0	45	12	1.360	0
Soure	1.218	0	11	9	5	234	63	809	87

Fonte: FAPESPA (2015a).

⁹ Percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas. Esta é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

Apesar do Arquipélago ser apontado como uma região de grande potencial turístico, somente em Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras esse ramo é mais forte, ocorrendo nos seguimentos rural, cultural, negócio, eventos e sol e praia (FAPESPA, 2015a).

O último dado disponível sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal é do ano de 2012, indicando que a Região participou com 2,18% do total estimado para o Estado do Pará. E no do Marajó, os municípios com maior participação foram Breves e Portel, com 19,96% e 12,46% respectivamente, e o menor foi de Santa Cruz do Arari com 1,81%. Em termos *per capita* calculou-se o valor médio de R\$ 3.936,00, equivalendo a 66,30% menor que a média do Estado (R\$ 11.679,00). Soure (R\$ 4.766,00), Salvaterra (R\$ 4.630,00) e Cachoeira do Arari (R\$ 4.616,00) atingiram os maiores PIB *per capita* da região, e Currealinho (R\$ 2.720,00), Bagre (R\$ 2.773,00) e Muaná (R\$ 3.181,00) os menores. Considerando um *ranking* estadual dos dez municípios com os menores PIB *per capita*, seis pertencem ao Arquipélago do Marajó: Currealinho (1º lugar), Bagre (2º lugar), Muaná (4º lugar), Anajás (6º lugar), Gurupá (9º lugar) e Melgaço (10º lugar) (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARÁ 2015; RADAR DE INDICADORES DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016; PARÁ, 2013).

Com referência a balança comercial, enquanto o Pará exportou em 2014 US\$ (FOB)¹⁰ 15.852.091.025, o Marajó exportou US\$ (FOB) 3.574.978, representando 0,02% do total. Para este valor do Marajó contribuíram somente três municípios, Breves com 64,42%, seguindo por Anajás com 31,44% e Chaves com 4,14%. Sendo o principal produto exportado a madeira serrada, representando 64% do valor exportado, e Breves é maior exportador. Houve um superávit, pois não houve registro para o ano indicado de importações (FAPESPA, 2015a).

2.4 Contexto Social

Para melhor delinear o contexto social da região marajoara são abordadas as temáticas renda, pobreza, desigualdade, educação, saúde, saneamento, habitação e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), tendo como principal fonte de informações o Censo Demográfico de 2010.

¹⁰ Abreviação da expressão inglesa *Free On Board* (FOB), que significa em português “livre a bordo”, ou seja, o frete é por conta do comprador, e este assume todos os riscos pelo transporte da mercadoria.

2.4.1 Renda, Pobreza e Desigualdade

A renda média familiar no Marajó é muito baixa, estando a maior concentração na faixa de até um salário mínimo (33,7%), no qual estão incluídas as famílias sem rendimento algum, neste grupo Afuá e Cachoeira do Arari alcançaram mais de 20% das famílias nessa situação. Contudo, quando comparado com a média brasileira (14,8%) na faixa de até um salário mínimo, os 16 municípios registraram participação acima dessa e da paraense (23,1%), entretanto, o oposto ocorre entre as classes de rendimentos mais elevados, em que a região registrou participações inferiores à média estadual e nacional (PARÁ, 2013).

Dividindo o rendimento médio familiar entre zona urbana e rural, observa-se que o maior percentual na zona urbana foi na faixa de 1 a 3 salários mínimos tanto do Estado (41,5%) quanto da Região (45,4%). Porém, no patamar de até um salário mínimo o Marajó concentra 30,48% das famílias frente a 23,33% do Pará, sendo o município de Chaves o que registrou maior participação com 45,81%. Na zona rural, o Marajó superou a média do Estado (48,36%) somente nos rendimentos de até um salário mínimo, atingindo 56,9% das unidades familiares, observando que 10 municípios marajoaras ficaram com média acima ao da região como Afuá que atingiu 67,35%, a menor foi registrada em Soure com 38,74% (RADAR DE INDICADORES DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016).

Considerando a renda *per capita*, o Pará registrou a média R\$ 446,76 diante de R\$ 205,42 do Arquipélago, e todos os 16 municípios registraram renda abaixo da do Estado, Cachoeira do Arari apresentou a menor média de renda R\$ 130,40 e Soure a maior com R\$ 300,59. Somente cinco municípios registraram renda média acima ao da região. Se comparado ao ano de 2000, houve um aumento de R\$ 111,00 na renda média do Estado e de R\$ 39,82 na do Marajó, equivalendo a uma diferença 9% a menos do percentual de crescimento estadual no período (RADAR DE INDICADORES DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016).

O Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade social (concentração de renda), a partir de um valor que varia de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), registrou em 2010 o índice de 0,62 para o Estado do Pará e 0,58 para o Marajó. Os municípios de Portel, Afuá e Chaves apresentaram valores acima do índice do Estado. E apesar do coeficiente da região ser menor que do Estado, este apresentou uma redução de 0,03 na concentração de renda em relação ao ano 2000, enquanto o do Marajó aumentou 0,03.

Referente a linha de pobreza¹¹, o percentual de pobres (incluindo os extremamente pobres) na região chegou ao patamar de 57% do total da população, ou seja, são mais de 277 mil habitantes vivendo com menos do necessário para atender as necessidades básicas de um ser humano, sendo a maior Taxa de Pobreza do Estado do Pará. No entanto, comparando a Taxa de Pobreza no Marajó em 2000 e 2010, observa-se uma redução de 10,10%, contudo, em números absolutos a quantidade de pessoas pobres na região aumentou em 22.307, ou seja, enquanto a população aumentou 27,97% o número de pobres aumentou 8,73% no período (FAPESPA, 2015a).

Na tabela 3 é possível observar-se como a pobreza está distribuída entre os municípios marajoaras, considerando a Taxa de Pobreza municipal. Nela é observado que quatorze dos dezesseis municípios possuem mais de 50% do total de habitantes vivendo nessa condição, e somente Soure e Salvaterra possuem menos, mesmo assim, o número de pobres passa de 1/3 do total da população. Em números absolutos Breves, Portel e Anajás, nessa ordem, possuem o maior número de pobres.

Tabela 3 – Ranking dos municípios do Marajó, Estado do Pará, considerando a Taxa de Pobreza 2010

Ranking Regional	Estado/Região/Município	População	População em Situação de Pobreza	Taxa de Pobreza (%)
	Pará	7.581.051	2.450.954	32,33
	Marajó	487.010	277.888	57,06
1°	Melgaço	24.808	18.217	73,43
2°	Afuá	35.042	22.735	64,88
3°	Chaves	21.005	13.242	63,04
4°	Santa Cruz do Arari	8.155	5.073	62,21
5°	Anajás	24.759	15.356	62,02
6°	Portel	52.172	31.590	60,55
7°	Currálinho	28.549	17.226	60,34
8°	Bagre	23.864	14.242	59,68
9°	São Sebastião da Boa Vista	22.904	12.975	56,65
10°	Breves	92.860	52.206	56,22
11°	Gurupá	29.062	15.906	54,73
12°	Cachoeira do Arari	20.443	11.121	54,4
13°	Ponta de Pedras	25.999	13.587	52,26
14°	Muaná	34.204	17.810	52,07
15°	Salvaterra	20.183	8.543	42,33
16°	Soure	23.001	8.791	38,22

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Censo Demográfico 2010 – IBGE.

¹¹ A definição de linha de pobreza usada [...] refere-se a “todas as pessoas que vivem em domicílios cuja renda domiciliar *per capita* é inferior a ½ salário mínimo” [...]. Este recorte é baseado no conceito de pobreza absoluta, na qual é fixado um nível mínimo ou suficiente para atender as necessidades básicas de uma população. Deste modo, todos que apresentam padrões abaixo, encontram-se na situação de pobreza (FAPEPA, 2015s, não paginado).

Com relação as pessoas com renda mensal de até R\$ 70,00, extrema pobreza (linha de indigência), a Região registrou um total de 180.048 habitantes nessa situação, equivalendo a 37,3% do total da população marajoara, e deste, 46.825 são residentes em áreas urbanas e 133.223 na rural. “No ranking estadual, 11 dos 16 municípios que compõem o Marajó situam-se no quartil mais pobre, com Melgaço sendo o primeiro colocado no Estado” (PARÁ, 2013, não paginado).

Segundo dados do MDS de dezembro de 2015, os municípios do Marajó possuíam 100.078 famílias inscritas no Cadastro Único para Benefícios Sociais¹² (CadÚnico), tendo Breves (18.087) o maior número de famílias cadastradas, e Santa Cruz do Arari (1.772) o menor. Só no Programa Bolsa Família¹³ havia 78.551 de famílias beneficiadas, tendo o valor total transferido pelo Governo Federal aos beneficiados do Arquipélago alcançado R\$ 17.586.027,00 mês, demonstrando também a importância desse programa para a economia local e regional (RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2016).

O Marajó apresenta também outros indicadores que demonstram sua vulnerabilidade, como gravidez precoce, vulnerabilidade familiar e trabalho infantil. Destes todos os percentuais superam os do Estado. Com referência aos nascidos vivos com mães até 19 anos, Breves, o município mais populoso, apresentou o menor percentual e Soure o maior. Já Portel e Afuá atingiram percentuais acima ao do Estado tendo mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos. Bagre e Gurupá registraram um percentual de crianças entre 10 a 14 anos que encontravam-se ocupadas.

Tabela 4 – Vulnerabilidade dos municípios do Marajó, Estado do Pará – 2010
(continua)

Estado/Região/Município	Gravidez Precoce (%)	Vulnerabilidade Familiar (%)	Trabalho Infantil (%)
Pará	27,3	23,9	10,6
Marajó	31,1	31,1	13,7
Afuá	30,8	43,8	17,2
Anajás	34,1	29,1	13,7
Bagre	34	26,7	22,2
Breves	27,7	34,9	15,3
Cachoeira do Arari	31,6	20,8	10,7
Chaves	28,4	35,5	19,6
Curralinho	36,2	38	16

¹² O CadÚnico reúne informações socioeconômicas de famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Com essas informações o Governo Federal pode conhecer as condições de vida da população e, a partir dessas, selecionar as famílias para diversos programas sociais (RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, 2016, não paginado).

¹³ Programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único, Relatório de Informações Sociais (2016, não paginados).

Tabela 4 – Vulnerabilidade dos municípios do Marajó, Estado do Pará – 2010
(conclusão)

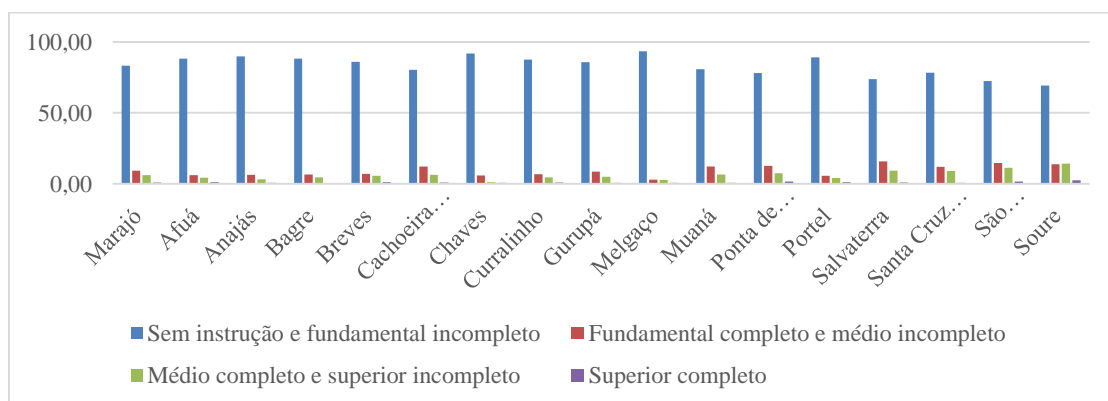
Estado/Região/Município	Gravidez Precoce (%)	Vulnerabilidade Familiar (%)	Trabalho Infantil (%)
Gurupá	28,4	34,2	21,4
Melgaço	28,4	22,9	16,1
Muaná	31,6	27,6	12,7
Ponta de Pedras	31,3	31,7	8,1
Portel	32,5	50,9	16,1
Salvaterra	33,2	33,1	7,1
Santa Cruz do Arari	32	22,1	4,5
São Sebastião da Boa Vista	32,3	14,2	11,1
Soure	38,2	31,3	7,5

Fonte: FAPESPA (2015a).

2.4.2 Educação

A educação no Marajó é um dos fatores que demonstram a vulnerabilidade da região, tendo 83,26% da população apenas o ensino fundamental incompleto (ver Gráfico 1), em Melgaço esse percentual alcançou 93,4%. Dessa forma, os indicadores regionais merecem atenção já que um número elevado de pessoas sem ou com pouca instrução, pode ser associado também as altas taxas de pobreza, que atingem, sobretudo, a população da zona rural. Isto porque a geografia da região torna um grande desafio levar educação as pessoas residentes na zona rural dos municípios, tanto pela disponibilidade de estabelecimentos escolares quanto pelo acesso a eles, seja pela precariedade dos meios de transportes disponíveis ou pelo alto custo para o deslocamento (PARÁ, 2013).

Gráfico 1 – Distribuição da população do Marajó, Estado do Pará por nível de instrução (%) – 2010



Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Censo Demográfico 2010 – IBGE; PARÁ (2013).

O baixo nível de escolaridade na região fica mais evidente ao analisar-se outros indicadores educacionais. A Taxa de Analfabetismo¹⁴ de pessoas com 15 anos ou mais no Marajó é o dobro da média do Brasil (9,61%) e do Estado (11,74%), tendo Soure (9,42%), Salvaterra (9,04%) e Santa Cruz do Arari (11,54%) os menores percentuais, os demais municípios ficaram todos acima da estadual; Melgaço, Anajás e Portel apresentaram os maiores índices. Com relação a Taxa de Analfabetismo Funcional¹⁵, somente Soure e Salvaterra apresentaram quantitativos inferiores à média estadual (3,34%), os demais municípios registraram números acima, chegando a atingir 21,85% em Melgaço.

Considerando a Taxa de Evasão Escolar, somente Cachoeira do Arari, Salvaterra e Gurupá estão abaixo da taxa do Pará (30,06%), Chaves destacou-se por atingir o patamar de 45,75%. Outro indicador desfavorável é a distorção série-idade¹⁶, pois tanto no nível fundamental quanto no nível médio a média do Marajó está acima da média paraense (39,9% e 59,2% respectivamente). No ensino fundamental metade dos municípios registraram percentuais acima de 50%, e no médio somente Soure registrou número menor que o do Estado; Currálinho, Anajás, Melgaço, Chaves e Breves apresentaram distorções acima de 80%. Esses dados podem ser melhor observados na tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Taxa de analfabetismo, evasão escolar e distorção série/idade no Marajó, Estado do Pará – 2010

Estado/Região /Município	Pessoas de 15 anos ou mais			Distorção Série/Idade	
	Taxa de Analfabetismo	Taxa de Analfabetismo Funcional	Taxa de Evasão escolar	Ensino fundamental	Ensino Médio
Pará	11,74	3,34	30,06	39,9	59,2
Marajó	22	8,34	34,29	53,99	72,51
Melgaço	28,88	12,72	37,72	52,5	72,4
Afuá	32,98	11,29	32,28	64,1	80,5
Chaves	23,98	9,83	37,88	61,1	83,3
Santa Cruz do Arari	24,74	9,57	31,96	61,2	76,8
Anajás	13,64	5,07	26,88	49	69,7
Portel	27,07	14,26	45,75	60,3	82,3

¹⁴ Porcentagem de pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário (INDICADORES SOCIAIS MÍNIMOS, 2016).

¹⁵ Quando a pessoa acima de 15 anos não possui domínio de habilidades em leitura (não consegue ler e interpretar textos simples), escrita, cálculos e ciências considerando uma escolaridade de até três séries completas do ensino fundamental.

¹⁶ Conhecido também por defasagem idade-série, ocorre quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais.

Tabela 5 – Taxa de analfabetismo, evasão escolar e distorção série/idade no Marajó, Estado do Pará – 2010

Estado/Região /Município	Pessoas de 15 anos ou mais			(conclusão) Distorção Série/Idade	
	Taxa de Analfabetismo	Taxa de Analfabetismo Funcional	Taxa de Evasão escolar	Ensino fundamental	Ensino Médio
	Currálinho	21,6	9,96	31,52	58,7
Bagre	24,82	6,68	28,62	59,5	78,5
São Sebastião da Boa Vista	36,68	21,85	41,88	62	80,8
Breves	13,01	5,68	32,74	46,4	67
Gurupá	14,41	4,12	37,75	46,5	65,9
Cachoeira do Arari	30,1	10,85	34,1	64,9	79
Ponta de Pedras	9,04	0,29	27,06	43,7	67,7
Muaná	11,54	5,66	39,54	46	70,6
Salvaterra	15,71	3,3	31,28	49,1	59,9
Soure	9,42	2,35	31,66	38,8	45,3

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Censo Demográfico 2010 – IBGE; PARÁ (2013).

Outro fator a ser considerado é a qualificação dos professores que atuam no ensino básico, pois, observa-se no geral, que a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de que esses profissionais tenham nível superior não é atendida na região. Em 2006, constatou-se que a maioria dos professores em atividade possuía ensino médio completo, atingindo um percentual de 71% contra 27% dos que possuíam nível superior. Breves, Portel e Soure registraram o maior número de docentes com formação superior, enquanto Ponta de Pedras o maior número de professores com o ensino fundamental completo (PARÁ, 2013).

Vale ressaltar que apesar desses indicadores, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia a qualidade do ensino e orienta a distribuição de recursos pelo Ministério da Educação, em 2013 o do Marajó até 4ª série/5º ano foi 3,1, menor que a média do Estado (3,8) e do Brasil (4,9), e nenhum dos municípios atingiu a média do Pará. Já com referência a 8ª série/9º ano a média do Marajó foi igual à do Estado 3,4, contudo, o município de Bagre registou nota 4, igual a média do Brasil.

2.4.3 Saúde, Saneamento e Habitação

Com referência à saúde, o Arquipélago é caracterizado por reunir os maiores índices de malária, mal de chagas e escarpelamento de todo o Estado do Pará (PARÁ, 2013). Considerando

o período de 2009 a 2013, a taxa de mortalidade infantil registrou a média de 19,36 mortes de crianças até um ano de idade a cada 1000 nascidas vivas, sendo, portanto, maior que a do Estado (17,74) no mesmo período; Já a taxa de mortalidade materna, que registra o número de óbitos de mulheres por causas maternas a cada 100 mil nascidos vivos, foi superior à do Pará (58,96) atingindo o patamar de 83,18 nesse intervalo. Contudo, ambas em todos os anos mantiveram-se sempre superiores as médias do Estado (RADAR DE INDICADORES DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016; DATASUS, 2016).

Quanto a estrutura em saúde, em 2014 era composta por 10 hospitais, destes 3 eram do tipo unidade mista e 1 regional, 192 postos e/ou centros de saúde, com 565 leitos. Todos os municípios possuíam postos e/ou centros de saúde, contudo, seis municípios não possuíam hospitais, também não dispunham de centro de atenção homeopática e/ou hematológica na região. O Hospital Regional do Marajó, localizado na cidade de Breves, atende média e alta complexidade e é considerado de “portas fechadas”¹⁷, contudo, este não possui a especialidade necessária o paciente é transferido aos hospitais da capital do Estado. Com relação a leitos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera satisfatório ter pelo menos 4 leitos por mil habitantes, dessa forma o Marajó possuía um déficit de 1.536 leitos, resultado do déficit de todos os municípios, sendo em Chaves e Portel as mais baixas razões (DATASUS, 2016; FAPESPA, 2015a; PARÁ, 2013; RADAR DE INDICADORES DAS REGIÕES DE INTEGRAÇÃO, 2016).

Tabela 6 – Estrutura de atendimento à saúde no Marajó, Estado do Pará – 2014

Estado/Região /Município	Número de Hospitais	Número de Postos e Centros de Saúde	Postos e Centros (por 10 mil hab.)	Nº de Leitos**	Leitos (por 10 mil hab.)
Pará	244	1979	2,4	20.272	2,2
Marajó	11	192	3,7	565	1
Afuá	0	12	3,2	30	0,8
Anajás	1	4	1,5	26	0,8
Bagre	0	4	1,5	0	0
Breves	2	31	3,2	191	1,8
Cachoeira do Arari	0	13	5,9	20	0,9
Chaves	0	19	8,5	9	0,4
Curralinho	1*	7	2,2	27	0,8
Gurupá	1	23	7,4	26	0,8
Melgaço	1*	8	3,1	20	0,6

¹⁷ Não possui atendimento de urgência e emergência, e atende os encaminhamentos das regulações dos hospitais municipais.

Tabela 6 – Estrutura de atendimento à saúde no Marajó, Estado do Pará – 2014

(conclusão)

Estado/Região /Município	Número de Hospitais	Número de Postos e Centros de Saúde	Postos e Centros (por 10 mil hab.)	Nº de Leitos**	Leitos (por 10 mil hab.)
Muaná	0	11	2,9	28	0,7
Ponta de Pedras	0	5	1,7	33	0,7
Portel	1	18	3,1	35	0,5
Salvaterra	1*	13	5,9	20	0,9
Santa Cruz do Arari	0	3	3,3	15	1,6
São Sebastião da Boa Vista	1	12	4,8	36	1,3
Soure	1	9	3,7	49	2

Fonte: Elaborado própria (2016). Com base no Radar de Indicadores das Regiões de Integração; DATASUS; FAPESPA (2015a).

*Unidade Mista

** Considerando a soma dos leitos hospitalares, ambulatoriais e de urgência

Tratando do atendimento em saúde, a situação do Marajó na relação médico/habitante em 2013 ficou aquém do recomendado pelo Ministério da Saúde de 2,5 médicos a cada mil habitantes, registrando um déficit de 1.145,29 médicos, sendo, portanto, maior que o déficit do Estado do Pará. Quanto a cobertura das Estratégias de Saúde da Família (ESF), que é a implantação de equipes multiprofissionais compostas por no mínimo um médico, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico em enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS) nas unidades básicas de saúde (UBS) responsáveis pelo atendimento a número específico de famílias de uma área geográfica delimitada, estava abaixo da proporção do Estado, com ausência total em Muaná, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari, contudo, São Sebastião da Boa Vista e Salvaterra registraram as melhores proporções. Ademais, houve um registro positivo na proporção da cobertura de ACS na região, tendo em 13 municípios 100% de cobertura, somente Portel, Salvaterra e Bagre não alcançaram esse percentual (Radar de Indicadores das Regiões de Integração, 2016; DATASUS, 2016; FAPESPA, 2015a).

Tabela 7 – Indicadores de saúde no Marajó, Estado do Pará – 2013

(continua)

Estado/Região /Município	Nº de Médicos	Nº de Médicos (10 mil hab.)	Proporção de cobertura dos ACS (%)	Proporção de cobertura das ESF
Pará	6163	7,6	82,2	48,9
Marajó	168	3,2	98,6	28,2

Tabela 7 – Indicadores de saúde no Marajó, Estado do Pará – 2013

Estado/Região /Município	Nº de Médicos	Nº de Médicos (10 mil hab.)	(conclusão)	
			Proporção de cobertura dos ACS (%)	Proporção de cobertura das ESF
Afuá	8	2,16	100	9,6
Anajás	4	1,48	100	40,2
Bagre	7	2,55	99,6	40,8
Breves	67	6,88	100	25,5
Cachoeira do Arari	5	2,26	100	32,6
Chaves	8	3,59	100	16
Currálinho	6	1,9	100	34,7
Gurupá	4	1,28	100	34,5
Melgaço	6	2,3	100	27,2
Muaná	9	2,41	100	0
Ponta de Pedras	9	3,15	100	0
Portel	13	2,27	81,5	6,4
Salvaterra	6	2,73	96,1	82,4
Santa Cruz do Arari	2	2,18	100	0
São Sebastião da Boa Vista	7	2,83	100	87,4
Soure	7	2,91	100	14,7

Fonte: Elaborado própria (2016). Com base no Radar de Indicadores das Regiões de Integração (2016); DATASUS (2016); FAPESPA (2015a, p. 22).

A vulnerabilidade em saúde está intrinsecamente ligada a carência em saneamento básico, pois expõe a população a diversas doenças que poderiam ser evitadas se houvesse salubridade ambiental. Assim, enquanto a média estadual registra 4% das internações por diarreia, o Marajó apresentou morbidade por diarreia acima de 10% das internações, chegando a 19% em Santa Cruz do Arari e 11% em Melgaço, isso em 2010 (PARÁ, 2013).

No mesmo ano, referente ao percentual de domicílios marajoaras da zona urbana foi apontado que 62% não eram abastecidos por rede geral de água, tendo que recorrer a fontes alternativas como poços ou nascentes; que 51,06% não possuíam água encanada, tendo somente Salvaterra e Soure atingido percentual acima da média do Estado (84,7%); 73,07% não possuíam banheiro e água encanada; 42,36% não dispunham de coleta regular de lixo, neste ponto todos os municípios apresentaram percentuais abaixo a do estadual (91,92%); considerando os domicílios com duas pessoas ou mais, os 16 municípios registraram percentuais acima de 55%, chegando em Afuá ao patamar de 96,70%. Referente ao percentual de pessoas com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado, enquanto a média do Estado foi 29,05% os municípios apresentaram percentuais superiores a 62%, destes, três municípios registraram percentuais acima de 94%. Esses dados podem ser melhor observados

da tabela 8 (Radar de Indicadores das Regiões de Integração, 2016; DATASUS, 2016; FAPESPA, 2015a).

Tabela 8 – Indicadores de saneamento e habitação dos municípios do Marajó, Estado do Pará, em % – 2010

Estado/Região /Município	% da população em domicílios					Pessoas com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado*
	com água encanada	com banheiro e água encanada	com coleta de lixo	com densida de > 2	com energia elétrica	
Pará	84,70	57,5	91,92	49,40	91,89	29,05
Marajó	48,94	26,93	57,64	72,14	74,70	57,50
Afuá	26,56	14,79	76,98	96,90	78,76	70,23
Anajás	21,06	11,79	76,03	89,43	75,33	72,97
Bagre	43,17	14,56	69,04	82,39	81,17	64,35
Breves	45,63	22,97	60,55	95,17	74,51	74,62
Cachoeira do Arari	71,32	6,68	75,78	77,52	58,42	65,68
Chaves	27,88	8,91	85,36	77,52	72,70	62,55
Curralinho	33,84	17,28	68,40	69,27	78,61	73,05
Gurupá	39,19	30,91	62,89	96,62	72,57	73,50
Melgaço	21,93	13,39	78,93	83,13	86,43	64,06
Muaná	51,45	31,41	52,89	88,9	72,67	76,73
Ponta de Pedras	67,31	38,74	48,59	76,25	62,75	74,84
Portel	62,51	32,19	37,45	88,79	78,34	71,78
Salvaterra	96,19	60,13	25,61	55,26	48,97	96,93
Santa Cruz do Arari	84,54	48,49	15,76	73,55	69,30	95,13
São Sebastião da Boa Vista	36,59	17,56	71,45	90,37	69,13	78,88
Soure	89,80	63,88	16,45	85,92	46,79	93,93

Fonte: Radar de Indicadores das Regiões de Integração (2016).

* Inadequados: abastecimento de água não provem de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

Quanto a esgotamento sanitário, o mais comum nas cidades da região é a fossa rudimentar (55%), seguido pela fossa séptica (13%) e o menor percentual é da rede geral de esgoto ou pluvial (3%), contudo, valas, igarapés, rios e lagos também são utilizados com essa finalidade, como ocorre em Bagre em que a taxa chega 74% dos domicílios. Vale ressaltar que este município registra a maior taxa de mortalidade infantil. E na zona rural a utilização valas, igarapés, rios e lagos são a principal forma de esgotamento sanitário, afora Soure (município eminente urbano) e Salvaterra, causando dessa forma sérios danos ambientais (PARÁ, 2013).

2.4.4 IDHM

Nas três últimas apurações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) o Marajó obteve índices abaixo das médias do Estado do Pará e do Brasil, tendo ficado em 1991 e 2000 na faixa de “muito baixo desenvolvimento humano” (0,000 - 0,499), e em 2010, mesmo com um incremento de 39,67%, ficou na faixa de “baixo desenvolvimento humano” (0,500 – 0,599) com a média de 0,524, conforme dados da tabela 9 (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Tabela 9 – IDH por município do Marajó, Estado do Pará – 1991/2000/2010

Item Geográfico	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Pará	0,413	0,518	0,646
Marajó	0,289	0,382	0,524
Afuá	0,250	0,230	0,489
Anajás	0,197	0,307	0,484
Bagre	0,241	0,330	0,471
Breves	0,284	0,372	0,503
Cachoeira do Arari	0,324	0,427	0,546
Chaves	0,179	0,289	0,453
Curralinho	0,229	0,323	0,502
Gurupá	0,209	0,349	0,509
Melgaço	0,177	0,260	0,418
Muaná	0,305	0,350	0,547
Ponta de Pedras	0,335	0,444	0,562
Portel	0,272	0,359	0,483
Salvaterra	0,391	0,478	0,608
Santa Cruz do Arari	0,300	0,393	0,557
São Sebastião da Boa Vista	0,288	0,422	0,558
Soure	0,427	0,513	0,615

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

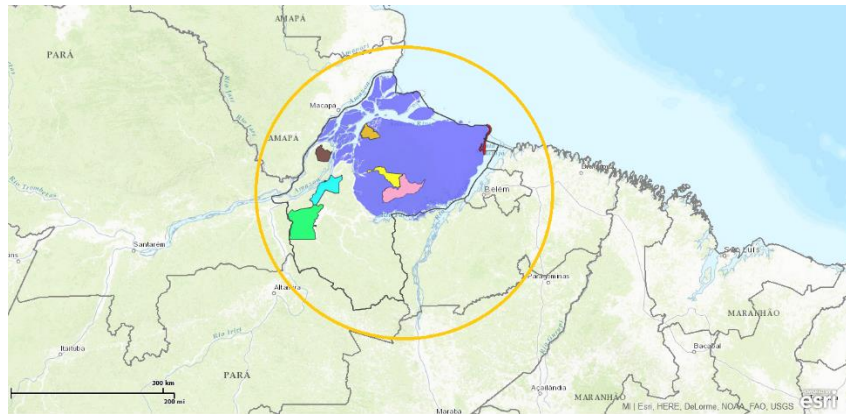
Particularizando a análise por município, observou-se que Soure e Salvaterra obtiveram os melhores índices em 2010, chegando a “médio desenvolvimento humano” (0,600 – 0,699), enquanto os demais municípios ficaram abaixo da média do Estado, com Melgaço registrando o pior IDHM no país. Considerando o ranking nacional, entre os 50 piores índices estão 8 municípios marajoaras, e entre os 10 piores, 3 municípios (Melgaço, Chaves e Bagre). No ranking estadual, 7 municípios marajoaras estão entre os 10 piores (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Com referência as três dimensões que compõem o IDH (longevidade, educação e renda), todos os municípios progrediram entre 1991 e 2010, sendo educação o componente que mais avançou no Marajó, tanto em termos absolutos (0,334) quanto em relativos (336,68%), entretanto, foi o que apresentou o menor valor absoluto (0,356) comparado aos de renda (0,518) e longevidade (0,773). Quanto a este, apresentou um crescimento de 23,69%, e o aquele apenas 11,03%, no mesmo período (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013; IDESP, 2014).

2.5 Contexto Ambiental

O Estado do Pará possui 57,52% do seu território de áreas protegidas, entre unidades de conservação e áreas indígenas, e o Marajó 48.583,21 km², equivalendo a 46,65% do território, destacando a inexistência de área protegida indígena na região. Dessa forma, há 8 unidades de conservação¹⁸ no Arquipélago, sendo 7 de uso sustentável¹⁹ e 1 de proteção integral²⁰, conforme observado na figura 4 e detalhado na tabela 10 a seguir (PARÁ, 2012).

Figura 4 – Unidades de conservação no Marajó, Estado do Pará – 2016



Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no Observatório do Desenvolvimento Regional (2016); Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (2016)

Legenda:

■ APA Marajó	■ RESEX Marinha de Soure	■ RDS Itapuã-Baquiá
■ RESEX Mapuá	■ Parque Estadual Charapucú	■ RESEX Terra Grande-Pracuúba
■ FLONA de Caixuanã	■ RESEX Gurupá-Melgaço	

¹⁸ “É o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, p. 1).

¹⁹ “Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000, p. 2).

²⁰ “Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, p. 2).

Tabela 10 – Unidades de conservação no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará – 2016

Identificação	Área (km ²)	Municípios do Marajó	Último ato legal
Parque Estadual Charapucú**	653,48	Afuá	Decreto nº 2.592, de 09/11/2010
Floresta Nacional de Caxiuanã*	3.179,46	Gurupá, Melgaço, Portel e Porto de Moz	Decreto nº 239, de 28/11/1961
Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó*	45.247,80	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure e São Sebastião da Boa Vista	Constituição Estadual Art. 13, §2º, de 05/10/1989
Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço	1.454,12	Gurupá e Melgaço	Decreto S/N, de 30/11/2006
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá	644,41	Gurupá	Decreto S/N, de 14/06/2005
Reserva Extrativista Marinha Mapuá	937,53	Anajás, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista	Decreto S/N, de 20/05/2005
Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba	1.948,60	Anajás, Breves, Currálinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista	Decreto S/N, de 05/06/2006
Reserva Extrativista Marinha de Soure	295,78	Soure	Decreto S/N, de 22/11/2001

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base no CADASTRO Nacional de Unidades de Conservação (2016).

*Possui outros municípios integrantes.

**Unidade de proteção integral.

Conforme figura 3, dentre as unidades de uso sustentável, a APA do Arquipélago do Marajó é a maior em extensão, e foi instituída para proteger a diversidade biológica, permitir o uso sustentável dos recursos naturais e disciplinar o processo de ocupação humana. Dentro da área da APA estão as RESEXs Terra Grande-Pracuúba, Mapuá, Marinha de Soure e o Parque Estadual Charapucú. Ficaram fora da APA e na parte continental da mesorregião a RESEX Gurupá-Melgaço, a RDS Itatupã-Baquiá e a Floresta Nacional de Caxiuanã.

Compreende-se como RESEX as áreas de domínio público, cujo processo de criação é iniciado pela comunidade interessada, onde as propriedades privadas são desapropriadas, o uso da terra é concedido somente as populações extrativistas tradicionais para sua subsistência, sendo expressamente proibida a exploração de recursos minerais, caça amadorística e

predatória, e a exploração de recursos madeireiros de base sustentável depende do cumprimento de situações especiais e prévia aprovação dos órgãos gestores. Quanto as RDSs, são de iniciativa do governo, a concessão de uso é dada tanto a populações tradicionais quanto privadas, não sendo obrigatória a desapropriação de áreas, em que é permitida a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, inclusive mineração. O Parque Estadual, é de proteção integrada, objetiva a preservação dos ecossistemas de grande beleza cênica e relevância ecológica, além de atividades educacionais e de pesquisa, não compatível com a presença de moradores, nem com a exploração sustentável dos recursos naturais, sendo obrigatório a desapropriação de terras quando da sua criação. A FLONA, é uma área florestal com espécies predominantemente nativas, criada por iniciativa do governo, exige desapropriação de terras, em que a concessão do uso é dada somente as comunidades tradicionais, sendo permitida a exploração sustentável dos recursos florestais e de minério em consonância com o Plano de Manejo (BRASIL, 2000).

Destaca-se, a importância dessas unidades de conservação pela proteção da biodiversidade e do respeito pelas comunidades tradicionais marajoaras. Essas ações contribuíram para a redução do desmatamento no território (diminuição de 94,21% de 1989 a 2011), registrando em 2013 uma área total desmatada de 3.576 km², equivalente a 1,5% do desmatamento do Estado do Pará (255.250 km²) e a 3,5% da área total da mesorregião do Marajó, sendo Portel o município com maior percentual de área desmatada, chegando a 6% das terras do município (PARÁ, 2012; PARÁ, 2015a).

3 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

O cenário da mesorregião do Marajó, apresentado no capítulo anterior, corrobora a existência de uma ação governamental articulada entre os níveis de governo voltada para o desenvolvimento sustentável dos municípios que a integram. No entanto, é mister a compreensão do processo que envolveu a construção do PDTSAM e do contexto no qual ele foi inserido até o ano de 2015, ressaltando-se que a pesquisa de campo trouxe novas informações sobre o processo de elaboração do plano.

3.1 Contexto de surgimento do Plano: aspecto histórico da política de desenvolvimento regional no Brasil e na Amazônia brasileira (1980-2014)

No início da década 80, com o fim do governo militar, frente a grave crise fiscal financeira que enfrentava o Brasil, a ocasião de requalificação política e reformulação do aparato do Estado, as políticas de planejamento governamental e desenvolvimento regional foram abandonadas pelo governo federal, sendo toda estrutura técnico-burocrática do Estado voltada para buscar mecanismos de estabilização monetária. E mesmo com a inserção de vários dispositivos sobre planejamento e a questão do desenvolvimento regional na Constituição Federal em 1988, inclusive com a criação de Fundos Constitucionais de Financiamentos (FCF) específicos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, pouco se avançou nessa direção (BRASIL, 2010, 2012a).

Nesse período de aparente ausência de políticas federais de desenvolvimento regional, recrudesceram as desigualdades inter e intra-regionais no país, induzindo os estados subnacionais, agora com maior autonomia fiscal, a desencadearam a chamada “Guerra Fiscal” com a concepção de políticas de atração de investimentos privados com base em incentivos no Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), caracterizando a prática de “federalismo competitivo”, ao invés de “federalismo cooperativo”, que de alguma forma acarretou a desconcentração industrial e levou a um crescimento desordenado com impacto negativo nas finanças públicas municipais e estaduais (BRASIL, 2012a, p. 16; LEITE, 2011, p. 3). Ademais, essa situação foi acompanhada pelo desmantelamento do aparato institucional federal nas regiões e da desarticulação dos instrumentos de desenvolvimento regional, desvinculando os fundos constitucionais de desenvolvimento de qualquer política nesse sentido (LEITE, 2011).

Esse cenário só vem sofrer alteração em meados de 1990 com o controle da inflação e o alcance da estabilidade monetária, mas principalmente com a inserção definitiva do país na economia globalizada (BRASIL, 2010). Assim a

redefinição dessa inserção mundial do país ocorre à medida que mais se fortalece o processo de globalização, quando as forças econômicas desempenham papel predominante na lógica espacial, concentrando seus movimentos naqueles territórios que apresentem melhores condições para a expansão de suas atividades e de seus lucros. Como consequência desse processo da produção de bens e serviços, as disparidades tanto sociais quanto regionais se acentuam, justificando a adoção de políticas públicas que visem à minoração dos impactos negativos e à inclusão de populações e regiões marginalizadas do processo de crescimento econômico. A política regional surge como uma alternativa para alcançar esses objetivos, motivada, portanto, por razões econômicas e éticas. (LEITE, 2011, p. 2).

Dessa forma, paulatinamente, o planejamento governamental e a questão regional voltam a ter importância no cenário nacional. Em meados de 90 é formulada a política dos “Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração”, entretanto, o marco da retomada da política de integração regional em âmbito federal se deu em 1999 com a criação do MI. Momento em que a SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foram substituídas pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), respectivamente (BRASIL, 2012a, p. 16).

Em 2000 o MI publica o documento “Bases para as Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional”, em 2003 lança a proposta para a PNDR e para a PNOT, aquela objetivando reverter à trajetória das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos do país, contudo, ela é institucionalizada somente em 2007, com a publicação do Decreto Presidencial nº 6.047, de 22/02/2007. Assim, a partir de 2003 a política regional fica mais densa ao ser consignada como um dos megaprojetos nos Planos Plurianuais (PPA) de 2004-2007 e 2008-2011, e pelo esforço de institucionalizar a PNDR por meio de planos macrorregionais (BRASIL, 2012a; 2008; LEITE, 2011).

Em termos do esforço de planejamento regional, foram viabilizadas as seguintes iniciativas: “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Centro-Oeste”, “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste”, “Plano Amazônia Sustentável”; “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido” e o “Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163: Eixo Estratégico de Integração para a Amazônia”. No entanto, em todos esses planos há uma enorme distância entre o conteúdo das ações propostas e as formas de implantação. [...] Ademais, há que se observar a carência de mecanismos claros de financiamento para as ações propostas. (BRASIL, 2012a, p. 24-25).

Também é importante ressaltar que foi pensada com a PNDR a organização de um arranjo de articulação institucional para conduzir a governança dos planos macrorregionais. Em nível federal foi criada a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CPDR) e o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os dois presididos pela Casa Civil da Presidência da República. Em nível macrorregional, as superintendências regionais, que foram recriadas após a extinção das agências de desenvolvimento, assumem a competência e, em nível sub-regional seriam conduzidos por fóruns, conselhos e agências de desenvolvimento locais. Entretanto, esse arranjo institucional não logrou êxito. A CPDR, criada em 2003, acabou esvaziada e desativada em 2004. Em 2012, foi reativada para o fim exclusivo de coordenar a Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (BRASIL, 2012a; COSTA, 2015).

De fato, a PNDR avançou na concepção de se utilizar pelo Governo Federal novas escalas territoriais de planejamento, somadas as das macrorregiões, para enfrentamento das desigualdades regionais. Essas escalas territoriais se diferenciam das macrorregiões, pois reconhecerem a sua heterogeneidade, a existência de dinâmicas sub-regionais e a importância da articulação transescalar entre as esferas de governo e destas com a sociedade. Apesar disso, a tipologia territorial adotada pela PNDR foi duramente criticada pelos Estados e municípios, por alegarem não terem participado da construção do desenho, principalmente, das mesorregiões, e, portanto, se declaram estranhos à lógica dos enquadramentos territoriais, fato que custou caro a política (COSTA, 2015; BRASIL, 2012a).

Tanto que em 2010 foi iniciado um processo de rediscussão da PNDR para renovação da política pós-2010, denominado de PNDR – Fase II, a qual era sustentada por três eixos estratégicos: Mapa de Elegibilidade da Política com aplicação de recursos em territórios escolhidos; criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; e da proposição de um modelo novo de gestão da política (COSTA 2015; LEITE, 2011).

Um dos fatores positivos da PNDR, foi a ênfase dada a Amazônia no contexto da agenda federal. A busca pela superação do subdesenvolvimento regional, ganhou novas vertentes nessa região de extensão continental. De forma que em 2008 foi lançado o PAS, que ficou realmente no âmbito estratégico, e foram elaborados planos sub-regionais para dar o direcionamento operacional às diretrizes estabelecidas, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu e o PDTSAM (COSTA, 2015; BRASIL, 2012a).

Diante da não superação do subdesenvolvimento regional da Amazônia, a SUDAM, fundada em 1966, após passar por um processo de fortalecimento institucional, a partir do ano 2007 é posta como pilar para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Assim em maio de 2012 o Conselho de Deliberativo da SUDAM (CONDEL) aprova o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) para o período de 2012 a 2015, um plano de caráter estratégico e tático-operacional que visa a redução da extrema pobreza; a promoção do crescimento econômico; o incentivo e apoio ao desenvolvimento e consolidação do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação; a conservação do meio ambiente; promoção da integração econômica intra e interregional; e a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à população (BRASIL, 2012b).

Outro ponto importante sobre as superintendências macrorregionais, como a SUDAM, é que “embora recriadas sofrem de problemas básicos (como insuficiência de quadros técnicos) e ainda não conseguiram readquirir musculatura técnica para cumprir seu papel” (BRASIL, 2012a, p. 24).

De maneira que no decorrer de 27 anos, desde a Constituição Federal de 88, outras políticas públicas que não previam em sua proposta inicial a questão das desigualdades regionais, como as políticas sociais de transferência de renda e de previdência social aliadas das de melhoria da infraestrutura como os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), tem conseguido lograr melhores resultados nesse sentido do que a própria PNDR e seus diversos instrumentos de planejamento (LEITE, 2011).

3.2 Processo de Construção do Plano do Marajó

Enquanto o MI inicia o processo de elaboração da PNDR em 2000 e também da PNOT, no Marajó o Bispo D. Ângelo Maria Rivato, da Diocese de Ponta de Pedras²¹, edita um “folheto” sobre o trabalho da Igreja Católica com a população marajoara; nele fica evidente o atraso, a desigualdade social e o abandono da região pelos governos do Estado e da União. As informações contidas nesse “folheto” tiveram grande repercussão na mídia local e estadual (HERMOSO, 2016).

A partir desse documento o Bispo D. José Luiz Azcona Hermoso, conhecido como Bispo do Marajó, da Prelazia do Marajó, leva a luta da Igreja na região a conhecimento do Brasil por meio de diversas reportagens nas maiores emissoras do país, e até o Governo Federal,

²¹ Integrante da Prelazia do Marajó, vinculada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Norte II da Igreja Católica.

após várias reuniões no Planalto, denunciando a prostituição infantil, o tráfico de pessoas, os conflitos fundiários, a insegurança, a precariedade no saneamento básico, os números alarmantes de malária, a insuficiência de infraestrutura e o fato de grande parte da população estar imersa na pobreza. Por intermédio do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, ganha o apoio do Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, e se começa a delinear com a Igreja Católica como poderia ser um plano de desenvolvimento para o Marajó (HERMOSO, 2016; RIBEIRO, 2015).

Após 2004 a situação econômica do Marajó é agravada com o início da chamada “crise do setor madeireiro”, e conseqüentemente as mazelas sociais são aprofundadas, logo, a necessidade de ações de governo torna-se cada vez mais necessária e urgente. Até que em 26 de julho de 2006 é publicado o Decreto Presidencial criando o Grupo Executivo Interministerial (GEI) “para acompanhar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Arquipélago de Marajó, bem como elaborar plano de desenvolvimento sustentável em articulação com a sociedade civil e os Governos estadual e municipais”. Igualmente era de competência do Grupo articular ações imediatas direcionadas ao combate à malária, regularização fundiária e a implementação de obras de infraestrutura. O prazo estipulado foi de 180 dias para a conclusão dos trabalhos a partir de sua instalação (BRASIL, 2007a, p. 20-21).

Com a publicação do decreto, o então Coordenador de Tecnologia da Informação da ADA, Adagenor Ribeiro, marajoara, natural de Anajás, com formação em desenvolvimento regional pelo NAEA/UFPA, solicita participação nos trabalhos do GEI e assume papel estratégico nas pesquisas preliminares do delineamento do plano para o Marajó, no processo de construção e na produção do documento final (RIBEIRO, 2015, MARTINS, 2015).

De agosto a dezembro de 2006 ocorreram diversas reuniões na Casa Civil com o GEI, tendo como produto o resumo executivo da versão preliminar do plano para discussão nas consultas públicas. Foi definido que as demandas seriam aglutinadas em cinco eixos temáticos: 1) fomento as atividades produtivas sustentáveis; 2) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; 3) infraestrutura para o desenvolvimento; 4) inclusão Social e cidadania; e 5) relações institucionais. Para cada eixo foram estipuladas diversas diretrizes (BRASIL, 2007a).

Antecedendo as consultas, em 11 de dezembro de 2006 em Soure, reunião preparatória com lideranças regionais para definir estratégias de organização e mobilização, além de apresentação das ações pelos órgãos federais. De 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 2007 as consultas públicas foram realizadas nos municípios de Salvaterra (no dia 30/01 com os municípios de Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Soure), São Sebastião

da Boa Vista (em 01/02 com os municípios de Muaná e Currálinho), Breves (em 03/02 com os municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel), Anajás (em 06/02 com o município de Chaves), e Afuá (no dia 08/02 com comunidades isoladas do centro da ilha) (BRASIL, 2007a).

Esse momento de construção contou com grande participação popular, contudo, o Governo do Estado do Pará teve uma participação mínima, conforme afirma Hermoso (2016, p. 16):

Na verdade, o apoio do Governo Lula mais do que o Governo do Estado, que no início ele não apoiou, ele se omitiu, ficou distante. De fato não colaborou muito. [...] Temos que reconhecer que a presença de organismos do Estado da federação aqui no Marajó-PA, nessas consultas populares, audiências públicas foi fundamental. Houve apoio econômico, presença de navios grandes com especialistas de áreas sensíveis de toda sociedade que se pode ver, de conhecimento da cultura, de conhecimento do Marajó, de desenvolvimento econômico, como não podemos dizer perfeitas, mas verdadeiramente temos que reconhecer que houve um certo esforço magnânimo, e a participação popular foi também maciça.

Essa participação popular foi maciça devido ao trabalho intenso da Prelazia do Marajó junto aos movimentos sociais dos diversos municípios da região, mas acima de tudo esse processo

[...] suscitou, digamos antropologicamente, em todo o Marajó uma esperança, levantou uma esperança, eu creio nunca historicamente o povo marajoara experimentou como possibilidade real de sair do atraso secular e do abandono do Estado e do Governo Central, a União. Foram tempos e meses de euforia grande de todo o povo do Marajó, porque foi uma nova expectativa. Talvez acompanhada dos primeiros anos da presença do PT que no início se manifestou popular mesmo, não populista, desejoso, pelo menos aqui no Marajó, de colaborar com o desenvolvimento do Arquipélago. (HERMOSO, 2016, p. 2).

Concluído esse processo, durante 172 dias foi trabalhado pelo GEI em Brasília a sistematização dos resultados das consultas e na identificação das ações em andamento de entidades estaduais e federais na região, objetivando alinhar as demandas recebidas com ações em curso, bem como aquelas que dependeriam de propostas de inclusões no PPA 2008-2011, e a definição de estratégias de implementação. Finalizada essa etapa, com a publicação do Decreto Presidencial em 30 de julho de 2007, nascia oficialmente o PDTSAM, o Plano do Marajó (BRASIL, 2007b). Integralmente inserido na nova estratégia de desenvolvimento regional para o Brasil e Amazônia brasileira, logo, alinhado a PNDR, ao PNOT e principalmente ao PAS (BRASIL, 2007b; BARROS, 2013).

3.3 O Plano

O PDTSAM, na brochura de 296 páginas, passar a existir com finalidade de ser uma

[...] peça na política de desenvolvimento regional na medida em que trata as desigualdades sociais, traça linhas para crescimento econômico e preocupa-se com a preservação ambiental no arquipélago do Marajó. [...] Em suma, o objetivo central do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó é, a partir da ação articulada dos diversos níveis de governo e da sociedade civil implementar, um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização da atividade econômica sustentável com inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2007b, p. 66.).

Para isso, foi realizada a caracterização do Marajó, por meio de diagnóstico regional, onde ficou evidente a sua fragilidade e o isolamento comparado ao restante do Estado do Pará. Então para se alcançar esse novo modelo de desenvolvimento local os caminhos foram traçados em 5 eixos estruturantes que para serem alcançados foram estabelecidas 48 diretrizes, 68 ações prioritárias e 295 estratégias de implementação, conforme demonstrado na tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Composição dos eixos estruturantes do Plano Marajó – 2007

(continua)				
Eixo	Objetivo do eixo	Diretrizes	A. E.*	E. I.**
Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental	Realizar ações discriminatórias administrativas ou de arrecadações sumárias de áreas interiores insulares visando distinguir as terras públicas das privadas com vista a promover a incorporação e o registro de imóveis em cartório, procedimentos estes que serão presididos pela Advocacia-Geral da União (AGU).	9	12	58
Fomento às atividades produtivas sustentáveis	Realizar ações integradas das três esferas governamentais, uma forte inflexão nos investimentos em infraestrutura econômica e no aporte de tecnologia, associados ao fortalecimento das instituições de	11	15	52

Tabela 11 – Composição dos eixos estruturantes do Plano Marajó – 2007

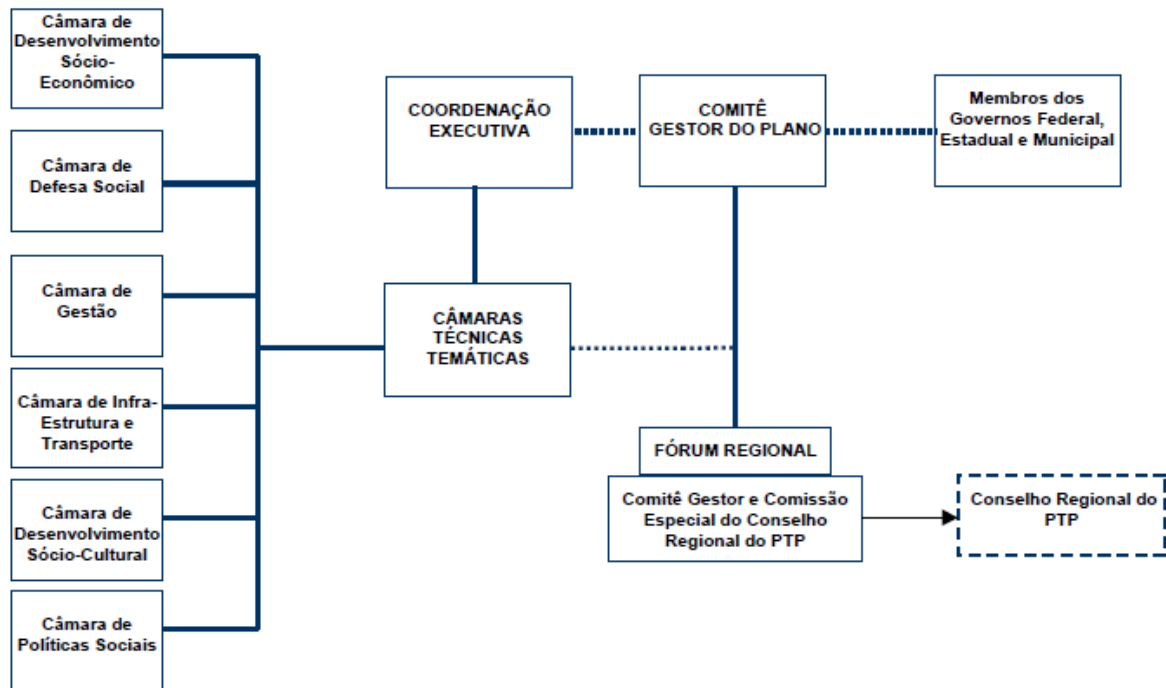
		(conclusão)		
Eixo	Objetivo do eixo	Diretrizes	A. E.*	E. I.**
Fomento às atividades produtivas sustentáveis (cont.)	pesquisa, assistência técnica e fomento, que permitirão reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica, que favoreçam o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.			
Inclusão social e cidadania	Propiciar a inclusão social da grande maioria de sua população, por meio da integração das políticas públicas e sociais em todos os níveis de governo, com a participação da sociedade civil, respeitando os valores humanos e a diversidade sociocultural.	14	15	99
Infraestrutura para o desenvolvimento	Promover, ampliar e fortalecer a infraestrutura adequada ao desenvolvimento local nos seguimentos de energia, transporte, comunicação, armazenamento e abastecimento de água.	10	15	67
Relações institucionais e gestão do Plano	Efetivar uma gestão compartilhada, envolvendo representações dos governos federal, estadual e municipais e da sociedade civil organizada do Marajó, atendendo às manifestações expressas nas consultas públicas realizadas na região.	4	11	23

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em BRASIL (2007b, p. 74-94, 273-298)

*Ações estratégicas / **Estratégias de implementação

Por conseguinte, foram listadas em 182 páginas, todas as ações federais e estaduais que estavam em curso e programadas em 2007 e que poderiam convergir para a consecução dos objetivos do plano, em um total de 188. E como forma de consolidar o instrumento como uma ação conjunta dos diversos níveis de governo, foi apresentado um modelo de gestão para “articular e regular a participação das organizações sociais e sua capacidade de intervenção para a realização do modelo de desenvolvimento para o arquipélago” (BRASIL, 2007b, p. 9), conforme observado na figura 5.

Figura 5 – Estrutura planejada para a gestão do Plano do Marajó – 2007



Fonte: BRASIL, 2007b, p. 97.

Nota: PTP significa Planejamento Territorial Participativo do Estado do Pará

Nessa proposição o Governo do Estado do Pará, que esteve praticamente ausente nos momentos de construção do plano como mencionado, por meio da Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR) aparece como figura-chave na implementação do plano. A Coordenação Executiva seria exercida pela SEIR e teria a incumbência de coordenar, articular, avaliar e monitorar as ações, além de produzir e fornecer informações sobre o andamento e ser o interlocutor entre as Câmaras Técnicas e o Comitê Gestor. Este deveria acompanhar as decisões do Fórum Regional, que era composto por nove representantes, sendo 3 da União (Casa Civil, MI e Ministério da Saúde - MS ou Gerencia Regional do Patrimônio da União - GRPU), 3 do Estado (SEIR, Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Estado de Governo – SEGOV) e 3 Prefeitos marajoaras, sendo coordenado pela Casa Civil. E aquelas, deveriam ser formadas por servidores públicos das três instâncias de governo, com a responsabilidade de analisar e propor políticas públicas. Quanto ao Fórum Regional, era composto por 18 membros, sendo uma instancia propositiva e de negociação (BRASIL, 2007b).

3.4 O Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento

Dentre os 5 eixos estruturantes, o de infraestrutura para o desenvolvimento foi considerado como decisivo para a implantação do novo modelo de desenvolvimento de bases territoriais almejado. Isto porque foi identificado uma “enorme insuficiência e precariedade em todos os seus segmentos (transporte, energia, comunicação e armazenagem), funcionando como um decisivo obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da região” (BRASIL, 2007b, p. 87).

Dessa forma, o objetivo central do eixo foi de promover, ampliar e fortalecer a infraestrutura adequada ao desenvolvimento local nos seguimentos de energia, transporte, telecomunicação, armazenamento e abastecimento de água.

Ressaltando que o maior desafio para realizar ações de infraestrutura no Marajó é a própria condição natural da região, que, por ser uma ilha, demanda que todo material como areia, seixo, cimento, pedra, brita, asfalto, entre outros, sejam trazidos do continente via fluvial, respeitando sempre os horários da maré, pois, tudo na região é regido por ela. Ademais, a seis metros de profundidade existem lençóis capilarizados e total ausência de relevo (BRASIL, 2007b).

Assim, conhecer o que foi planejado em cada seguimento para se atingir o desenvolvimento em infraestrutura no Marajó, foi fundamental para se atingir os objetivos dessa pesquisa.

3.4.1 Energia

Foi identificada uma enorme precariedade de oferta de energia na região, sendo a taxa de cobertura na zona urbana de 93%. Quanto a zona rural, a cobertura é bastante heterogênea, enquanto os municípios da microrregião do Arari apresentaram percentuais de até 92,3%, os municípios das microrregiões dos Furos de Breves e Portel registraram cobertura nula ou abaixo de 5%, sendo para estes o grupo-gerador a diesel a principal forma de geração de energia, com funcionamento em horário pré-estabelecidos. Ressaltando também que as termoeletricas eram a única forma de produção de energia nas cidades (BRASIL, 2007b).

Dessa forma:

[...] deve começar por uma ação vigorosa na área de energia, disponibilizada em volume absolutamente insuficiente no Arquipélago. Os investimentos

devem buscar suprir não somente o atendimento domiciliar, atualmente com uma das menores coberturas do país, especialmente na área rural, mas também promover a ampliação da oferta de energia direcionado ao desenvolvimento industrial. (BRASIL, 2007b, p. 87).

Para isto foram definidas 2 diretrizes, 3 ações prioritárias e 15 estratégias de implementação, como observadas o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Planejamento para área de energia no Plano do Marajó – 2007

(continua)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.	Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.	Criação de uma estratégia de comunicação do Programa Luz Para Todos na região.	Ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo.
			Localizar cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise.
			Implantação do projeto “Luz Para Todos”, nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.
	Implantar quatro projetos de uso produtivo da energia.	Realizar levantamento das comunidades isoladas a serem atendidas com sistema alternativo de energia.	
Estudar a implantação de novos projetos de uso produtivo para melhoria da renda e desenvolvimento das comunidades.			

Quadro 1 – Planejamento para área de energia no Plano do Marajó – 2007

(continuação)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar. (cont.)			Informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo programa “Luz Para Todos” e qual forma de geração de energia será utilizada.
	Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados.	Realização de cerca de 8500 ligações em oito municípios que dispõem de capacidade de geração excedente.	
		Analisar as condições dos grupos-geradores existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia.	
		Promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia para atendimento das comunidades próximas carentes de energia.	
Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial.	Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí.	Conclusão dos estudos para interligação de Tucuruí ao Arquipélago do Marajó por linha de Transmissão.	Execução da obra da linha de transmissão Tucuruí – Portel – Melgaço.
			Executar a obra da linha de transmissão Tucuruí – Manaus, passando por Gurupá.

Quadro 1 – Planejamento para área de energia no Plano do Marajó – 2007

(conclusão)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial. (cont.)	Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí. (cont.)		Realizar estudos para a adição de biodiesel ao diesel combustível para o transporte fluvial.

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em Brasil (2007b).

Nota: Onde está “(cont.)” é porque o item está repetido, e foi posto para melhor compreensão da informação. Onde há espaços em branco é porque não fora identificado ação prioritária ou estratégia de implementação vinculada.

3.4.2 Transportes

O sistema de transporte na região é predominantemente marítimo e hidroviário, o aéreo limita-se às empresas de táxi aéreo e, o rodoviário a poucas estradas asfaltadas que margeiam parte da costa leste da ilha, as demais estradas são de argila e areia, sendo que estas ficam intrafegáveis na época das chuvas (BRASIL, 2007b).

Uma característica peculiar da região é a movimentação dos volumes de água. Na metade do ano há grande redução do volume, impossibilitando a navegação principalmente nos rios interiores, e na área dos campos (microrregião do Arari) os rios secam completamente, sendo, nesse período, trafegados somente por caminhões, cavalos ou búfalos (BRASIL, 2007b).

A ligação principal das cidades marajoaras se dá com Belém e Macapá por linhas fluviais regulares de cargas e passageiros, que podem durar dias, como para acessar Anajás a partir de Belém são necessários quase dois dias de viagem. Estava posto no Plano a proposta de construção da Hidrovia do Marajó no interior da ilha com 32 km de um canal artificial ligando os rios Anajás e Atuaá, que reduziria em 150 km a ligação entre Belém e Macapá (de 580 para 430 km) (BRASIL, 2007b).

Para atender as demandas da população foram planejadas diretrizes, ações e estratégias que estão dispostas no quadro 2, as quais conjuntamente proporcionariam a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte no Arquipélago (BRASIL, 2007b).

Quadro 2 – Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007

(continua)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários.	Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso.	Implantar pista de pouso no município de São Sebastião da Boa Vista.	
		Iluminar as pistas de pouso de Breves e de Soure.	
		Descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	
		Realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso.	
	Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes.	Construção e melhoria dos terminais portuários nos municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Muaná, Salvaterra, Soure e Anajás.	
Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal.	Implantar rodovia entre Anajás e Soure.		
		Pavimentação da rodovia PA 154 (45 km) entre Camará e Cachoeira do Ararí.	
		Recuperação da PA 154 entre Soure e a localidade de Pesqueiro.	
		Construção e pavimentação da PA 396 entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí.	

Quadro 2 – Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007

(continuação)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal. (cont.)		Implantação da estrada interligando Chaves à localidade de Jurupucu.	
		Pavimentação da rodovia da localidade de Monsarás à rodovia PA 154.	
Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões.	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras.	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó, inclusive com a possível ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá à Ponta de Pedras, através de seminários locais.	
	Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.		Realização de dragagens do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.
			Realização de dragagens do canal do rio Pracuúba Grande entre Terra Grande e o rio Canaticu.
			Realização de dragagens do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Arari à Chaves.
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.		Realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará.	Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário:

Quadro 2 – Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007

(continuação)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte. (cont.)			<p>1) construção das pontes sobre o rio Camará e o rio Paracauary associadas à ligação das sedes localizadas no interior da grande ilha às sedes municipais ribeirinhas;</p> <p>2) implantação e pavimentação das ligações de Santa Cruz do Arari com Cachoeira do Arari e com Chaves;</p> <p>3) implantação e pavimentação das ligações de Anajás com Breves (PA 159);</p> <p>4) implantação e pavimentação das ligações de Ponta de Pedras (PA 368) e com Afuá;</p> <p>5) implantação e pavimentação rodoviária entre Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras;</p> <p>6) implantação e pavimentação rodoviária entre Muaná, São Sebastião e Curralinho;</p>

Quadro 2 – Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007

(continuação)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte. (cont.)			7) Implantação e pavimentação rodoviária entre Chaves e Afuá; 8) Recuperação e restauração da PA 368 entre Portel e Cametá; 9) Implantar a rodovia entre Oeiras do Pará e a Transcametá.
		Restabelecimento da linha de passageiros Belém – Soure.	Realização de obras para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá;
		Regularização, fiscalização e controle das qualidades de serviços e tarifas dos sistemas de transporte hidroviários.	Urbanização das orlas de Breves e Bagre.
		Regularizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	Manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em Chaves e Afuá.
		Dotar as estações aeroviárias de radiocomunicação.	Implantação do posto de fiscalização da capitania dos portos.
		Verificar a possibilidade de novas linhas regulares entre Belém e o Arquipélago.	Implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves.
			Implantação do posto de brigada de salvamento fluvial na região.

Quadro 2 – Planejamento para área de transporte no Plano do Marajó – 2007

(conclusão)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte. (cont.)		Fiscalizar as linhas aéreas regulares, visando a melhoria da qualidade e da segurança do serviço e a redução do valor das tarifas.	Realização de estudos para a perenização do canal das Tartarugas e do Lago Arari, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70.

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em Brasil (2007b).

Nota: Onde está “(cont.)” é porque o item está repetido, e foi posto para melhor compreensão da informação. Onde há espaços em branco é porque não fora identificado ação prioritária ou estratégia de implementação vinculada.

3.4.3 Armazenamento

Devido a infraestrutura de armazenagem na região como um todo ser absolutamente insuficiente, e quando existe ser precária, ocasionando uma enorme perda da produção primária, foi delineada uma diretriz e uma ação prioritária com 3 estratégias de implementação para realizar uma “urgente” ampliação da capacidade de armazenamento no arquipélago, conforme disposto no quadro 3 (BRASIL, 2007b).

Quadro 3 – Planejamento para área de armazenamento no Plano do Marajó – 2007

(continua)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção.	Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos.	Implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí.	
		Implantação de câmara frigorífica para armazenamento de produtos laticínios produzidos na ilha.	

Quadro 3 – Planejamento para área de armazenamento no Plano do Marajó – 2007
(conclusão)

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção. (cont.)	Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos. (cont.)	Promover a certificação dos produtos.	Promover a implantação de silos para o armazenamento da produção agrícola.

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em Brasil (2007b).

Nota: Onde está “(cont.)” é porque o item está repetido, e foi posto para melhor compreensão da informação. Onde há espaços em branco é porque não fora identificado estratégia de implementação vinculada.

3.4.4 Telecomunicação

Na área de telecomunicação o objetivo era democratizar o acesso a informação, simplificar a cobertura dos sinais de televisão e rádio, além de realizar uma fiscalização mais efetiva dos serviços (BRASIL, 2007b). Isto porque o atendimento de telecomunicações era de péssima qualidade e insuficiente, inclusive de telefonia celular que cobria apenas 4 cidades (Breves, Soure, São Sebastião da Boa Vista e Salvaterra); a programação de uma única emissora de TV era transmitida na região; e o rádio era o principal veículo de comunicação, principalmente, na zona rural (BRASIL, 2007b).

De tal modo, definiu-se uma única diretriz, com 5 ações prioritárias e 10 estratégias de implementação para se avançar nessa área, como observado no quadro 4.

Quadro 4 – Planejamento para área de telecomunicação no Plano do Marajó – 2007

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação		
		Curto prazo	Médio/Longo prazo	
Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital).	Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região.	Ampliar a cobertura da telefonia celular.		
	Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura.		Restabelecer a Transmissão do sinal da TV Cultura.	
	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	Incluir e ampliar a participação da região no programa GESAC.	
		Universalizar o acesso à telefonia e Internet.		
	Ampliar o sistema de telefonia rural.	Universalizar o acesso à telefonia.	Ampliar o sistema de telefonia rural.	
	Ampliar, regularizar e melhorar a fiscalização das rádios comunitárias.	Fazer convênio com entidades civis para capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores da comunidade.	Regularizar as rádios comunitárias.	
			Implantar outras rádios Difusão.	

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em Brasil (2007b).

Nota: Onde está “(cont.)” é porque o item está repetido, e foi posto para melhor compreensão da informação. Onde há espaços em branco é porque não fora identificado ação prioritária ou estratégia de implementação vinculada.

3.4.5 Abastecimento de água

O abastecimento de água em todos os municípios da região é precário, a maior parte da população urbana (57,20%) não é atendida por rede geral de distribuição, situação agravada na zona rural onde o consumo de água é feito, na maioria das vezes, direto do rio, e somente uma pequena parte realiza algum tipo de tratamento, trazendo graves consequências à saúde dessa população (BRASIL, 2007b).

Então foi definida uma diretriz, 2 ações prioritárias e 2 estratégias de implementação de curto prazo buscando “promover o acesso para o uso múltiplo da água assim como possibilitar

a melhoria de sua qualidade, a captação e distribuição nos centros urbanos e rurais” (BRASIL, 2007b, p. 90), conforme observado no quadro 5.

Quadro 5 – Planejamento para abastecimento de água no Plano do Marajó – 2007

Diretriz	Ação prioritária	Estratégia de implementação	
		Curto prazo	Médio/Longo prazo
Promover o acesso para o uso múltiplo da água.	Implantar políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais;	Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó.	
	Concluir o Projeto Alvorada;	Implementar o Projeto Água para Todos.	

Fonte: Elaboração própria (2006). Com base em Brasil (2007b).

Nota: Onde está “(cont.)” é porque o item está repetido, e foi posto para melhor compreensão da informação. Onde há espaços em branco é porque não fora identificado estratégia de implementação vinculada.

4 ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A apresentação e análise dos resultados da pesquisa estão dispostos neste capítulo, contudo, os tópicos anteriores foram estratégicos por fundamentar o exame dos dados e as inferências obtidas a partir deles e, portanto, dessa conexão responder ao problema levantado. Deste modo, serão apresentados, primeiramente, os dados quantitativos obtidos pela aplicação dos questionários, e, em seguida os dados qualitativos colhidos nas entrevistas e também pela aplicação de um questionário específico.

4.1 Apresentação e análise dos resultados

Ao escolher entre os eixos do Plano do Marajó o de “infraestrutura para o desenvolvimento” para ser objeto específico de análise deste trabalho, não se tinha ideia do desafio que seria realizá-la. Contudo, acredita-se que a escolha pelo método indutivo e pelas ferramentas metodológicas empregadas, questionário e entrevista, foram os mais adequados, considerando as limitações de tempo e recursos, bem como a opção por averiguar a efetividade do eixo pela realização das estratégias de implementação, que são no total de 67, divididos entre os cinco seguimentos apresentados no item 3.4.

4.1.1 Resultados da Pesquisa Quantitativa

Conforme exposto na introdução desta dissertação, houve um esforço inicial para compreender como o eixo foi estruturado, após sistematização, produziu-se um quadro (ver Apêndice A) onde constatou-se que do eixo o que deveria ser realmente realizado seriam as “estratégias de implementação”. Com base no quadro elaborou-se o primeiro questionário que foi remetido ao MI, em especial a SDR, que é o órgão atualmente responsável pela implementação e acompanhamento do plano, e a AMAM, depois de forma estratificada por seguimento, enviou-se à CELPA, SUDAM, MC, MT, CONAB e SAC.

Ressalta-se que em 8 estratégias de implementação foram registradas respostas divergentes, tendo um respondente informando que foi realizada e outro informando que não. Para dirimir tal circunstância optou-se pela resposta do agente com vinculação direta a realização da estratégia.

De posse das respostas, os dados foram tratados utilizando o programa Excel, tendo como parâmetro as variáveis discretas “executada”, “não executada” e “em andamento”. Após apuração e crítica dos dados, que foram sistematizados estatisticamente por frequência absoluta, optou-se por apresentá-los em forma tabular e de gráficos em colunas. Assim, os resultados desta investigação passam a ser apresentados.

Na tabela 12 verifica-se que somente 13,43% das 67 estratégias de implementação foram executadas, 71,64% não foram e 14,93% estão em andamento. Constatou-se também que nos seguimentos de “armazenamento” e “abastecimento de água” nenhuma estratégia de implementação foi executada; o seguimento “transporte”, possuidor do maior número de estratégias de implementação, teve somente uma executada (2,70%); o de “telecomunicação” registrou o maior percentual de estratégias executadas 44,44%, em relação aos demais; e o de “energia” o maior percentual de estratégias em andamento 53,33%, também em relação aos demais.

Tabela 12 – Estratégias de implementação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por seguimento – 2016

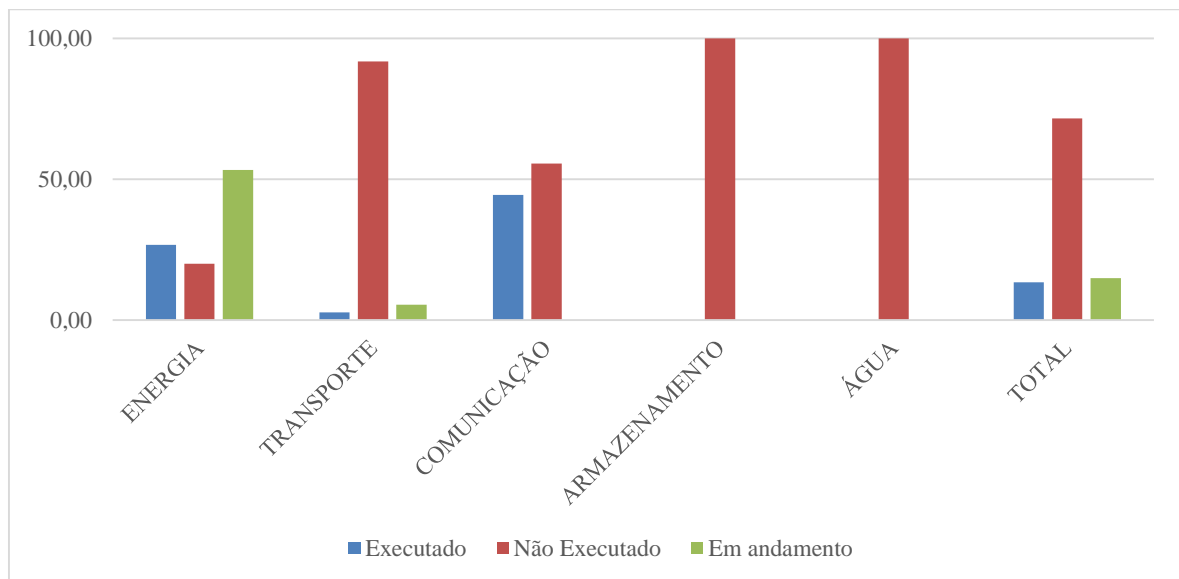
Seguimento	Estratégias de Implementação			Total
	Executadas	Não executadas	Em andamento	
Energia	4	3	8	15
Transporte	1	34	2	37
Telecomunicação	4	5	0	9
Armazenamento	0	4	0	4
Abastecimento de Água	0	2	0	2
Total	9	48	10	67

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base na pesquisa de campo.

*Estratégias de Implementação

Uma melhor visualização desses resultados pode ser verificada no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Estratégias de implementação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por seguimento – 2016



Fonte: Elaboração própria (2016). Com base na pesquisa de campo.

Na tabela 13, por sua vez, é possível observar a efetividade de cada diretriz do eixo em questão por seguimento. Destaca-se, contudo, que dentre as 35 estratégias de implementação de curto prazo, somente 2 foram consideradas executadas: no seguimento energia a de “analisar as condições dos grupos-geradores existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia”; e no de telecomunicação a de “ampliar a cobertura da telefonia celular”. Para melhor detalhamento de todas as respostas ver apêndices de B a F.

Tabela 13 – Diretrizes do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por estratégias de implementação – 2016

Seguimento	Diretriz	Estratégias de Implementação (continua)			
		Total*	Executadas	Não executadas	Em andamento
Energia	Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.	11	3	2	6
	Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial.	4	1	1	2

Tabela 13 – Diretrizes do eixo infraestrutura para o desenvolvimento por estratégias de implementação – 2016

Segui mento	Diretriz	Estratégias de Implementação			
		Total*	Executadas	Não executadas	Em andamento
Transporte	Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários.	5	0	3	2
	Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal.	5	0	5	0
	Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões.	4	0	4	0
	Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.	23	1	22	0
Telecomunicação	Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital).	9	4	5	0
Armazenamento	Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção.	4	0	4	0
Água	Promover o acesso para o uso múltiplo da água.	2	0	2	0

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base na pesquisa de campo.

*Total de estratégias de implementação planejadas.

Esses resultados parecem apontar que houve uma baixa efetividade do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó, após oito anos de sua publicação. O que responderia ao problema da pesquisa e confirmaria a hipótese levantada. Entretanto, para se obter uma análise mais consistente, careceu aprofundar esta investigação buscando identificar os principais fatores que influenciaram essa aparente baixa efetividade. Para isto, recorreu-se a instrumentos de pesquisa qualitativa.

4.1.2 Resultados da Pesquisa Qualitativa

Alguns fatores que influenciaram a efetividade do eixo infraestrutura para o desenvolvimento foram percebidos quando não foi possível localizar relatórios integrados oficiais sobre o andamento do plano, e principalmente quando a SDR não pode responder todo o questionário referente a execução das estratégias de implementação, por falta de informações. Diante dessa circunstância, a decisão foi por elaborar um novo questionário baseado na proposta de avaliação de governança em políticas públicas do TCM e também no modelo proposto para o plano (ver Apêndice I) que foi enviado novamente a SDR. Após receber resposta, foram realizadas entrevistas com o ex-Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento da SUDAM, com um técnico em Planejamento da SUDAM e com o bispo do Marajó (os quais a partir deste momento passarão a ser identificados como Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3 respectivamente), conforme exposto na alínea “b”, do item 1.2.3, para corroborar as informações.

Para exame das entrevistas utilizou-se o método de análise de conteúdo, iniciado por uma leitura flutuante, seguido pela exploração minuciosa do material transcrito e confronto com o referencial teórico. O resultado desse processo passa a ser descrito abaixo.

4.1.2.1 *Fatores que influenciaram a efetividade do eixo*

A responsabilidade pelo Plano do Marajó, em nível federal, ficou de 2007 a 2013, a cargo da Casa Civil da Presidência da República e a partir de 2014 passou para o MI, em especial a SDR.

A gestão do eixo e, portanto, do plano passou por quatro momentos: 1) a estrutura proposta no próprio plano na página 97; 2) em 2011 com a montagem de um “arranjo institucional”; 3) em 2013 com a posse não oficial de uma Coordenação Executiva do PDTSAM e o lançamento da proposta da “Pauta Marajó”; e 4) em 2014 com a instituição do Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais (CGPI) para gerir o Plano, mediante a Portaria nº 268, de 21 de julho de 2014, do MI.

Quanto ao primeiro momento, a estrutura de gestão (ver item 3.3) que conduziria o plano após sua publicação, a pesquisa apontou que ela não foi implementada. Então de 2007 a 2011, como disse o Entrevistado 1, “criou-se uma espécie de vácuo”, não sendo encontradas informações desse período.

Um ponto importante a ser levantado quanto a esse primeiro modelo da gestão foram as declarações do Entrevistado 3:

Em três pinceladas ou quatro, poderia te dizer primeiro a pequena pré-história que poderia preencher com esse texto (*segurando o plano, na folha que ele escreveu*), a história da elaboração em um primeiro momento de consultas e de audiências, ótimo. Um terceiro de elaboração que tinha indicado no projeto feito de modo parcial, portanto, não representativo, e portanto, com limites enormes na elaboração pela ausência de empresários, ausência de sindicalistas, ausência dos movimentos populares, pela ausência da igreja também. E um terceiro momento catastrófico que foi a elaboração da gestão. (HERMOSO, 2016, informação verbal).

O Entrevistado 3 ressalta ainda o momento em que essa estrutura estava sendo concebida, em especial sobre a postura de seu companheiro, o então Bispo de Ponta de Pedras D. Alessio Saccardo:

[...] nos dividiram, ele foi colocado em uma turma e eu em outra. Então ele trabalhou com um dos dois grupos e eu com outro. A tal ponto chegou a dignidade dele e a manifestação do seu desagrado diante da elaboração da gestão que ia levar para frente este plano de desenvolvimento, que ele disse “se a gestão não pode ficar tal como está a proposta aqui, eu me retiro, porque o que está indicado esta gestão que tudo continua nas mãos do governo e a presença do povo não aparece de modo efetivo. O que vale esse tipo de presença? Não é representativo!”. (HERMOSO, 2016, informação verbal).

Passados quadro anos, em agosto de 2011, houve uma nova investida para a implementação do Plano, quanto uma comitiva de prefeitos e vice-prefeitos do Marajó, acompanhados de dois deputados federais reuniram-se na SUDAM²² com o Superintendente e o Coordenador-Geral dos Planos de Desenvolvimento da instituição, para tratar da retomada do plano. O resultado dessa reunião foi a criação pela Casa Civil da Presidência da República de um arranjo institucional, onde participavam o MDA, SPU, INCRA e SUDAM, em que essas instituições iriam coordenar suas próprias ações voltadas para o Marajó (RIBEIRO, 2015, informação verbal). Cada órgão então conduziu suas ações na região de maneira isolada.

Esses quatro órgãos em 2013, formaram a Coordenação Executiva do PDTSAM com posse em uma cerimônia realizada no mês de agosto na sede da SUDAM, objetivando “promover maior articulação entre os atores do governo federal para dar mais efetividade ao plano” (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Momento em que foi lançada a proposta para a construção da “Pauta Marajó”, que reuniria ações prioritárias de curto prazo para serem executadas de

²² A SUDAM que ficou e ficou fora da primeira estrutura de gestão do plano entra novamente no cenário.

imediatamente, as quais seriam indicadas pelos prefeitos dos 16 municípios marajoaras e encaminhadas a Coordenação Executiva via AMAM. Cumprido este rito, a “Pauta Marajó” contendo 31 ações foi enviada ao MI por e-mail, sendo que

nas demandas apresentadas por município, destacam-se em comum as de infraestrutura, como sistema de abastecimento de água e energia, abertura e recuperação de estradas vicinais na zona Rural, UBS Fluvial, pavimentação asfáltica, terminais hidroviários, apoio à agricultura familiar, construção de creches e escolas etc. (VASCONCELOS, 2014, p. 1).

Esta coordenação reuniu-se por cinco vezes no ano de 2013. E não se obteve informações quanto a implementação das ações contidas na pauta.

E funcionava da seguinte forma:

seria uma estrutura de natureza informal. Como as reuniões ocorreram aqui na SUDAM, nós chamávamos essas pessoas e utilizávamos os recursos institucionais, ou seja, as pessoas que poderiam nos apoiar nos trabalhos de secretariar, de organizar, de chamar, de trabalhar. Mas elas trabalhavam por que era uma função que a SUDAM estava executando, mas não havia uma definição “você vai ser o secretário do comitê” e “você vai ser o relações públicas”, não existiu isso. Trabalhou quase que em um processo colaborativo institucionalmente falando. (RIBEIRO, 2015, informação verbal).

Em 21 de julho de 2014, uma nova estrutura de gestão é criada, agora de maneira oficial, mediante portaria específica, que instituiu o CGPI. Observa-se que os membros desse comitê são exclusivamente entes do Governo Federal (ver Anexo 1). Nesse novo arranjo a SUDAM assume a função de Coordenação Executiva, tendo dez atribuições-chave para o desenvolvimento desse novo modelo, as quais podem ser visualizadas no quadro 6 a seguir, bem como, o andamento de cada uma.

Quadro 6 – Atribuições conferidas a SUDAM no CGPI

(continua)

Atribuição	Realizado		Observação
	SIM	NÃO	
Formular um sistema com informações atualizadas do Plano.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências
Manter um sistema com informações atualizadas do Plano.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências

Quadro 6 – Atribuições conferidas a SUDAM no CGPI

(conclusão)

Atribuição	Realizado		Observação
	SIM	NÃO	
Criar e manter um fórum de participação social das entidades, organizações e representantes não-governamentais locais, cujos eventos ocorrerão, pelo menos, a cada quadrimestre.	X		Criado o Fórum, entretanto ficou inerte.
Fornecer o apoio técnico e administrativo ao CGPI.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências
Organizar a realização dos eventos mencionados do fórum		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências
Sistematizar as informações relativas a ações e iniciativas, em curso no Arquipélago de Marajó, provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipais, organizações ou entidades não governamentais e movimentos sociais voltados ao desenvolvimento socioeconômico da população local, com um aproveitamento sustentável dos recursos ambientais.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências.
Controlar a frequência dos representantes convidados para os eventos realizados.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências
Disponibilizar a infraestrutura necessária ao recebimento de demandas das entidades e organizações municipais.	X		Entretanto as Prefeituras não utilizaram o espaço disponibilizado
Fiscalizar a execução das iniciativas ou ações pactuadas pelo CGPI por meio da elaboração de relatórios atualizados, que deverão ser apresentados nos eventos.		X	Indefinição da administração em assumir suas atribuições e competências
Registrar em ata todas as reuniões do CGPI.		X	Foram realizadas 05 reuniões as quais se encontram registradas em Ata realizadas todas em 2013, ou seja, enquanto eram Coordenação Executiva.

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base nas respostas da SUDAM.

Com referência a esse quarto momento do CGPI, o Secretário Executivo da AMAM fez o seguinte comentário quanto a forma de implementação do plano:

O Comitê veio para Belém montado, mas nós da AMAM, e nós aqui da região não tivemos direito de participar. Eu perguntei: Que maluquice é essa? Se nós que somos a parte interessada, não tivemos direito nem a voz e nem a voto. Tem quatro Marajó! (Informação verbal, grifo nosso).

De forma que, para possibilitar um melhor entendimento dessas questões que envolvem a gestão do Plano do Marajó, buscou-se, além da compreensão histórica de como ela foi estruturada nesses oito anos; de avaliá-la enquanto governança pública, pelas capacidades de direcionamento, monitoria e avaliação. Para esta finalidade, como já mencionado, a análise baseou-se nos 8 componentes de uma boa governança proposto pelo TCU. Entretanto, somente os aspectos mais relevantes para a pesquisa de cada componente foi considerado. Assim, os resultados podem ser observados no quadro 7.

Quadro 7 – Componentes para uma boa governança do Plano do Marajó – 2016

(continua)

Componente	Questão analisada	Resultado da Pesquisa
Institucionalização	Em que medida o plano foi institucionalizada formal e adequadamente por meio de instrumento normativo?	A política foi formalmente instituída pelo decreto de criação, contudo, o processo decisório sofreu várias mudanças, ocorrendo sempre de forma <i>top down</i> .
Capacidade Organizacional e Recursos	O plano possui dotação orçamentária suficiente para cobrir todos os gastos previstos, bem como se há um planejamento orçamentário plurianual da política?	Nunca houve para a totalidade do plano, somente para algumas ações.
Monitoramento e Avaliação	Quem é o responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano?	De 2007 a 2014, oficialmente, o Governo do Estado do Pará. De 2014 a até o momento, a SUDAM.
	Foi criado um sistema de monitoramento e avaliação?	Não
	Foram estabelecidos indicadores-chave para o monitoramento do plano?	Não
Planos e Objetivos	Há cronogramas, detalhando os marcos e prazos para a realização das etapas intermediárias do plano?	Não

Quadro 7 – Componentes para uma boa governança do Plano do Marajó – 2016

(conclusão)

Componente	Questão analisada	Resultado da Pesquisa
Gestão de Riscos e Controle Interno	De que maneira os controles internos envolvidos possuem capacidade de identificação e de resposta aos principais riscos do plano?	Não foi identificado a existência de controle interno responsável pelo plano. Também não foram identificados os riscos a implementação do plano, e portanto, não foram elaborados planos de contingência.
Coordenação e Coerência	Como se deu a articulação entre as esferas de governo para o desenvolvimento do plano?	A articulação ocorreu de forma intensa somente na elaboração do plano, após esse momento houve um distanciamento entre os entes, com momentos pontuais de encontro entre os órgãos do Governo Federal.
<i>Accountability</i>	Os arranjos para promoção da <i>accountability</i> preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, bem como para assegurar a transparência das ações e dos resultados do plano?	Não foram estabelecidos nenhum mecanismo ou instrumento para garantir a <i>accountability</i> e nem a transparência das ações e resultados.

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base na pesquisa de campo.

Diante desses resultados, tornou-se possível sumarizar na governança como o fator de maior influência na efetividade do eixo infraestrutura para o desenvolvimento. Tal inferência tornou-se a mais provável por aglutinar os pontos de mais evidencia, como: a) dissimetria entre o planejamento e gestão; b) descontinuidade dos modelos de gestão; c) não inclusão da sociedade civil na gestão do plano, a não ser da tentativa de criação de um fórum no modelo atual; d) inexistência de um sistema de acompanhamento e avaliação; e) inexistência de um sistema de informações atualizados sobre o andamento do plano; f) aparente distanciamento do Governo do Estado do Pará da implementação do plano; g) recursos orçamentários e financeiros insuficientes para execução das estratégias de implementação; e h) baixa articulação entre o Estado, atores privados e sociedade civil.

4.1.3 Fundamentação dos Resultados

Essas constatações da gestão do PDTSAM vão de encontro as premissas teóricas expressas neste trabalho.

Com relação a dissimetria entre planejamento e gestão, Cardoso Junior (2011b) ressalta que planejamento na atualidade é tido como uma atividade altamente intensiva de gestão, sendo, planejamento e gestão, dimensões cruciais e inseparáveis na atuação dos Governos em direção ao desenvolvimento, estando, portanto, o Plano do Marajó na contramão desse preceito.

Essa questão é agravada pelas descontinuidades na gestão do planejamento que deram margem ao que Cardoso Junior (2011b) chamou de “administração paralela”, que ocorre quando na tentativa de implementar o planejado a gestão toma outros caminhos, como ocorreu com o Plano com as criações do “arranjo institucional” em 2011, da Coordenação Executiva em 2013 e do CGPI em 2014.

Esse autor alerta ainda que quando não há uma gestão adequada do planejamento, ele tende a torna-se um processo sujeito a fracassos, isto porque “planejamento descolado de gestão corre o risco de tornar-se um conjunto de estudos, diagnósticos e proposições de objetivos sem eficácia instrumental, atividade incapaz de mobilizar recursos necessários de forma racional na direção pretendida do plano” (CARDOSO JUNIOR, 2011b, p. 12). O que pode ter ocorrido com o Plano do Marajó.

Como a sociedade ficou visivelmente excluída dos arranjos criados para a gestão do plano, os quais figuraram, então, como arranjos estatais e não societais, como os defendidos por Ckagnazaroff (2009), logo também não se configuraram como um sistema institucional e arquitetura organizacional que permitisse integração entre os diferentes atores do território e o Estado (BUARQUE, 1999).

Nessa direção, Rezende (2011) argumenta que a participação da população em planos de desenvolvimento não pode ocorrer de forma *ad-hoc*, como a identificada na pesquisa, sem a devida observância a normas e procedimentos que garantam essa participação, e muito menos sem a existência de análises que avaliem a exequibilidade das reivindicações da população, levando o plano a figurar apenas como um extenso rol de hipotéticas prioridades e, assim, a perda de credibilidade.

Essa perda de credibilidade foi constatada ao perguntar ao bispo do Marajó se ele acreditava que o plano ainda representava os anseios da população e tinha condições de conduzir o desenvolvimento da região, ele respondeu:

Não acredito mais nisso. Já pelo que se pode compreender na elaboração por ser somente técnicos, sem alma, e ideologicamente condicionados pelo partido. E segundo, a gestão estar na mão do governo, sem participação popular do povo do Marajó vai fracassar completamente.

Porque desenvolvimento não é só estabelecer objetivos econômicos, sociais, culturais, é dar alma a tudo isso, para dar alma temos que ouvir que alma tem o Marajó, não só por meio de uma audiência pública. A maior parte dos planos e projetos econômicos para o Marajó, 90% fracassam ou ficam incompletos, isto porque não se tem encontrado o ponto de partida com o povo, esses projetos não são como no nordeste, como não são tão pouco como em São Paulo, nem como no Paraná. (HERMOSO, 2016, informação verbal).

Rezende (2011) relaciona essa perda de credibilidade à falta de transparência, principalmente na execução dos planos de desenvolvimento, chegando a afirmar que o fator credibilidade está na existência e implementação de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação dos programas e projetos contidos nesses planos, que torne possível gerar relatórios detalhados e publicá-los, possibilitando assim realizar ajustes. O que leva a considerar que a não existência desses pontos na implementação do PDTSAM, seja um dos fatores que levaram o Bispo do Marajó a posicionar-se dessa forma.

Devido, principalmente, a esse o distanciamento da população da gestão do Plano do Marajó, torna evidente que ele se afasta das concepções do novo serviço público, do planejamento público moderno, do novo paradigma do desenvolvimento regional de base endógena e também da governança territorial.

Do NSP, segundo Denhardt (2011 apud REUS, 2012) porque ele procura fortalecer o capital social, por meio da ampliação dos espaços democráticos de cidadania, como forma de incentivar a transformação do homem passivo em um cidadão ativo capaz de interpretar o seu espaço e agir solidaria e responsavelmente sobre ele. E também por impor a gestão pública, entre outros atributos, mecanismos de controle, avaliação, *accountability* e transparência (BRASIL, 2014a). Questões essas, que se comparadas aos resultados da pesquisa, chegar-se-á a conclusão que não foram criados esses espaços, nem tão pouco foram implementados esses atributos de gestão.

E se não há mecanismos que garantam a participação da sociedade na gestão do plano, não há como atender efetivamente as demandas sociais, como afirma Matus (1997) e Ferreira (1979), logo, ele tende a não estar direcionado pelo novo paradigma do planejamento que é situacional, onde a ação social é interativa e sua concepção parte da “base para o topo”, não aceitando somente uma única visão (MATUS, 1989), como o que ocorreu no episódio citado pelo Secretário Executivo da AMAM quando da apresentação do novo arranjo de governança

do plano em 2013, em que a associação e os prefeitos marajoaras não tiveram direito nem a voz e nem a voto.

Esse episódio e essa ausência de mecanismos de inclusão e vinculação dos atores sociais e políticos na condução do plano, direciona a concluir que também não se trata de desenvolvimento endógeno, pois, para este existir, também tem que existir, entre outras questões, uma participação social ativa, fruto de um território ativo e também com forte interação com o Estado. E se não se trata de desenvolvimento endógeno, também inviabiliza falar de desenvolvimento regional, pois, como afirma Buarque (1999) este é um processo endógeno.

Quanto a esta interação com o Estado, entenda-se aqui se tratar dos 3 níveis de governo, a pesquisa apontou que não houve interação entre eles e deles com a sociedade na implementação do Plano do Marajó.

Com referência ao governo do estado do Pará, os resultados direcionaram a concluir que ele este distante da implementação do PDTSAM, tanto no primeiro momento da gestão no qual ele assumia a Coordenação Executiva por meio da SEIR, quando nos três momentos seguintes.

Esse aparente distanciamento do governo do estado foi ressaltado por duas vezes pela SDR e enfatizado pelos três entrevistados. Chegando ao ponto do Entrevistado 2 a dizer que o “Estado se manteve alheio, totalmente alheio” a implementação do plano.

Ressalta-se que apesar das diversas tentativas de obter respostas dos questionários enviados a atual Gestão do Governo do Estado do Pará e aos ex-gestores do Governo do Estado e da SEIR, não obtivemos sucesso, sendo, portanto, um elemento limitante desse ponto em específico.

Se considerado o posicionamento de Cardoso Junior (2011b) de que o Estado desempenha um papel essencial e indelegável como forma institucional ativa no processo de desenvolvimento, o aparente afastamento do Governo do Estado e o modelo *top down* adotado pelo Governo Federal, confirma-se como elementos influenciadores da efetividade do eixo e do plano em si.

Diante de todos esses pontos, fica evidente que não se conseguiu, no eixo infraestrutura para o desenvolvimento, ter uma estrutura de gestão efetiva, nem de instrumentos e mecanismos que possibilitassem, de forma eficaz e eficiente, executar, controlar, agir e prestar contas do realizado a sociedade, conforme pressupõe o TCU (BRASIL, 2014b) a uma boa gestão. E como a governança abarca todos esses preceitos da gestão e agrega mais a avaliação, o direcionamento e monitoramento, bem como a dimensão participativa, conforme defendido por Dallabrida (2011) e Ckagnazaroff (2009), de inclusão social e democratização dos espaços de

decisão por meio do incentivo e fortalecimento da inter-relação entre o Estado, agentes de mercado e atores sociais, para promover e coordenar o desenvolvimento regional, também não se trata de governança territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este trabalho foi realmente um grande desafio, mas também um percurso enriquecedor, que exigiu da pesquisadora, além de dedicação, um esforço cognitivo que levou a seu crescimento científico e intelectual. Todo esse esforço teve como objetivo central elucidar empiricamente a efetividade das ações de planejamento governamental em infraestrutura para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó na Mesorregião do Marajó, Estado do Pará, no período de 2007 a 2015. Ressaltando que o Plano do Marajó, como popularmente é conhecido, foi estruturado em 5 grandes eixos, que tratavam da questão fundiária, da produção, da inclusão social, da gestão do plano e da infraestrutura, optou-se por este último por considerá-lo o maior dos obstáculos ao desenvolvimento da mesorregião do Marajó e também do próprio plano, claramente, sem ter a dimensão de quão grande seria concluir tal feito, pois para se chegar ao resultado final, esta dissertação, foi como montar um “quebra-cabeças” em que as peças nem sempre se encaixavam, mas ao final o resultado compensou todo empenho empreendido.

Reafirmando que a escolha em avaliar a efetividade do eixo pela execução das estratégias de implementação foi o mais acertado, contudo, o fato do plano não conter indicadores-chave dificultou a análise. As estratégias de implementação não apresentam a indicação numérica para delimitar sua meta, utilizando verbos no infinito como “ampliar” e “implantar”, mas ficava sempre a indagação: “ampliar em quanto?”; “implantar quantos?”. Foram questões que no decorrer da análise tiveram que ser dirimidas, mas o importante é que se conseguiu chegar a um denominador e responder a questão central da pesquisa.

Assim, concluiu-se que o eixo infraestrutura para o desenvolvimento teve baixa efetividade, no decorrer de 8 anos de existência do plano. Respondendo assim, ao problema erguido e confirmando a hipótese. Atribuiu-se a uma governança deficiente a causa dessa baixa efetividade. A indicação desta causa é sustentada pela constatação dos seguintes pontos: a) dissimetria entre o planejamento e a gestão; b) descontinuidade dos modelos de gestão do plano; c) não inclusão efetiva da sociedade civil e representações políticas locais nas estruturas de gestão criadas em 2007, 2011, 2013 e 2014, a não ser nesta última que houve uma tentativa de criação de um fórum com participação popular, mas que ficou inerte; d) inexistência de instrumentos de acompanhamento e avaliação das estratégias de implementação, bem como de um sistema de informações; e) falta de transparência e *accountability*; f) insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para execução das estratégias de implementação; e g) baixa articulação entre o Estado, atores privados e sociedade civil.

Com referência à atuação do governo do estado do Pará na implementação do plano, não se pode fechar uma análise, considerando o não recebimento dos questionários enviados, sendo fator limitante deste ponto da pesquisa.

Diante da baixa efetividade do eixo, ficou evidente que em 2015, 8 anos após o PDSTAM, o Marajó ainda apresenta insuficiência e precariedade nas áreas de abastecimento de água, transporte, energia, armazenagem e telecomunicações.

De forma que, dentre os eixos, escolheu-se o de abastecimento de água para ser frisado neste último momento do trabalho. O Marajó é um arquipélago cercado por água doce, e constatar que 62% dos domicílios urbanos não são abastecidos por rede geral de água, tendo a população que recorrer a fontes alternativas como poços ou nascentes e, que 51,06% não possuíam água encanada, é um paradoxo. E constatar ainda mais que nenhuma das estratégias de implementação desse seguimento foi executada, diante da importância vital que água tem para o ser humanos, é no mínimo preocupante.

Ressaltando que a dissertação foi construída evidenciando outras questões, que também merecem destaque.

No intuito de proporcionar uma melhor compreensão sobre o território para qual o plano foi concebido, constatou-se que apesar de haver alterações, para mais e para menos, nos indicadores dos municípios que compõem o Arquipélago no decorrer desses anos, ele continua sendo uma das regiões mais atrasadas do país e que carece de atitudes imediatas para poder superar suas mazelas. Observou-se que dentre os 533.397 habitantes, 57% estão na linha da pobreza, ou seja, são mais de 277 mil pessoas nessa condição; e na linha da indigência são mais 180 mil sobrevivendo com até R\$ 70,00 por mês. Esse fator é agravado ao constatar os índices alarmantes de gravidez precoce, vulnerabilidade familiar e trabalhos infantil. Se somados ao fato de que 83,26% do total dessa população não tem instrução alguma ou possui somente o ensino fundamental incompleto, tende essa população a ter como única opção de futuro a perpetuação da pobreza e da miséria.

Essa análise é reforçada ao observar o IDH de 2010 do Brasil, onde 8 municípios marajoaras ficaram entre os 50 piores, 3 entre os 10, sendo Melgaço o pior do país. Ademais, a mesorregião apresenta ainda vulnerabilidade de outras ordens como na área da saúde, em que para cada 10.000 habitantes a maioria dos municípios não dispõem de 1 leito se quer; e na área de saneamento, mais de 70% dos domicílios não possuem abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados, isto também por município.

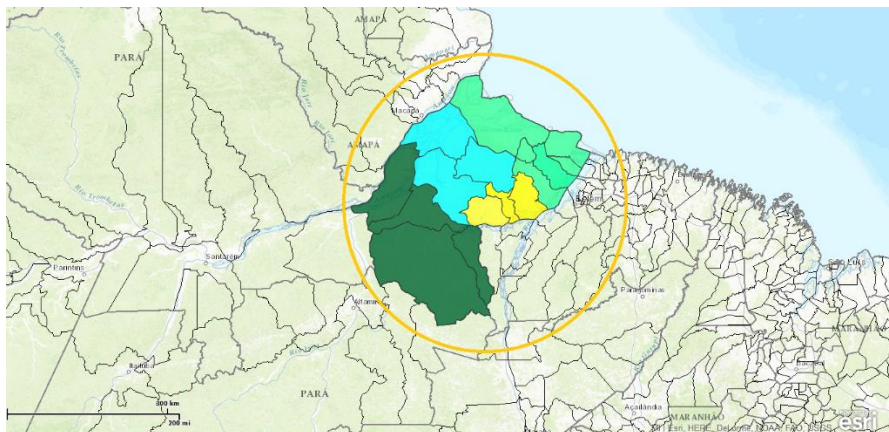
Certamente só esse cenário social justifica a existência de um plano que conduza a região ao desenvolvimento. Como também o cenário de 2006 justificou a elaboração do Plano

do Marajó. Por esse motivo o capítulo 3 foi escrito para contextualizar o processo que levou a construção do plano e o plano em si. Considera-se, contudo, que este trabalho trouxe um elemento novo a história do PDTSAM, que foi a importância do “folheto” produzido e elaborado pelo então Bispo de Ponta de Pedras D. Ângelo Maria Rivato, que deu subsídios ao Bispo D. José Luiz Azcona Hermoso para iniciar os trabalhos precursores do plano junto ao Governo Federal.

Outra questão evidenciada foi o distanciamento da sociedade civil da gestão, tanto pela falta de espaços destinados para esse fim, quanto por não encontrar registros de mobilizações populares nessa direção, como as que ocorreram na elaboração do plano. Nesse sentido, entende-se o posicionamento de Adagenor Ribeiro e de D. José Luiz Azcona Hermoso quando evidenciaram durante as entrevistas a necessidade da participação de todos os atores do território de maneira integrada, para que haja um movimento no sentido de unificar as forças locais para acionar as representações políticas nacionais em prol da efetiva implementação do plano, o que também foi corroborado no referencial teórico. Ou como nas palavras do bispo, de que “o Marajó tem que se organizar para encaminhar aquilo que tem que ser feito. O Marajó resiste a morrer, mais não encontra saídas para isso”.

E como uma contribuição para futuros planejamentos em infraestrutura na mesorregião, demonstra-se na figura 6 uma proposta de subdivisão do Marajó na visão da AMAM, adequada para este fim, que considera a geografia, o acesso e o discurso da existência de 4 Marajós.

Figura 6 – Proposta de divisão do Marajó, Estado do Pará, em microrregiões para o planejamento em infraestrutura – 2016



Fonte: Elaboração própria (2016). Com base na concepção da AMAM, utilizando o Observatório do Desenvolvimento Regional (2016)

Legenda: ■ MRG das Matas ■ MRG Intermediária ■ MRG das Águas ■ MRG dos Campos

Entretanto, esta estrutura carece de fundamentação empírica, assim como tantas outras questões sobre essa região chamada Marajó. Por isso, deixa-se como sugestão a futuras pesquisas, que durante a realização desta careceram de resposta, como uma análise sobre o capital social no Arquipélago, como também um exame que demonstre quanto e onde foram empregados os investimentos federais e estaduais na região relacionados com o plano, ou ainda se o PDTSAM continua válido no formato e com as ações lá contidas, e é claro sobre a criação do Território Federal do Marajó.

Assim, acredita-se que se tenha alcançado tudo o que foi proposto na realização da pesquisa, e espera-se, acima de tudo, que este trabalho possa contribuir com os debates sobre o Plano do Marajó, pois hoje é o único que condensa informações sobre um dos eixos, e incentive a produção de conhecimento sobre o Arquipélago.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

_____. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, n. 14. dez. 1996.

ANUÁRIO Estatístico do Pará 2015. In: _____. **Base de Dados**. 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario_estatistico/eco.html> Acesso em: 5 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

_____. **NBR 12225**: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. In: _____. Programa das nações unidas para o desenvolvimento: **Base de dados**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 16 mar. 2016.

AZEVEDO, S., MARES GUIA, V. Governança metropolitana e reforma do estado: o caso de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 3, set. 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/50>>. Acesso em: 21 Jun. 2015.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.geodireito.com/_admDireito/Mod-biblioteca/Arquivos/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: UFRGS, p. 37-55; 181-209, 235-259, 2002.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Território e desenvolvimento: uma análise crítica do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó-Pará. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 1, v. 1, p. 40 - 54, jan./jun. 2013.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; ONISTO, Felipe. Limites e potencialidades do Desenvolvimento Regional. **Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat, Taquara, RS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2014.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Projeto Radam. Folha SA. 22 Belém:** geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/EVTEAs/CDP_VilaConde/Proj_Radam_Vol_5_FolhaAS_2_2_Belem.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2016.

_____. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó:** resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007a.

_____. **Lei n. 9.985, de 18 de Julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-18-2000-pl.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR em 2 tempos:** a experiência apreendida e o olhar pós 2010. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Documento de Referência da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.** Brasília, DF: MI, 2012a.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).** Belém: SUDAM, 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Analítico do Território do Marajó.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/ind/ind_re/doc/Relatório_Analítico_2011.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável:** diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Presidência da República. Brasília, DF: 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó.** Brasília, DF, 2007b.

_____. Tribunal de Contas da União. **Dez passos para a boa governança.** Brasília, DF: TCU, 2014a.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública.** Brasília, DF: TCU, 2014b.

_____. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas.** Brasília, DF: TCU, 2014c.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13. Brasília, DF: IPEA, 1996.

_____. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Santiago de Chile: ILPES, 1998.

_____. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 19, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA; IICA. 1999.

CADASTRO Nacional de Unidades de Conservação. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: **Base de dados**. 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. **Textos para Discussão**, Brasília, DF, IPEA, n. 1574, mar. 2011a.

_____. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011b. 4 v, p. 11-19.

CENSO Demográfico 2010. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Base de Dados**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; ABREU, Bruno Valadares de. Governança local e participação como estratégias na avaliação e promoção de desenvolvimento econômico local. **Colloque de l'IFBAE**, Grenoble, 18 - 19 maio, 2009.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. et al. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de C. Humanas**, v. 8, n. 2, p. 171-191, jul./dez. 2008.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Reflexões sobre estratégias de governança local. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**, CEPEAD; FACE; UFMG, v. 3, n. 5, jan./jun. 2009.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Amazônia**: planos, instituições, governança e desenvolvimento regional. Belém: NAEA, [201?]. 53 slides, mono.

COSTA, Eduardo José Monteiro da; LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. O Planejamento Territorial Participativo no Estado do Pará: a avaliação de uma experiência de planejamento público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS - ENABER, 8., 2010, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, M G set. 2010.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ocupação, Integração e Desenvolvimento da Amazônia: 60 Anos de Ação Federal. In: MENDES, Armando Dias. **A Amazônia e o Seu Banco**. Manaus: Valer; Banco da Amazônia, 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS – CODE. 1., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2011. Brasília, DF, nov. 2011.

_____. Governanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, Santa Fe, AR, v. 3, n. 4, p. 61-94, 2003. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3991886>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

DATASUS. Ministério da Saúde. **Base de Dados**. 2016. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

DATA social. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMBATE A FOME: **Base de Dados**. 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4>. Acesso em: 6 mar. 2016.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da Região de Integração do Marajó**. Belém, 2015a. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/434.pdf?id=1456705337>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Afuá. Belém, 2015b. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/326.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Anajás. Belém, 2015c. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/327.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Bagre. Belém, 2015d. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/328.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Breves. Belém, 2015e. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/329.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Cachoeira do Arari. Belém, 2015f. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/330.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Chaves. Belém, 2015g. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/331.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Curralinho. Belém, 2015h. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/332.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Gurupá. Belém, 2015i. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/333.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Melgaço. Belém, 2015j. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/334.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Muaná. Belém, 2015l. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/335.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Ponta de Pedras. Belém, 2015m. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/336.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Portel. Belém, 2015n. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/337.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Salvaterra. Belém, 2015o. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/338.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Santa Cruz do Arari. Belém, 2015p. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/339.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** São Sebastião da Boa Vista. Belém, 2015q. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/340.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Estatísticas Municipais Paraenses:** Soure. Belém, 2015r. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/341.pdf?id=1456690457>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. **Mapa de Exclusão Social do Pará.** Belém, 2015s. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Mapa_de_Exclusao_Social_do_PA.pdf> Acesso em: 16 dez. 2015.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não:** um modo de agir num mundo em permanente mudança. 1. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010, p. 160-192. (Três décadas de economia gaúcha, 1).

FURLANETTO, Egídio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 55-67, ago. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. **O conceito de governança**. CONPEDI, Manaus, Anais, 2006.

HERMOSO, José Luiz Azcona (Bispo do Marajó). **O processo de construção e avaliação do Plano do Marajó**. Breves: Paróquia de S'Antana, 14 fev. 2016. Entrevista concedida durante a pesquisa de campo.

INDICADORES Sociais Mínimos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Base de Dados**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> Acesso em: 5 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de Referência em 1º de julho de 2015**. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_dou_2015_20150915.pdf> Acesso em: 5 mar. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LEITE, Ubajara Berocan. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: experiência recente da política regional no Brasil. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2011. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/5/44305/ubajara_leite.pdf> Acesso em 23 mar. 2016.

LIMA, José Edmilson de Souza; Oliveira, Gilson Batista de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n. 2, p.29-37, maio/dez. 2003.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. p. 135-160.

MARTINS, Everaldo. **O processo de construção e avaliação do Plano do Marajó**. Belém: SUDAM, 12 dez. 2015. Entrevista concedida durante a pesquisa de campo.

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente. Planejamento, antiplanejamento e governo**. Trad. de Francisco A. Carneiro da Cunha Filho. Recife, Litteris, 1989. p. 13-16; 24-40; 123-135.

_____. **Política, planejamento & governo**. 3.ed. Brasília, DF: IPEA, 1997.

MIRANDA, Henrique Rodrigues de. **Planejamento participativo, desenvolvimento local e metodologias participativas: projetos de intervenção e participação em pequenas comunidades rurais da Amazônia Paraense**. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Marcus de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Perroni Gama de Oliveira. **Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: redes de cooperação**. [S.l.]; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2008. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/busca/index.php?q=Desenvolvimento%20Local%20e%20Desenvolvimento%20End%C3%B3geno>> Acesso em: 10 abr. 2016.

OLIVEIRA, Leidemar. **Governo Federal inicia implementação do Plano Marajó**. SUDAM, 29 ago. 2013. Disponível em: <<http://201.56.146.7/comunicacao-social/859-governo-federal-inicia-implementacao-do-plano-marajo>> Acesso em: 19 de nov. 2016.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Marajó**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://fapespa2.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRIMarajo.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. _____. **Síntese do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Estado do Pará**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/fapespadivulga/34?&mes=&ano=2014>> Acesso em: 31 jan. 2016.

_____. Secretaria Especial de Estado de Proteção e Desenvolvimento Social. **Pacto pelo Pará de redução da pobreza Região de Integração do Marajó**. 2013. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/plano_marajo_2013-2014_seas.pdf> Acesso em: 12 dez. 2015.

PREFEITOS do Marajó querem retomar Plano de Desenvolvimento. SUDAM, 8 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/comunicacao-social/295-prefeitos-do-marajo-querem-retomar-plano-de-desenvolvimento->>> Acesso em: 11 nov 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. São Paulo: FGV, 1995. Capítulos 4 e 6.

RADAR de Indicadores das Regiões de Integração. In: FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ: **Base de Dados**. 2016. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/radar-ri/marajo.html>> Acesso em: 6 mar. 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO de Informações Sociais. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMBATE A FOME: **Base de Dados**. 2016. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>> Acesso em: 6 mar. 2016.

REUS, Iuana Silva. **Gestão municipal e desenvolvimento sustentável: um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. 2011. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2011b. 4 v. p. 177-238.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. **O processo de construção e avaliação do Plano do Marajó**. Belém: SUDAM, 12 dez. 2015. Entrevista concedida durante a pesquisa de campo.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília, DF: EdUnb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/BibliografiaSelecao_Pos/ROSENAU_2000.pdf> Acesso em: 18 abr. 2016.

ROVER, Oscar José. Obstáculos e exigências para a governança regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 130-152, jan./abr. 2011.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003> Acesso em: 19 abr. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos ABAPE**, v. 4, n. 4, dez. 2006.

SILVA, Fábio Carlos da. **Planejamento regional com foco em arranjos produtivos locais: a experiência do Estado do Pará**. 2012.

_____. **Fundamentos teóricos do planejamento e da gestão pública do desenvolvimento**. Belém: NAEA, 2015. (26 slides, mono).

SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nívia. **Formação institucional e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira: fundamentos teóricos e síntese histórica**, 2014. v. 1 (Coleção Formação Regional da Amazônia),

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRS, 2002.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Projeto Amazônia**: esboço de uma proposta. [20--?]. <http://www.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/2___projeto_amaznia___esboo_de_uma_proposta_225.pdf> Acesso em: 20 mar. 2016.

VASCONCELOS, Marilena. **Sudam e prefeituras concluem a “Pauta Marajó”**. SUDAM, 20 fev. 2014. Disponível em: < <http://www.sudam.gov.br/index.php/ultimas-noticias/684-sudam-e-prefeituras-concluem-a-pauta-marajo>> Acesso em: 19 nov. 2015.

VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

VIDAL, Josep Pont. **Continuidade e mudança na gestão pública do Estado do Pará**: uma introdução. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continua)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
Problema: [...] enorme insuficiência e precariedade em todos os seus segmentos (transporte, energia, comunicação e armazenagem), funcionando como um decisivo obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da região (BRASIL, 2007b, p.87).			
Ação prioritária do eixo: efetivar ações no sentido de promover, ampliar e fortalecer a infraestrutura adequada ao desenvolvimento local.			
1. ENERGIA			
Contextualização: ...deve começar por uma ação vigorosa na área de energia, disponibilizada em volume absolutamente insuficiente no Arquipélago. Os investimentos devem buscar suprir não somente o atendimento domiciliar, atualmente com uma das menores coberturas do país, especialmente na área rural, mas também promover a ampliação da oferta de energia direcionado ao desenvolvimento industrial (BRASIL, 2007b, p. 87).			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.	Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.	Criação de uma estratégia de comunicação do Programa Luz Para Todos na região.	Ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo.
			Localizar cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise.
			Implantação do projeto “Luz Para Todos”, nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.
		Implantar quatro projetos de uso produtivo da energia.	Realizar levantamento das comunidades isoladas a serem atendidas com sistema alternativo de energia.

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
1. ENERGIA			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar. (cont.)	Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa. (cont.)		Estudar a implantação de novos projetos de uso produtivo para melhoria da renda e desenvolvimento das comunidades.
			Informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo programa “Luz Para Todos” e qual forma de geração de energia será utilizada.
	Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados.	Realização de cerca de 8500 ligações em oito municípios que dispõem de capacidade de geração excedente.	
		Analisar as condições dos grupos-geradores existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia.	

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
1. ENERGIA			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar. (cont.)	Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados. (cont.)	Promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia para atendimento das comunidades próximas carentes de energia.	
Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial.	Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí.	Conclusão dos estudos para interligação de Tucuruí ao Arquipélago do Marajó por linha de Transmissão.	Execução da obra da linha de transmissão Tucuruí – Portel – Melgaço.
			Executar a obra da linha de transmissão Tucuruí – Manaus, passando por Gurupá.
			Realizar estudos para a adição de biodiesel ao diesel combustível para o transporte fluvial.
2. TRANSPORTE			
Contextualização: [...] as demandas são pela ampliação, legalização, maior segurança e modernização do sistema viário e de transportes. (BRASIL, 2007b, p. 88).			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO / MÉDIO	LONGO
Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários.	Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso.	Implantar pista de pouso no município de São Sebastião da Boa Vista.	
		Iluminar as pistas de pouso de Breves e de Soure.	
		Descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
2. TRANSPORTE			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários. (cont.)	Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso. (cont.)	Realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso.	
	Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes.	Construção e melhoria dos terminais portuários nos municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Muaná, Salvaterra, Soure e Anajás.	
Promover estudos para a implantação da malha rodoviária federal.		Pavimentação da rodovia PA 154 (45 km) entre Camará e Cachoeira do Ararí.	
		Recuperação da PA 154 entre Soure e a localidade de Pesqueiro.	
		Construção e pavimentação da PA 396 entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí.	
		Implantação da estrada interligando Chaves à localidade de Jurupucu.	
		Pavimentação da rodovia da localidade de Monsarás à rodovia PA 154.	
Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal o tartaruga e rio mocoões.	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras.	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó, inclusive com a possível ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá à Ponta de Pedras, através de seminários locais.	

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
2. TRANSPORTE			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal o tartaruga e rio mocoões. (cont.)	Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.		Realização de dragagens do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.
			Realização de dragagens do canal do rio Pracuúba Grande entre Terra Grande e o rio Canaticu.
			Realização de dragagens do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Arari à Chaves.
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.		Realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará.	<p>Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário:</p> <p>1) construção das pontes sobre o rio Camará e o rio Paracauary associadas à ligação das sedes localizadas no interior da grande ilha às sedes municipais ribeirinhas;</p> <p>2) implantação e pavimentação das ligações de Santa Cruz do Arari com Cachoeira do Arari e com Chaves;</p> <p>3) implantação e pavimentação das ligações de Anajás com Breves (PA 159);</p>

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
2. TRANSPORTE			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte. (cont.)		Realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará.	<p>4) implantação e pavimentação das ligações de Ponta de Pedras (PA 368) e com Afuá;</p> <p>5) Implantação e pavimentação rodoviária entre Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras;</p> <p>6) Implantação e pavimentação rodoviária entre Muaná, São Sebastião e Curralinho;</p> <p>7) Implantação e pavimentação rodoviária entre Chaves e Afuá;</p> <p>8) Recuperação e restauração da PA 368 entre Portel e Cameté;</p> <p>9) Implantar a rodovia entre Oeiras do Pará e a Transcameté.</p>
		Restabelecimento da linha de passageiros Belém – Soure.	Realização de obras para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá;
		Regularização, fiscalização e controle das qualidades de serviços e tarifas dos sistemas de transporte hidroviários.	Urbanização das orlas de Breves e Bagre.

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
2. TRANSPORTE			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte. (cont.)		Regularizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	Manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em Chaves e Afuá.
		Dotar as estações aeroviárias de rádio-comunicação.	Realização de estudos para a perenização do canal das Tartarugas e do Lago Arari, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70.
		Fiscalizar as linhas aéreas regulares, visando a melhoria da qualidade e da segurança do serviço e a redução do valor das tarifas.	Implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves.
		Verificar a possibilidade de novas linhas regulares entre Belém e o Arquipélago.	Implantação do posto de fiscalização da capitania dos portos.
			Implantação do posto de brigada de salvamento fluvial na região.
3. COMUNICAÇÕES			
Contextualização: [...] ações no sentido de democratizar o acesso à informação; simplificar a cobertura dos sinais de TV e rádio e melhorar a fiscalização dos serviços (BRASIL, 2007 b, p. 89)			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital).	Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região.	Ampliar a cobertura da telefonia celular.	
	Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura.		Restabelecer a Transmissão do sinal da TV Cultura.

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continuação)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
3. COMUNICAÇÕES			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO	MÉDIO / LONGO
Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital). (cont.)	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	Incluir e ampliar a participação da região no programa GESAC.
		Universalizar o acesso à telefonia e Internet.	
	Ampliar o sistema de telefonia rural.	Universalizar o acesso à telefonia.	Ampliar o sistema de telefonia rural.
	Ampliar, regularizar e melhorar a fiscalização das rádios comunitárias.	Fazer convênio com entidades civis para a capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores da comunidade.	Regularizar as rádios comunitárias.
		Implantar outras rádios Difusão.	
4. ARMAZENAMENTO			
Contextualização: [...] urgente ampliação da capacidade armazenadora na região (BRASIL, 2007b, p. 89).			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO / MÉDIO	LONGO
Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção;	Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos;	Implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí.	
		Implantação de câmara frigorífica para armazenamento de produtos laticínios produzidos na ilha.	
		Promover a certificação dos produtos.	Promover a implantação de silos para o armazenamento da produção agrícola.

APÊNDICE A – Planejamento para o eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(conclusão)

EIXO: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO			
5. ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
Contextualização: [...] promover o acesso para o uso múltiplo da água assim como possibilitar a melhoria de sua qualidade, a captação e distribuição nos centros urbanos e rurais. (BRASIL, 2007b, p. 90).			
DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	
		CURTO / MÉDIO	LONGO
Promover o acesso para o uso múltiplo da água.	Implantar políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais;	Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó.	
	Concluir o Projeto Alvorada;	Implementar o Projeto Água para Todos.	

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil (2007b).

APÊNDICE B – Resultados da implementação do seguimento energia do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continua)

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.							
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE	
		CURTO	MÉDIO				
Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.	Criação de uma estratégia de comunicação do Programa Luz Para Todos na região.	X		Em andamento	<i>Desde 2010.</i>	CELPA	
					<i>É pontual! Portel, Melgaço, Breves, Bagre e Curralinho, tem luz de Tucuruí, o resto é motor de luz (termoelétrica).</i>	AMAM	
	Implantar quatro projetos de uso produtivo da energia.	X		Em andamento	Não	<i>Depende de articulações entre o Ministério da Fazenda com o Governo do Estado que não avançaram</i>	SDR/MI
						<i>Desde 2010 dois projetos estão sendo implantados, sendo um em Breves e outro em Bagre.</i>	CELPA
					Não		AMAM
	Ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo.		X	Não	<i>É preciso anuência do Governo Estadual.</i>	CELPA	
					<i>Absolutamente não! Ao contrário, fez foi aumentar.</i>	AMAM	
	Localizar cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise.		X	Sim	<i>Desde 2010.</i>	CELPA	
				Não	<i>Esse diagnóstico não foi feito, e não será feito. Nem pelo Estado e nem pelo município, não tem como levantar.</i>	AMAM	

APÊNDICE B – Resultados da implementação do seguimento energia do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa. (cont.)	Implantação do projeto “Luz Para Todos”, nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.		X	Sim	<i>De 2013 a 2015</i>	SDR/MI
				Em andamento	<i>Desde 2012.</i>	CELPA
				Não	<i>Somente se partir para o campo da energia alternativa,</i>	AMAM
	Realizar levantamento das comunidades isoladas a serem atendidas com sistema alternativo de energia.		X	Em andamento		CELPA
				Não		AMAM
	Estudar a implantação de novos projetos de uso produtivo para melhoria da renda e desenvolvimento das comunidades.		X	Em andamento		CELPA
	Informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo programa “Luz Para Todos” e qual forma de geração de energia será utilizada.		X	Sim	<i>Desde 2010 a Celpa faz reunião nas comunidades que serão atendidas.</i>	CELPA

APÊNDICE B – Resultados da implementação do seguimento energia do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados.	Realização de cerca de 8500 ligações em oito municípios que dispõem de capacidade de geração excedente.	X		Em andamento	<i>O projeto está sendo implantado por fases.</i>	SDR/MI
					<i>A Celpa já atendeu mais de 5000 famílias no Marajó.</i>	CELPA
	Analisar as condições dos grupos-geradores existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia.	X		Sim	<i>Em 2012 a Celpa alterou a configuração nas suas UDEs.</i>	CELPA
	Promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia para atendimento das comunidades próximas carentes de energia.	X		Não	Demanda negociações com o Ministério de Minas e Energia que tem se mostrado resistente a esse tipo de ação.	SDR/MI
As Empresas Privadas não contratam energia com tanta reserva.					CELPA	

APÊNDICE B – Resultados da implementação do seguimento energia do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(conclusão)

DIRETRIZ 2: Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí.	Conclusão dos estudos para interligação de Tucuruí ao Arquipélago do Marajó por linha de Transmissão.	X		Sim	Em 2013.	SDR/MI
				Em andamento	Desde 2012 a Celpa assinou o contrato da interligação da 2ª Etapa do Marajó.	CELPA
	Execução da obra da linha de transmissão Tucuruí – Portel – Melgaço.		X	Em andamento	Previsão de conclusão do Linhão para 2016.	SDR/MI
				Sim	Desde 2014 Bagre, Breves, Curralinho, Melgaço e Portel já estão interligados.	CELPA
				Sim		AMAM
	Executar a obra da linha de transmissão Tucuruí – Manaus, passando por Gurupá.		X	Em andamento	A Celpa assinou o contrato da interligação da Calha Norte.	CELPA
				Não		AMAM
	Realizar estudos para a adição de biodiesel ao diesel combustível para o transporte fluvial.		X	Não		CELPA

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil, (2007b); Pesquisa de campo.

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continua)

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso.	Implantar pista de pouso no município de São Sebastião da Boa Vista.	X		Não	<i>Outros Aeródromos foram priorizados no âmbito do Programa de Aviação Regional.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Iluminar as pistas de pouso de Breves e de Soure.	X		Em andamento	<i>Previstas no âmbito do Programa de Aviação Regional, com licitações previstas para 2016.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	X		Não	<i>A Secretaria de Aviação Civil não priorizou essa prospecção.</i>	SDR/MI
					<i>Não. Continuam no mesmo lugar. A de Salvaterra está funcionando precariamente. A de Ponta de Pedras tá parada, por conta da colocação de uma antena do Navega Pará.</i>	AMAM
	Realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso.	X		Não	<i>A Secretaria de Aviação Civil não priorizou essa prospecção.</i>	SDR/MI

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais Portuários.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso. (cont.)	Realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso. (cont.)			Em andamento	<i>Em andamento. Portel, Anajás, Muaná (que é dentro da cidade), Chaves e Afuá estão com projeto. A de Afuá só pode ser aquela mesmo, a maré enche e você não sai, a maré vasa eles lavam a pista e você sai.</i>	AMAM
Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes.	Construção e melhoria dos terminais portuários nos municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Muaná, Salvaterra, Soure e Anajás.	X		Não		AMAM
DIRETRIZ 2: Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Implantar rodovia entre Anajás e Soure.		X		Não		AMAM

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 2: Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
	Pavimentação da rodovia PA 154 (45 km) entre Camará e Cachoeira do Ararí.	X		Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Recuperação da PA 154 entre Soure e a localidade de Pesqueiro.	X		Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Construção e pavimentação da PA 396 entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí.	X		Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
					<i>Zero. Não tem nem desmatamento</i>	AMAM
	Implantação da estrada interligando Chaves à localidade de Jurupucu.	X		Não	<i>Trata-se de uma estrada vicinal e o projeto nunca chegou a ser apresentado.</i>	SDR/MI
						AMAM

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 2: Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
	Pavimentação da rodovia da localidade de Monsarás à rodovia PA 154.	X		Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
DIRETRIZ 3: Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras.	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó, inclusive com a possível ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá à Ponta de Pedras, através de seminários locais.	X		Não		AMAM
Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.	Realização de dragagens do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.		X	Não		AMAM

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 3: Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari. (cont.)	Realização de dragagens do canal do rio Pracuúba Grande entre Terra Grande e o rio Canaticu.		X	Não		AMAM
	Realização de dragagens do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Arari à Chaves.		X	Não		AMAM
DIRETRIZ 4: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário.	Realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará.	X		Não	<i>A travessia é feita por balsa.</i>	AMAM
	Construção das pontes sobre o rio Camará e o rio Paracauary associadas à ligação das sedes localizadas no interior da grande ilha às sedes municipais ribeirinhas.		X	Não		AMAM

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 4: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário. (cont.)	Implantação e pavimentação das ligações de Santa Cruz do Arari com Cachoeira do Arari e com Chaves.		X	Não		AMAM
	Implantação e pavimentação das ligações de Anajás com Breves (PA 159).		X	Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Implantação e pavimentação das ligações de Ponta de Pedras (PA 368) e com Afuá.		X	Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Implantação e pavimentação rodoviária entre Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras.		X	Não		AMAM
	Implantação e pavimentação rodoviária entre Muaná, São Sebastião e Currálinho.		X	Não		AMAM
Implantação e pavimentação rodoviária entre Chaves e Afuá.		X	Não		AMAM	

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 4: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário. (cont.)	Recuperação e restauração da PA 368 entre Portel e Cametá.		X	Não	<i>Trata-se de uma rodovia estadual. Portanto, depende de uma ação no âmbito do Governo do PA.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Implantar a rodovia entre Oeiras do Pará e a Transcametá.		X	Não		AMAM
	Restabelecimento da linha de passageiros Belém – Soure.	X		Não	<i>Processo depende do governo do estado do Pará, pois trata-se de uma linha estadual.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Regularização, fiscalização e controle das qualidades de serviços e tarifas dos sistemas de transporte hidroviários.	X		Não	<i>Processo depende do governo do estado do Pará, pois trata-se de uma linha estadual.</i>	SDR/MI
						AMAM
	Regularizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	X		Não	<i>A Secretaria de Aviação Civil não priorizou essa ação que depende ainda da secretaria de Patrimônio da União/MPOG</i>	SDR/MI
						AMAM

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(continuação)

DIRETRIZ 4: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.							
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE	
		CURTO	MÉDIO				
Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário. (cont.)	Dotar as estações aeroviárias de rádio-comunicação.	X		Não		AMAM	
	Fiscalizar as linhas aéreas regulares, visando a melhoria da qualidade e da segurança do serviço e a redução do valor das tarifas.	X		Não		AMAM	
	Verificar a possibilidade de novas Linhas regulares entre Belém e o Arquipélago.	X		Não	<i>Depende da Agência de regulação de transportes do estado e não houve avanços nessa negociação.</i>	SDR/MI	
				Sim	<i>Lancha rápida.</i>	AMAM	
	Realização de obras para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá;			X	Não	<i>Não foi apresentado o Projeto Executivo, embora tivesse sido contemplado com recursos</i>	SDR/MI
	Urbanização das orlas de Breves e Bagre.			X	Não	<i>Não foi apresentado o Projeto Executivo, embora tivesse sido contemplado com recursos.</i>	SDR/MI

APÊNDICE C – Resultados da implementação do seguimento transporte do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007
(conclusão)

DIRETRIZ 4: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário. (cont.)	Manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em Chaves e Afuá.		X	Não	<i>Em parte.</i>	AMAM
	Realização de estudos para a perenização do canal das Tartarugas e do Lago Arari, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70.		X	Não		AMAM
	Implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves.		X	Não	<i>As negociações com a Receita Federal e Secretaria de Finanças do Estado não avançaram.</i>	SDR/MI
						AMAM

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil, (2007b); Pesquisa de campo.

APÊNDICE D – Resultados da implementação do seguimento telecomunicação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(continua)

DIRETRIZ 1: Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital).						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região.	Ampliar a cobertura da telefonia celular.	X		Sim	<i>Em 2014.</i>	SDR/MI
						AMAM
Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura.	Restabelecer a Transmissão do sinal da TV Cultura.		X	Sim	TV Aberta	Fundação Padre Anchieta (http://fpa.com.br/cobertura/?_ga=1.220147929.1354984461.1456604708)
						AMAM
Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	X		Não		AMAM
	Universalizar o acesso à telefonia e Internet.	X		Não		AMAM
Ampliar o sistema de telefonia rural.	Universalizar o acesso à telefonia.	X		Não		AMAM
	Ampliar o sistema de telefonia rural.		X	Não		AMAM
Ampliar, regularizar e melhorar a fiscalização das rádios comunitárias.	Fazer convênio com entidades civis para a capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores da comunidade.	X		Não		AMAM

APÊNDICE D – Resultados da implementação do seguimento telecomunicação do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

(conclusão)

DIRETRIZ 1: Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital).						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Ampliar, regularizar e melhorar a fiscalização das rádios comunitárias. (cont.)	Regularizar as rádios comunitárias.		X	Sim		AMAM
	Implantar outras rádios difusão.		X	Sim		AMAM

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil, (2007b); Pesquisa de campo.

APÊNDICE E – Resultados da implementação do seguimento armazenamento do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

DIRETRIZ 1: Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção.							
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE	
		CURTO	MÉDIO				
Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos;	Implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí.	X		Sim	<i>Em 2015, contudo, não informou onde.</i>	SDR/MI	
				Não	<i>Nenhum público.</i>	AMAM	
	Implantação de câmara frigorífica para armazenamento de produtos laticínios produzidos na ilha.	X		Não	<i>Houve problemas relativos ao convênio.</i>	SDR/MI	
						AMAM	
	Promover a certificação dos produtos.	X		Não	<i>O processo está a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</i>	SDR/MI	
						AMAM	
	Promover a implantação de silos para o armazenamento da produção agrícola.			X	Não	<i>Não tivemos avanços com a CONAB no sentido de viabilizar tal ação.</i>	SDR/MI
							AMAM

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil, (2007b); Pesquisa de campo.

APÊNDICE F – Resultados da implementação do seguimento abastecimento de água do eixo infraestrutura para o desenvolvimento do Plano do Marajó – 2007

DIRETRIZ 1: Promover o acesso para o uso múltiplo da água.						
AÇÃO PRIORITÁRIA	ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO	PRAZO		REALIZADO?	OBSERVAÇÃO	FONTE
		CURTO	MÉDIO			
Implantar políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais;	Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó.	X		Não		AMAM
Concluir o Projeto Alvorada;	Implementar o Projeto Água para Todos.	X		Não		AMAM

Fonte: Elaboração própria (2016). Com base em Brasil, (2007b); Pesquisa de campo.

APÊNDICE G – Carta de apresentação utilizada na pesquisa – 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Senhor(a) (cargo),

Com nossos respeitosos cumprimentos, gostaríamos de contar com sua valiosa colaboração na pesquisa científica de Mestrado intitulada "Planejamento do Desenvolvimento Regional no Marajó: um Modelo de Governança", orientada pelo Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sua participação se dá no sentido de dispor de alguns minutos para preencher o questionário anexo, que possui a finalidade de conhecer sua avaliação sobre a efetividade do Plano do Marajó e da governança deste, bem como, de saber sua opinião sobre como ela poderia ser estruturada e, portanto, mais efetiva, já que o Plano continua válido.

Ressaltando que a escolha de Vossa Excelência como colaborador desta pesquisa se deu pela função estratégica que ocupa e também por seu conhecimento da realidade marajoara.

Sobre o questionário, ele é composto por perguntas fechadas (marcar) e abertas (discursivas). Contudo, nas perguntas fechadas há espaço para observações. Quanto ao número de linhas constantes para as respostas das perguntas abertas e observações, elas são ilustrativas, ficando a critério o número de linhas e parágrafos.

A forma de preenchimento também fica a seu critério (manuscrito ou digitado). Caso deseje explicação sobre algum questionamento, pode fazê-lo pelos seguintes contatos: (91) 99258-8227 (Vivo - WhatsApp) / 98278-3740 (tim).

Após preenchido, pedimos que devolva pelo e-mail maila@ufpa.br, ou envie por correio para Tv. Castilhos França, 108, Aeroporto, Breves-PA, CEP 68800-000.

É importante ressaltar do compromisso de nossa parte de que as informações coletadas serão utilizadas somente nesta pesquisa, podendo, no entanto, serem publicadas em palestras, periódicos científicos, seminários e congressos.

Desde já, agradecemos pela atenção e colaboração, pois sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho.

Máida Machado Costa
Mestranda em Gestão Pública – NAEA/UFPA
Matrícula nº 201426470037

Breves, 2 de janeiro de 2016.

APÊNDICE H – Questionário elaborado para conhecer o colaborador da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



QUESTIONÁRIO Nº 001/2016 – CONHECENDO O(A) COLABORADOR(A)

1.1) Caro(a) colaborador(a), pedimos a gentileza de identificar-se abaixo:

Nome: _____

Cargo: _____

Unidade: _____

Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____ anos

Escolaridade:

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Superior incompleto

() Ensino Fundamental () Ensino Superior

() Ensino Médio incompleto () Pós-Graduação

() Ensino Médio

Telefone: () _____ ou _____

E-mail: _____

1.2) Você já teve a oportunidade de conhecer algum município do Arquipélago do Marajó?

() SIM Qual? _____ () NÃO

1.3) Quando se fala em Marajó, o que vem a sua mente?

() Uma região bonita

() Uma região pobre

() Uma região de muitas mazelas sociais

() Outra _____

Obs.: caso haja outros colaboradores, pedimos que incluam as mesmas informações ao final do questionário.

APÊNDICE I – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (continua)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



QUESTIONÁRIO 002/2016 – GOVERNANÇA DO PDTSAM

A partir deste momento, as perguntas possuem o objetivo de coletar informações sobre a governança do Plano do Marajó de 2007 a junho 2015. Algumas perguntas foram elaboradas com base no Referencial para Avaliação de Governança de Políticas Públicas elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

2.1) Na página 97 do Plano do Marajó é apresentado um modelo pelo qual o plano seria gerido de forma compartilhada, envolvendo representações das três esferas de governo e da sociedade civil organizada. Esse modelo foi implementado?

() SIM () NÃO (neste caso, passar para a pergunta 2.3)

Obs: _____

2.2) Em caso afirmativo, qual período que vigorou (em anos)?

De _____ a _____

Obs: _____

2.3) Identifique os principais fatores que impediram a implementação do modelo planejado?

2.4) Sempre existiu instância de coordenação para alinhar as ações dos diversos atores envolvidos no desenvolvimento do Plano do Marajó?

() SIM () NÃO (neste caso, passar para a pergunta 2.6)

Obs: _____

2.5) Em caso positivo, favor informar a sigla do órgão que assumiu a coordenação geral vinculando ao respectivo ano:

a) 2007 _____	d) 2010 _____	g) 2013 _____
b) 2008 _____	e) 2011 _____	h) 2014 _____
c) 2009 _____	f) 2012 _____	i) 2015 _____

APÊNDICE H – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (continuação)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



QUESTIONÁRIO 002/2016 – GOVERNANÇA DO PDTSAM

A partir deste momento, as perguntas possuem o objetivo de coletar informações sobre a governança do Plano do Marajó de 2007 a junho 2015. Algumas perguntas foram elaboradas com base no Referencial para Avaliação de Governança de Políticas Públicas elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

2.1) Na página 97 do Plano do Marajó é apresentado um modelo pelo qual o plano seria gerido de forma compartilhada, envolvendo representações das três esferas de governo e da sociedade civil organizada. Esse modelo foi implementado?

() SIM () NÃO (neste caso, passar para a pergunta 2.3)

Obs: _____

2.2) Em caso afirmativo, qual período que vigorou (em anos)?

De _____ a _____

Obs: _____

2.3) Identifique os principais fatores que impediram a implementação do modelo planejado?

2.4) Sempre existiu instância de coordenação para alinhar as ações dos diversos atores envolvidos no desenvolvimento do Plano do Marajó?

() SIM () NÃO (neste caso, passar para a pergunta 2.6)

Obs: _____

2.5) Em caso positivo, favor informar a sigla do órgão que assumiu a coordenação geral vinculando ao respectivo ano:

a) 2007 _____	d) 2010 _____	g) 2013 _____
b) 2008 _____	e) 2011 _____	h) 2014 _____
c) 2009 _____	f) 2012 _____	i) 2015 _____

APÊNDICE H – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (continuação)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**



h) Qual o normativo que formalizou em 28 de agosto de 2013 a Coordenação Executiva do Plano do Marajó?

i)

2.7) Com relação a participação social:

a) De que maneira ocorreu a participação social e das partes interessadas no âmbito da implementação do plano?

2.8) Com referência a institucionalização do Plano do Marajó:

a) Com base na perspectiva do TCU de que a “institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública”. Pode-se considerar que o Plano do Marajó foi realmente institucionalizado?

() SIM, desde o ano de _____ () NÃO

Obs: _____

b) Durante os 8 anos de vigência do plano, como se seu o processo decisório?

2.10) Em se tratando de “plano de objetivos”:

a) Todas as ações contidas no plano foram alinhadas aos orçamentos dos órgãos envolvidos?

() SIM, desde 2007 () NÃO () Somente algumas ações, no percentual de _____ do total

APÊNDICE H – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



Obs: _____

b) Foram elaborados programas e projetos ou outras formas de delineamento estratégico em termos operacionais, de forma a orientar os processos de implementação?

SIM NÃO (neste caso, vá direto ao item "d")

Obs: _____

c) Se sim, onde eles estão disponíveis para consulta?

d) Foi elaborado cronograma, detalhado contendo os marcos e prazos para a realização das etapas, inclusive as intermediárias?

SIM NÃO (neste caso, vá direto a pergunta "2.11")

Obs: _____

c) Se sim, onde eles estão disponíveis para consulta?

2.11) Referente a recursos:

a) Quanto a dotação orçamentária e financeira suficiente para cobrir todos os gastos para o adequado desenvolvimento do plano?

Sempre houve Nunca houve Somente para algumas ações

Obs: _____

2.12) Com relação ao monitoramento e avaliação do plano:

a) Identifique o responsável pelo monitoramento e avaliação?

MI SUDAM Outro _____

Obs: _____

b) Foi criado um sistema de monitoramento e avaliação?

SIM, no ano de _____ NÃO

APÊNDICE H – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (conclusão)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



Obs: _____

c) Foram estabelecidos indicadores-chave para o monitoramento das ações?

() SIM, no ano de _____ () NÃO

Obs: _____

2.13) Com referência a gestão de riscos:

a) Foi elaborado a gestão de risco do plano?

() SIM, no ano de _____ () NÃO (neste caso, vá direto ao item "2.12")

Obs: _____

b) Em caso positivo, informar se existe um plano de contingência:

() SIM, no ano de _____ () NÃO

Obs: _____

2.14) Finalizando esta seção, vamos abordar sobre a *accountability*:

a) Foram estabelecidos mecanismos para garantir a *accountability* do plano?

() SIM, no ano de _____ () NÃO (neste caso, vá direto ao item "c")

Obs: _____

b) Se "SIM", favor informar quais são eles e o período, em anos, que vigoraram?

c) Os resultados alcançados foram divulgados à sociedade, de forma clara, ampla e periódica?

() SIM, a partir do ano de _____ () NÃO

Obs: _____

d) Em caso de resposta positiva, responder aos itens abaixo:

d.1) Tipo de documento produzido?

APÊNDICE H – Questionário elaborado para investigar a governança do Plano do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



d.2) Onde foi/está disponível para a consulta?

2.15) Caso desejem fazer algum comentário sobre a Governança do Plano do Marajó, além do que está no questionário, escreva abaixo:

2.16) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado

b) () Regular

c) () Bem elaborado

Obs: _____

Meus agradecimentos por esta etapa concluída!

Mas é imprescindível a colaboração com o preenchimento da última parte da pesquisa.

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (continua)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



QUESTIONÁRIO

I – IDENTIFICAÇÃO DO COLABORADOR

Nome: _____

Cargo: Prefeito(a) Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____ anos

Município: _____

II – SOBRE O PLANO DO MARAJÓ

2.1) Qual sua avaliação sobre a implementação do plano?

() Está sendo implementado com sucesso (neste caso pode ir direto para a pergunta 2.3)

() Não está sendo implementado

() Baixa implementação

Obs: _____

2.2) A que fatores atribui a baixa ou a não implementação do plano?

2.3) Vossa Excelência tem conhecimento do modelo de gestão que foi proposto para o plano em 2007?

() SIM () NÃO (neste caso, vá direto a pergunta "2.5")

Obs: _____

2.4) Na sua avaliação esse modelo de gestão foi executado?

() SIM () NÃO

Obs: _____

2.5) Vossa Excelência foi informado(a) que em 2013 tomou posse na SUDAM o Comitê Interinstitucional para a Gestão do Plano?

() SIM () NÃO (neste caso, pode ir direto a pergunta "2.7")

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



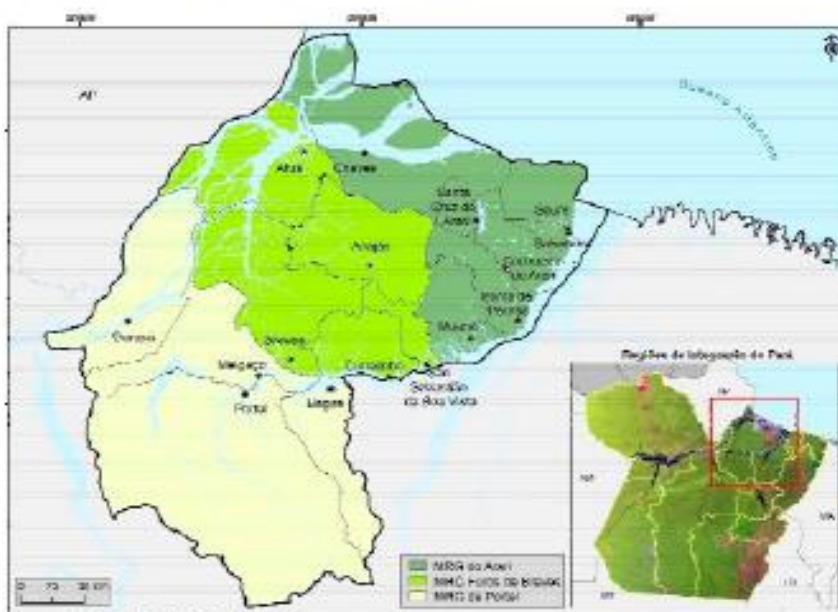
objetivos e resultados da política pública”. Pode-se considerar que o Plano do Marajó foi realmente institucionalizado?

() SIM () NÃO

Obs: _____

III – SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE GOVERNANÇA PARA O PLANO DO MARAJÓ

Observe a divisão geográfica do Marajó definida pelo IBGE:



Fonte: GeoPARÁ, 2007.

Figura 1: Mesorregião do Marajó - Área de abrangência territorial do plano.

3.1) Quanto essa divisão geográfica do Marajó em três microrregiões (Arari, Portel e Furos de Breves) para ser utilizada no planejamento do desenvolvimento regional, considerando a logística de transporte atual e a ideia de regiões polo de planejamento e desenvolvimento sub-regional?

() Adequada (neste caso, pode ir a pergunta “3.3”) () Não adequada

Obs: _____

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



3.2) Considerando seu conhecimento da realidade marajoara, como poderia ser dividido o Marajó em sub-regiões, considerando a logística de transporte atual para se planejar o desenvolvimento dessas sub-regiões, partindo da ideia que cada sub-região seja polarizada por um município:

a) Em quantas sub-regiões dividiria a região?

() 01 () 02 () 03 () 04 () 05 () _____

b) Considerando a resposta acima, como denominaria essas sub-regiões e como ficariam os municípios divididos por elas?

01	Nome sugerido a sub-região:	
	Município polo:	
Municípios abrangidos:		
() Anajás	() Curralinho	() Salvaterra
() Afuá	() Gurupá	() Santa Cruz do Arari
() Bagre	() Melgaço	() São Sebastião da Boa Vista
() Breves	() Muaná	() Soure
() Cachoeira do Arari	() Ponta de Pedras	
() Chaves	() Portel	

02	Nome sugerido a sub-região:	
	Município polo:	
Municípios abrangidos:		
() Anajás	() Curralinho	() Salvaterra
() Afuá	() Gurupá	() Santa Cruz do Arari
() Bagre	() Melgaço	() São Sebastião da Boa Vista
() Breves	() Muaná	() Soure
() Cachoeira do Arari	() Ponta de Pedras	
() Chaves	() Portel	

03	Nome sugerido a sub-região:	
	Município polo:	
Municípios abrangidos:		
() Anajás	() Curralinho	() Salvaterra
() Afuá	() Gurupá	() Santa Cruz do Arari
() Bagre	() Melgaço	() São Sebastião da Boa Vista
() Breves	() Muaná	() Soure
() Cachoeira do Arari	() Ponta de Pedras	

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



<input type="checkbox"/> Chaves	<input type="checkbox"/> Portel
---------------------------------	---------------------------------

04	Nome sugerido a sub-região:	
	Município polo:	
	Municípios abrangidos:	
	<input type="checkbox"/> Anajás	<input type="checkbox"/> Currálinho
	<input type="checkbox"/> Afuá	<input type="checkbox"/> Gurupá
	<input type="checkbox"/> Bagre	<input type="checkbox"/> Melgaço
	<input type="checkbox"/> Breves	<input type="checkbox"/> Muaná
	<input type="checkbox"/> Cachoeira do Arari	<input type="checkbox"/> Ponta de Pedras
	<input type="checkbox"/> Chaves	<input type="checkbox"/> Portel
	<input type="checkbox"/> Salvaterra	<input type="checkbox"/> Santa Cruz do Arari
	<input type="checkbox"/> São Sebastião da Boa Vista	<input type="checkbox"/> Soure

05	Nome sugerido a sub-região:	
	Município polo:	
	Municípios abrangidos:	
	<input type="checkbox"/> Anajás	<input type="checkbox"/> Currálinho
	<input type="checkbox"/> Afuá	<input type="checkbox"/> Gurupá
	<input type="checkbox"/> Bagre	<input type="checkbox"/> Melgaço
	<input type="checkbox"/> Breves	<input type="checkbox"/> Muaná
	<input type="checkbox"/> Cachoeira do Arari	<input type="checkbox"/> Ponta de Pedras
	<input type="checkbox"/> Chaves	<input type="checkbox"/> Portel
	<input type="checkbox"/> Salvaterra	<input type="checkbox"/> Santa Cruz do Arari
	<input type="checkbox"/> São Sebastião da Boa Vista	<input type="checkbox"/> Soure

QUESTIONÁRIO 2001 15001

3.3) Identifique abaixo para quais cidades há linha regular de transporte fluvial (barco ou lancha) de seu município, bem como quanto tempo de viagem (em horas) para cada um deles:

<input type="checkbox"/> Anajás _____	<input type="checkbox"/> Currálinho _____	<input type="checkbox"/> Salvaterra _____
<input type="checkbox"/> Afuá _____	<input type="checkbox"/> Gurupá _____	<input type="checkbox"/> Santa Cruz do Arari _____
<input type="checkbox"/> Bagre _____	<input type="checkbox"/> Melgaço _____	<input type="checkbox"/> São Sebastião da Boa Vista _____
<input type="checkbox"/> Breves _____	<input type="checkbox"/> Muaná _____	<input type="checkbox"/> Soure _____
<input type="checkbox"/> Cachoeira do Arari _____	<input type="checkbox"/> Ponta de Pedras _____	<input type="checkbox"/> Belém _____
<input type="checkbox"/> Chaves _____	<input type="checkbox"/> Portel _____	

3.4) Agora no intuito de construir um modelo de governança para o Plano do Marajó, na sua opinião:

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (continuação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



a) Considerado que o Ministério da Integração é o responsável pelo Plano do Marajó, e a SUDAM é vinculado a ela, Vossa Excelência concorda que ela seja a responsável pelo plano para exercer as funções de coordenação, articulação e monitoramento?

() SIM () NÃO. Neste caso quem? _____

Obs: _____

b) Quais outras instâncias poderiam ser criadas para garantir a gestão e a governança do plano?

b.1) () COMITÊ EXECUTIVO INTERINSITUCIONAL: instância de articulação intergovernamental para a consecução das ações do plano, composto por:

() Ministério da Integração

() SUDAM

() Ministério do Planejamento

() SPU

() Outro(s)

() Casa Civil da Presidência

b.2) () CONSELHO DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: instância de âmbito municipal para acompanhar o andamento das ações locais, levantar, propor, debater e deliberar sobre as políticas públicas e ações, sendo composto por representações do poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

b.3) () CONSELHO DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: instância de acompanhamento, debate e deliberação sobre as políticas públicas e ações que objetivem o desenvolvimento dos municípios que compõem cada sub-região, composta pelas representações dos Conselhos Democráticos de Desenvolvimento Municipais respectivos.

b.4) () FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: instância de acompanhamento, proposição e negociação, responsável por indicar ações, definir prioridades, indicar destino de novos investimentos e apontar ajustes, composta pelas representações dos Conselhos Democráticos de Desenvolvimento Territoriais.

b.5) () Outra(s): _____

Obs: _____

APÊNDICE I – Questionário elaborado para ser enviado aos Prefeitos dos Municípios do Arquipélago do Marajó (conclusão)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



c) Que organizações da sociedade civil poderiam ser responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento de forma independente do plano?

CODETEM Prelazia do Marajó Outros (especificar abaixo)

Obs: _____

d) Caso Vossa Excelência tenha outras ideias de como a governança do plano poderia ser estruturada, e assim aumentar as possibilidades de efetividade do mesmo, pode descrevê-la a seguir:

IV – AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

4.1) Finalizando sua participação, como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) Mal elaborado

b) Regular

c) Bem elaborado

Obs: _____

Meus sinceros agradecimentos a Vossa Excelência por ter concluído o preenchimento deste questionário, pois acreditamos que pensando juntos podemos contribuir para a eficácia e efetividade do Plano do Marajó e, portanto, com o desenvolvimento do Arquipélago do Marajó!

APÊNDICE J – Questionário elaborado para ser enviado a CONAB

QUESTIONÁRIO 003/2016 – RESULTADOS DO EIXO “INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO” – ARMAZENAMENTO

As estratégias de implementação identificadas no Plano do Marajó (páginas 87 a 89) referentes a ampliação da capacidade de armazenamento da capacidade de produção do Arquipélago. A forma de preenchimento do quadro é a seguinte: na 3ª coluna marcar o andamento da implementação da estratégia (se já foi realizada ou não, ou ainda, se está em andamento); na 4ª coluna, caso tenha marcado “SIM” (já realizada e, portanto, concluída), deve-se informar o ano da conclusão da estratégia; na 5ª coluna, caso tenha marcado “NÃO” (não realizada) informar o motivo que ela não pode ser implementada; e a 6ª coluna é um espaço para mencionar, caso necessário, alguma observação relevante quanto a estratégia em questão.

2.1) ÁREA: ARMAZENAMENTO

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
1	Implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí.	() SIM () NÃO () Em andamento			
2	Implantação de câmara frigorífica para armazenamento de produtos laticínios produzidos na ilha.	() SIM () NÃO () Em andamento			
3	Promover a certificação dos produtos.	() SIM () NÃO () Em andamento			
4	Promover a implantação de silos para o armazenamento da produção agrícola.	() SIM () NÃO () Em andamento			

2.2) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado b) () Regular c) () Bem elaborado

Obs: _____

APÊNDICE L – Questionário elaborado para ser enviado ao MME e CELPA (continua)

QUESTIONÁRIO 004/2016 – RESULTADOS DO EIXO “INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO” - ENERGIA

As estratégias de implementação identificadas no Plano do Marajó (páginas 87 a 89) referentes a ampliação e oferta de energia foram dispostas nos quadros abaixo. A forma de preenchimento do quadro é a seguinte: na 3ª coluna marcar o andamento da implementação da estratégia (se já foi realizada ou não, ou ainda, se está em andamento); na 4ª coluna, caso tenha marcado “SIM” (já realizada e, portanto, concluída), deve-se informar o ano da conclusão da estratégia; na 5ª coluna, caso tenha marcado “NÃO” (não realizada) informar o motivo que ela não pode ser implementada; e a 6ª coluna é um espaço para mencionar, caso necessário, alguma observação relevante quanto a estratégia em questão.

1.1) ÁREA: ENERGIA

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
1	Criação de uma estratégia de comunicação do Programa Luz Para Todos na região.	() SIM () NÃO () Em andamento			
2	Ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo.	() SIM () NÃO () Em andamento			
3	Localizar cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise.	() SIM () NÃO () Em andamento			
4	Implantação do projeto “Luz Para Todos”, nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa.	() SIM () NÃO () Em andamento			
5	Implantar quatro projetos de uso produtivo da energia.	() SIM () NÃO () Em andamento			
6	Realizar levantamento das comunidades isoladas a serem atendidas com sistema alternativo de energia.	() SIM () NÃO () Em andamento			
7	Estudar a implantação de novos projetos de uso produtivo para melhoria da renda e desenvolvimento das comunidades.	() SIM () NÃO () Em andamento			

APÊNDICE L – Questionário elaborado para ser enviado ao MME e CELPA (conclusão)

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
8	Informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo programa “Luz Para Todos” e qual forma de geração de energia será utilizada.	() SIM () NÃO () Em andamento			
9	Realização de cerca de 8500 ligações em oito municípios que dispõem de capacidade de geração excedente.	() SIM () NÃO () Em andamento			
10	Analisar as condições dos grupos-geradores existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia.	() SIM () NÃO () Em andamento			
11	Promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia para atendimento das comunidades próximas carentes de energia.	() SIM () NÃO () Em andamento			
12	Conclusão dos estudos para interligação de Tucuruí ao Arquipélago do Marajó por linha de Transmissão.	() SIM () NÃO () Em andamento			
13	Execução da obra da linha de transmissão Tucuruí – Portel – Melgaço.	() SIM () NÃO () Em andamento			
14	Executar a obra da linha de transmissão Tucuruí – Manaus, passando por Gurupá.	() SIM () NÃO () Em andamento			
15	Realizar estudos para a adição de biodiesel ao diesel combustível para o transporte fluvial.	() SIM () NÃO () Em andamento			

1.2) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado b) () Regular c) () Bem elaborado

APÊNDICE M – Questionário elaborado para ser enviado ao MT (continua)

QUESTIONÁRIO 005/2016 – RESULTADOS DO EIXO “INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO” - TRANSPORTE

As estratégias de implementação identificadas no Plano do Marajó (páginas 87 a 89) referentes a ampliação, legalização e modernização do sistema viário e de transportes no Arquipélago. A forma de preenchimento do quadro é a seguinte: na 3ª coluna marcar o andamento da implementação da estratégia (se já foi realizada ou não, ou ainda, se está em andamento); na 4ª coluna, caso tenha marcado “SIM” (já realizada e, portanto, concluída), deve-se informar o ano da conclusão da estratégia; na 5ª coluna, caso tenha marcado “NÃO” (não realizada) informar o motivo que ela não pode ser implementada; e a 6ª coluna é um espaço para mencionar, caso necessário, alguma observação relevante quanto a estratégia em questão.

2.1) ÁREA: TRANSPORTE

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
1	Pavimentação da rodovia PA 154 (45 km) entre Camará e Cachoeira do Ararí.	() SIM () NÃO () Em andamento			
2	Recuperação da PA 154 entre Soure e a localidade de Pesqueiro.	() SIM () NÃO () Em andamento			
3	Construção e pavimentação da PA 396 entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí.	() SIM () NÃO () Em andamento			
4	Implantação da estrada interligando Chaves à localidade de Jurupucu.	() SIM () NÃO () Em andamento			
5	Pavimentação da rodovia da localidade de Monsarás à rodovia PA 154.	() SIM () NÃO () Em andamento			
6	Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó, inclusive com a possível ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá à Ponta de Pedras, através de seminários locais.	() SIM () NÃO () Em andamento			

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
7	Realização de dragagens do canal do rio Mocoões e do rio Ararí visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari.	() SIM () NÃO () Em andamento			
8	Realização de dragagens do canal do rio Pracuúba Grande entre Terra Grande e o rio Canaticu.	() SIM () NÃO () Em andamento			
9	Realização de dragagens do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Ararí à Chaves.	() SIM () NÃO () Em andamento			
10	Realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará.	() SIM () NÃO () Em andamento			
11	Construção das pontes sobre o rio Camará e o rio Paracauary associadas à ligação das sedes localizadas no interior da grande ilha às sedes municipais ribeirinhas	() SIM () NÃO () Em andamento			
12	Implantação e pavimentação das ligações de Santa Cruz do Arari com Cachoeira do Arari e com Chaves;	() SIM () NÃO () Em andamento			
13	Implantação e pavimentação das ligações de Anajás com Breves (PA 159);	() SIM () NÃO () Em andamento			
14	Implantação e pavimentação das ligações de Ponta de Pedras (PA 368) e com Afuá;	() SIM () NÃO () Em andamento			
15	Implantação e pavimentação rodoviária entre Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras;	() SIM () NÃO () Em andamento			
16	Implantação e pavimentação rodoviária entre Muaná, São Sebastião e Curralinho;	() SIM () NÃO () Em andamento			
17	Implantação e pavimentação rodoviária entre Chaves e Afuá	() SIM () NÃO () Em andamento			

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
18	Recuperação e restauração da PA 368 entre Portel e Cametá	() SIM () NÃO () Em andamento			
19	Implantar a rodovia entre Oeiras do Pará e a Transcametá.	() SIM () NÃO () Em andamento			
20	Restabelecimento da linha de passageiros Belém – Soure.	() SIM () NÃO () Em andamento			
21	Regularização, fiscalização e controle das qualidades de serviços e tarifas dos sistemas de transporte hidroviários.	() SIM () NÃO () Em andamento			
22	Regularizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	() SIM () NÃO () Em andamento			
23	Dotar as estações aeroviárias de rádio-comunicação.	() SIM () NÃO () Em andamento			
24	Realização de obras para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá;	() SIM () NÃO () Em andamento			
25	Urbanização das orlas de Breves e Bagre.	() SIM () NÃO () Em andamento			
26	Manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em Chaves e Afuá.	() SIM () NÃO () Em andamento			
27	Realização de estudos para a perenização do canal das Tartarugas e do Lago Arari, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70.	() SIM () NÃO () Em andamento			
28	Fiscalizar as linhas aéreas regulares, visando a melhoria da qualidade e da segurança do serviço e a redução do valor das tarifas.	() SIM () NÃO () Em andamento			

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
29	Implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves.	(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) Em andamento			
30	Verificar a possibilidade de novas linhas regulares entre Belém e o Arquipélago.	(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) Em andamento			
31	Implantação do posto de fiscalização da capitania dos portos.	(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) Em andamento			
32	Implantação do posto de brigada de salvamento fluvial na região.	(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) Em andamento			

2.2) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado b) () Regular c) () Bem elaborado

Obs: _____

APÊNDICE N – Questionário elaborado para ser enviado à SAC

QUESTIONÁRIO 006/2016 – RESULTADOS DO EIXO “INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO” – AVIAÇÃO CIVIL

As estratégias de implementação identificadas no Plano do Marajó (páginas 87 a 89) referentes a implantação e modernização de aeroportos e terminais aeroportuários no Arquipélago. A forma de preenchimento do quadro é a seguinte: na 3ª coluna marcar o andamento da implementação da estratégia (se já foi realizada ou não, ou ainda, se está em andamento); na 4ª coluna, caso tenha marcado “SIM” (já realizada e, portanto, concluída), deve-se informar o ano da conclusão da estratégia; na 5ª coluna, caso tenha marcado “NÃO” (não realizada) informar o motivo que ela não pode ser implementada; e a 6ª coluna é um espaço para mencionar, caso necessário, alguma observação relevante quanto a estratégia em questão.

2.1) ÁREA: TRANSPORTE

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
1	Implantar pista de pouso no município de São Sebastião da Boa Vista.	() SIM () NÃO () Em andamento			
2	Iluminar as pistas de pouso de Breves e de Soure.	() SIM () NÃO () Em andamento			
3	Descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos.	() SIM () NÃO () Em andamento			
4	Realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso.	() SIM () NÃO () Em andamento			

2.2) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado b) () Regular c) () Bem elaborado

Obs: _____

APÊNDICE O – Questionário elaborado para ser enviado ao MC

QUESTIONÁRIO 007/2016 – RESULTADOS DO EIXO “INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO” - TELECOMUNICAÇÃO

As estratégias de implementação identificadas no Plano do Marajó (páginas 87 a 89) referentes a democratização do acesso a informação e comunicação. A forma de preenchimento do quadro é a seguinte: na 3ª coluna marcar o andamento da implementação da estratégia (se já foi realizada ou não, ou ainda, se está em andamento); na 4ª coluna, caso tenha marcado “SIM” (já realizada e, portanto, concluída), deve-se informar o ano da conclusão da estratégia; na 5ª coluna, caso tenha marcado “NÃO” (não realizada) informar o motivo que ela não pode ser implementada; e a 6ª coluna é um espaço para mencionar, caso necessário, alguma observação relevante quanto a estratégia em questão.

2.1) ÁREA: COMUNICAÇÃO

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE “SIM”, QUAL O ANO?	SE “NÃO” POR QUE?	OBSERVAÇÃO
1	Ampliar a cobertura da telefonia celular.	() SIM () NÃO () Em andamento			
2	Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.	() SIM () NÃO () Em andamento			
3	Universalizar o acesso à telefonia e Internet.	() SIM () NÃO () Em andamento			
4	Universalizar o acesso à telefonia.	() SIM () NÃO () Em andamento			
5	Fazer convênio com entidades civis para a capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores da comunidade.	() SIM () NÃO () Em andamento			
6	Restabelecer a Transmissão do sinal da TV Cultura.	() SIM () NÃO () Em andamento			
7	Incluir e ampliar a participação da região no programa GESAC.	() SIM () NÃO () Em andamento			

Nº	ESTRATÉGIA	REALIZADO?	SE "SIM", QUAL O ANO?	SE "NÃO" POR QUE?	OBSERVAÇÃO
8	Ampliar o sistema de telefonia rural.	() SIM () NÃO () Em andamento			
9	Regularizar as rádios comunitárias.	() SIM () NÃO () Em andamento			
10	Implantar outras rádios Difusão.	() SIM () NÃO () Em andamento			

2.2) Como forma de melhor desenvolver futuras pesquisas, pedimos que avalie este questionário?

a) () Mal elaborado b) () Regular c) () Bem elaborado

Obs: _____

APÊNDICE P – Questionário elaborado para ser enviado à SUDAM (continua)

QUESTIONÁRIO 008/2016

- 1) A Pauta Marajó chegou a ser encaminhada a Casa Civil? Caso afirmativo, favor informar por qual meio.
- 2) Chegou a ser montado o Grupo de Acompanhamento da Pauta Marajó com representantes da sociedade civil?
- 3) Na Portaria nº 269, de 21 de julho de 2014, que instituiu o Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais (CGPI) do Plano do Marajó, na qual o MI assumiu a Coordenação Geral e a SUDAM a Coordenação Executiva. Com relação as atribuições conferidas a SUDAM?

Atribuição	Realizado		Se NÃO, por que?
	SIM	NÃO	
Formular um sistema com informações atualizadas do Plano			
Manter um sistema com informações atualizadas do Plano			
Criar e manter um fórum de participação social das entidades, organizações e representantes não-governamentais locais, cujos eventos ocorrerão, pelo menos, a cada quadrimestre			
Sistematizar as informações relativas a ações e iniciativas, em curso no Arquipélago de Marajó, provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipais, organizações ou entidades não governamentais e movimentos sociais voltados ao desenvolvimento socioeconômico da população local, com um aproveitamento sustentável dos recursos ambientais			
Fornecer o apoio técnico e administrativo ao CGPI			
Organizar a realização dos eventos mencionados do fórum			
Controlar a frequência dos representantes convidados para os eventos realizados			
Disponibilizar a infraestrutura necessária ao recebimento de demandas das entidades e organizações municipais			

APÊNDICE P – Questionário elaborado para ser enviado à SUDAM (conclusão)

Atribuição	Realizado		Se NÃO, por que?
	SIM	NÃO	
Fiscalizar a execução das iniciativas ou ações pactuada pelo CGPI por meio da elaboração de relatórios atualizados, que deverão ser apresentados nos eventos			
Registrar em ata todas as reuniões do CGPI			

- 4) Quantas reuniões foram realizadas de 2014 até 2015 do CGPI?
- 5) Como foi a participação dos membros integrantes?
- 6) Quantos relatórios foram produzidos desde julho de 2014?
- 7) A SUDAM possui informações das ações realizadas do eixo infraestrutura para o desenvolvimento? Caso afirmativo, onde estão disponíveis para consulta?

Meus sinceros agradecimentos por ter concluído o preenchimento deste questionário, pois acredito que pensando juntos podemos contribuir para a eficácia e efetividade do Plano do Marajó e, portanto, com o desenvolvimento do Arquipélago do Marajó!

ANEXO

ANEXO A – Portaria nº 269, de 21 de julho de 2014, Gabinete do Ministro da Integração Nacional

PORTARIA Nº 269, DE 21 DE JULHO DE 2014

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 23/07/2014 (nº 139, Seção 1, pág. 37)

Institui o Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago de Marajó.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º - Criar o Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais para acompanhar o progresso das ações referentes às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Arquipélago do Marajó - PDTS Marajó.

Art. 2º - Compete ao Comitê Gestor de Políticas Intersetoriais (CGPI):

I - Criar e manter um fórum de participação social das entidades, organizações e representantes não-governamentais locais, cujos eventos ocorrerão, pelo menos, a cada quadrimestre;

II - Sistematizar as informações relativas a ações e iniciativas, em curso no Arquipélago de Marajó, provenientes dos Governos Federal, Estadual e Municipais, organizações ou entidades não governamentais e movimentos sociais voltados ao desenvolvimento socioeconômico da população local, com um aproveitamento sustentável dos recursos ambientais;

III - Relacionar as ações e iniciativas com as diretrizes do PDTS Marajó e registrar os responsáveis pela execução;

IV - Pactuar prazos para cada etapa de execução das ações e iniciativas; e

V - Estabelecer um cronograma integrado de execução das ações e iniciativas de acordo com as demandas expressadas no fórum mencionado no inciso I, para cada ano.

Art. 3º - O CGPI será composto por um representante titular e um suplente do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.

§ 1º - Os seguintes órgãos e entidades serão convidados a indicar seus respectivos representantes titulares e suplentes para integrar o Comitê Gestor:

I - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

II - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;

- III - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;
- IV - Ministério da Saúde;
- V - Ministério de Minas e Energia;
- VI - Ministério da Justiça;
- VII - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- VIII - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento;
- IX - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento;
- X - Ministério das Cidades;
- XI - Ministério do Meio Ambiente;
- XII - Ministério dos Transportes;
- XIII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XIV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- XV - Ministério da Pesca e Aquicultura;
- XVI - Ministério do Trabalho e Emprego;
- XVII - Ministério dos Esportes;
- XVIII - Ministério da Cultura;
- XIX - Instituto Nacional do Seguro Social;
- XX - Banco do Brasil;
- XXI - Caixa Econômica Federal;
- XXII - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e
- XXIII - Banco da Amazônia.

§ 2º - O CGPI poderá contar com a participação de representantes de outros órgãos federais, estaduais e municipais, entidades públicas ou organizações da sociedade civil, quando se fizer necessário.

§ 3º - Os integrantes do CGPI e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados.

§ 4º - O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Gestor Interministerial serão fornecidos pelos órgãos representados no colegiado.

Art. 4º - A Coordenação-Geral do CGPI ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional, ao qual caberá:

I - Representar o Comitê;

II - Solicitar a indicação dos representantes dos órgãos mencionados no Art. 3º;

III - Sugerir a criação de câmaras técnicas referentes às diretrizes estabelecidas no PDTS Marajó;

IV - Promover a articulação entre os instrumentos de planejamento governamentais e entre os órgãos públicos e, quando necessário, desses com as entidades da sociedade, com a finalidade de executar as ações e iniciativas de forma eficiente, eficaz, transparente e ágil;

V - Solicitar à Casa Civil da Presidência da República a mediação da relação institucional entre os órgãos e entidades referidos no Art. 3º, quando necessária; e

VI - Publicar e divulgar os relatórios, decisões e documentos produzidos.

Art. 5º - A Coordenação-Executiva do CGPI estará a cargo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, à qual caberá:

I - Formular e manter um sistema com informações atualizadas referentes ao disposto nos incisos I e II do Art. 2º;

II - Reportar à Coordenação-Geral o não cumprimento dos prazos mencionados no inciso IV do Art. 2º, para que as devidas providências sejam tomadas;

III - Fornecer o apoio técnico e administrativo ao CGPI;

IV - Organizar a realização dos eventos mencionados no inciso I do Art. 2º;

V - Controlar a frequência dos representantes convidados para os eventos realizados;

VI - Disponibilizar a infraestrutura necessária ao recebimento de demandas das entidades e organizações municipais;

VII - Fiscalizar a execução das iniciativas ou ações pactuada pelo CGPI por meio da elaboração de relatórios atualizados, que deverão ser apresentados nos eventos mencionados no inciso I do Art. 2º; e

VIII - Registrar em ata todas as reuniões do CGPI.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA